



MP RS

Prova Comentada

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 05/10/2025, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para o **Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 4 questões passíveis de recurso e/ou que devem ser anuladas, por apresentar duas alternativas corretas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 62, 92, 93 e 95.

De modo complementar, elaboramos também o Ranking do **MP-RS** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/rankings/f3ae6ff3-d542-4814-9ae8-3becf4ce9314>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/c556dfe1-82f9-4789-be2b-b4ea7a056ce4/>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Vinicius Militão,

Coordenador do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA –

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Instrução: As questões de 1 a 15 dizem respeito ao texto abaixo e a suas expressões.

1 Na primeira metade do século XX, os melhores intelectuais brasileiros sentiram-se convocados a
2 decifrar uma grande esfinge: _____, afinal o Brasil, decorridos mais de quatrocentos anos do
3 "descobrimento" e um século de independência, não conseguia trilhar de maneira efetiva os caminhos
4 do desenvolvimento? Escritores, historiadores e cientistas sociais como Euclides da Cunha, Oliveira
5 Viana, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda buscavam compreender o nascente "identidade
6 nacional". Enfrentaram tarefas cruciais, desde então permanentes, no debate nacional, como a
7 questão de nossa composição racial e seu papel na evolução do País, e, sobretudo, discutiram o
8 quadro político nacional a partir de um sentimento agudo de fragilidade e limitação do arcabouço
9 republicano – ainda pouco experimentado, mas que alguns percebiam como inviável.
10 Raízes do Brasil singulariza-se, entre as obras desse período, pela clareza do diagnóstico.
11 Sinteticamente, o argumento de Sérgio Buarque é que não pode haver democracia e cidadania
12 plenas onde não existe um verdadeiro Estado; No modelo político do liberalismo republicano por ele
13 adotado, Estado, democracia e cidadania interpenetram-se e reforçam-se mutuamente, catalisados
14 pela efetiva vigência da lei e de normas impessoais de conduta. Onde não existe um Estado
15 verdadeiramente legal e impessoal, não pode haver nem democracia nem cidadania completas.
16 Mas como poderia tal Estado surgir num país com características opostas, _____ o poder
17 público não consegue se desprender realmente do poder privado e _____ cultura traz ainda
18 bem nítidas as imagens do indivíduo e da família, com a peculiar dilatação que lhes imprimiu a

19 sociedade agrária portuguesa e suas extensões coloniais no Brasil? Para Sérgio Buarque, esse era um
20 dos principais obstáculos à constituição, no Brasil, da ordem pública necessária à democracia: toda a
21 nossa formação histórica teria se feito em direção uma estruturação social em que o círculo
22 familiar é que se expande; nessa sociedade, os afetos e o interesse pessoal do "homem cordial"
23 determinam as demais relações sociais, inclusive as de poder político, à revelia da ordem legal.
24 Em retrospecto, a atenção em Raízes do Brasil, e noutros livros da época, as análises
25 exageradamente culturalistas. Nesse sentido, deve-se refletir sobre o fenômeno do clientelismo e
26 seus parentes próximos – o nepotismo, o filhotismo, o bacharelismo etc. – isto é, todo aquele
27 conjunto de práticas que nos remetem ao grande latifúndio, ao poder dos coronéis e de suas
28 famílias; aos currais eleitorais. Na ótica culturalista, o clientelismo do século XX seria essencialmente
29 um arcaísmo, um conjunto de práticas que não mais se coadunaria com a etapa evolutiva alcançada
30 pela sociedade, mas que sobreviveria por força de alguma inércia cultural; seria um morto-vivo,
31 uma fantasmagoria, digamos,, qual o país não teria conseguido proporcionar o devido
32 sepultamento, mas que estaria fadada a desaparecer sob os trilhos do "progresso".
33 Ora, progresso, transformação estrutural, é o que não faltou no Brasil pelo menos de 1930 até o
34 último quartel do século XX. Em tese, não se vê _____ o clientelismo haveria de medrar numa
35 sociedade como a brasileira: altamente urbanizada, demograficamente agigantada, com estrutura
36 econômica complexa, mas socialmente esgarçada e violenta; uma sociedade totalmente integrada
37 por uma rede de comunicações sofisticada e diversa, e por grandes grupos de mídia; com um estado
38 e um sistema de justiça organizados e poderosos, pouco sujeitos ao controle outrora exercido pela
39 família e pela religião. Se por clientelismo entendemos ainda aquele conjunto de práticas enraizado
40 nos remotos tempos coloniais, o ambiente das últimas décadas com certeza não lhe é propício. Se
41 fosse única e essencialmente uma sobrevivência cultural, já teria murchado, evaporado,
42 desaparecido, da política brasileira. Mas práticas clientelistas continuam à vista.

43 A meu ver, o clientelismo não tem origem exclusiva na sociedade, de cultura traz ainda dele
44 sempre foi, e continua sendo, produzida a partir do próprio Estado e de sua interação com agentes
45 econômicos, por meio da apropriação de seus mecanismos e recursos para favorecimento de amigos
46 e familiares – ainda hoje se interferências clientelistas em programas governamentais, por
47 exemplo. É preciso, portanto, distinguir – e entender a relação – entre dois tipos de clientelismo. Se
48 no primeiro, tradicional, constata-se o papel do parentesco e da pequena comunidade, no segundo,
49 moderno, o horizonte é o conjunto do espaço econômico nacional. Se aquele é uma extensão
50 natural de vínculos primários, este se baseia em cálculos racionais de ganho e poder político.

Extraído e adaptado de: Bolívar Lamounier, *Tribunos, Profetas e Sacerdotes: Intelectuais e Ideologias no Século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p.206-223.

QUESTÃO 01. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas tracejadas das linhas 02, 16, 17 e 34, nesta ordem.

- a) por que – no qual – cuja – porque
- b) porque – das quais – cuja a – porque
- c) por que – das quais – cuja – porque
- d) por que – no qual – cuja – por que
- e) porque – no qual – cuja a – por que

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão testa o domínio sobre o uso dos "porquês" e dos pronomes relativos. A primeira lacuna exige "por que" (motivo) para a pergunta indireta. A segunda lacuna usa "no qual" para retomar "país" (em + o qual). A terceira lacuna pede "cuja" para indicar posse (a cultura do país) sem artigo. A quarta lacuna exige "por que"

QUESTÃO 02. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas pontilhadas das linhas 21, 24, 31 e 46, nesta ordem.

- a) à – chama – a – vê
- b) a – chamam – à – veem
- c) à – chamam – a – vê
- d) a – chama – à – veem
- e) a – chama – a – veem

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão avalia crase e concordância verbal.

A primeira lacuna não tem crase ("em direção a uma"). Não há crase antes de artigo "uma".

Na segunda, o sujeito posposto "as análises" exige o verbo no plural ("chamam").

Na terceira, o verbo "proporcionar" exige a preposição "a", que se une ao pronome "qual" ("a qual").

31 uma fantasmagoria, digamos, qual o país não teria conseguido proporcionar o devido

Na quarta, o sujeito "interferências clientelistas" (plural) exige o verbo "ver" na terceira pessoa do plural ("veem").

"interferências clientelistas" se veem (são vistas)

QUESTÃO 03. Assinale a afirmação que está de acordo com o texto.

- a) Os intelectuais que discutiram os problemas históricos do Brasil no começo do século XX percebiam o arcabouço republicano como inviável.
- b) Para Sérgio Buarque de Holanda, onde não há Estado verdadeiramente legal e impessoal, não há nem democracia nem cidadania.
- c) Para Bolívar Lamounier, o autor do texto, o problema de Raízes do Brasil é que, diferentemente das demais obras da época, apresentava análises exageradamente culturalistas.
- d) Para Sérgio Buarque de Holanda, não houve progresso ou transformação estrutural significativos no Brasil de 1930 até o último quartel do século XX.
- e) Para Bolívar Lamounier, é preciso refletir sobre o fenômeno do clientelismo para entender as análises exageradamente culturalistas da primeira metade do século XX.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão exige interpretação.

A alternativa correta (e) é a única que corresponde diretamente a uma ideia do autor, que conecta a reflexão sobre o clientelismo ("Nesse sentido") ao tema das análises culturalistas, conforme as linhas 24 a 26.

24 *Em retrospecto, a atenção em Raízes do Brasil, e noutros livros da época, as análises*

25 *exageradamente culturalistas. Nesse sentido, deve-se refletir sobre o fenômeno do clientelismo e*

26 *seus parentes próximos – o nepotismo, o filhotismo, o bacharelismo etc. – isto é, todo aquele*

27 *conjunto de práticas que nos remetem ao grande latifúndio, ao poder dos coronéis e de suas*

28 *famílias; aos currais eleitorais. Na ótica culturalista, o clientelismo do século XX seria essencialmente*

29 *um arcaísmo*

Entendo que a B também está correta, idêntica ao texto, com diferença de uma palavra:

Vejamos no texto:

11 Sinteticamente, o argumento de Sérgio Buarque é que não pode haver democracia e cidadania

12 **plenas onde não existe um verdadeiro Estado**; No modelo político do liberalismo republicano por ele

13 adotado, Estado, democracia e cidadania interpenetram-se e reforçam-se mutuamente, catalisados

14 pela efetiva vigência da lei e de normas impessoais de conduta. **Onde não existe um Estado**

15 **verdadeiramente legal e impessoal, não pode haver nem democracia nem cidadania completas.**

b) Para Sérgio Buarque de Holanda, onde não há Estado verdadeiramente legal e impessoal, não há nem democracia nem cidadania. (faltou apenas a palavra “completas”)

Entendo que não afeta o sentido geral, pois uma democracia “incompleta”, no rigor do texto, não é de fato uma democracia.

Então, caberia recurso por haver mais de uma resposta viável.

QUESTÃO 04. Considere as três afirmações abaixo.

I. Lamounier admite que existe um tipo de clientelismo que se origina da importância das relações familiares e de interesse pessoal em certas sociedades, como concebido por Sérgio Buarque.

II. Lamounier aponta que há um outro tipo de clientelismo, que se origina da apropriação dos mecanismos e recursos do Estado para favorecimento de pessoas próximas.

III. Lamounier discorda totalmente da análise de Sérgio Buarque de Holanda das origens das relações clientelísticas no Estado brasileiro.

Quais das afirmações estão de acordo com o texto?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) Apenas I e II.

e) Apenas II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão avalia a compreensão da argumentação do autor.

Lamounier, de fato, descreve dois tipos de clientelismo: o tradicional (I), alinhado à visão de Sérgio Buarque, e o moderno (II), que surge a partir do próprio Estado. A afirmação III está incorreta porque o autor não discorda "totalmente", mas complementa a análise de Buarque, considerando-a insuficiente para o contexto atual.

Em suma, há dois tipos de clientelismo:

A meu ver, o clientelismo não tem origem exclusiva na sociedade, de cultura traz ainda dele

44 sempre foi, e continua sendo, produzida a partir do próprio Estado e de sua interação com agentes

45 econômicos, por meio da apropriação de seus mecanismos e recursos para favorecimento de amigos

46 e familiares – ainda hoje se interferências clientelistas em programas governamentais, por

47 exemplo. É preciso, portanto, distinguir – e entender a relação – entre dois tipos de clientelismo. Se

48 no primeiro, tradicional, constata-se o papel do parentesco e da pequena comunidade, no segundo,

49 moderno, o horizonte é o conjunto do espaço econômico nacional. Se aquele é uma extensão

50 natural de vínculos primários, este se baseia em cálculos racionais de ganho e poder político.

QUESTÃO 05. Assinale a alternativa que contém substituições adequadas, no texto, para determinam (I.23), à revelia da (I.23) e essencialmente (I.28), respectivamente.

- a) definem – na ausência da – unicamente
- b) influenciam – na ausência da – primordialmente
- c) definem – apesar da – unicamente
- d) influenciam – apesar da – primordialmente
- e) definem – apesar da – primordialmente

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

"Determinam" tem o sentido de "influenciam" fortemente, de forma irresistível e irremediável. Então, o melhor sinônimo é "definem". "À revelia da" significa "apesar da" ou "sem levar em conta a". "Essencialmente" quer dizer "na sua essência", sendo "primordialmente" o sinônimo mais adequado, pois "unicamente" seria uma restrição excessiva.

QUESTÃO 06. Considere o período abaixo destacado do texto e as três propostas de reescrita para ele.

Se fosse única e essencialmente uma sobrevivência cultural, (o clientelismo) já teria murchado, evaporado, desaparecido, da política brasileira. (I.40-42)

I. Como é única e essencialmente uma sobrevivência cultural, (o clientelismo) já deveria ter murchado, evaporado, desaparecido, da política brasileira.

II. Por ser única e essencialmente uma sobrevivência cultural, (o clientelismo) já deveria ter murchado, evaporado, desaparecido, da política brasileira.

III. Se é única e essencialmente uma sobrevivência, por que (o clientelismo) não murchou, não evaporou, não desapareceu, da política brasileira?

Quais propostas mantêm a posição de Lamounier em relação à hipótese de Sérgio Buarque?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.

e) Nenhuma.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O trecho original apresenta uma condição hipotética que o autor considera falsa. As propostas I e II transformam a hipótese em uma causa, o que contradiz a ideia do autor.

A proposta III, por meio de uma pergunta retórica, mantém a mesma linha de raciocínio: questiona a validade da premissa, assim como o texto original.

O “se” em III tem valor causal:

III. Se (já que é) é única e essencialmente uma sobrevivência, por que (o clientelismo) não murchou, não evaporou, não desapareceu, da política brasileira?

Não murchou porque não é apenas uma sobrevivência. Se fosse mesmo, o clientelismo teria murchado...

QUESTÃO 07. Considere as afirmações abaixo, referentes ao uso de vírgulas no texto.

I. As vírgulas que delimitam "como a questão sobre nossa composição racial e seu papel na evolução do país" (I.06-07) poderiam ser eliminadas sem prejuízo do sentido do texto.

II. As vírgulas que delimitam "e noutros livros da época" (I.24) poderiam ser eliminadas sem prejuízo do sentido do texto.

III. A vírgula que segue "sofisticada e diversa" (I.37) poderia ser eliminada sem prejuízo sentido do texto, mas a vírgula que segue "na sociedade" (I.43) não poderia.

Quais afirmações são corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas I e II.

d) Apenas II e III.

e) Todas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Em I, a vírgula introduz uma exemplificação e não pode ser removida sem alterar o sentido.

Em II, o trecho é um adjunto adverbial intercalado e de curta extensão, portanto as vírgulas são facultativas.

Em III, a vírgula após “diversa” foi empregada para evitar confusão, já que há mais de um “e” no texto. A banca pode entender que seria uma vírgula obrigatória; mas o enunciado menciona apenas “sentido”, e essa vírgula não afetaria o sentido da enumeração.

37 por uma rede de comunicações sofisticada e diversa, e por grandes grupos de mídia; com um estado

43 A meu ver, o clientelismo não tem origem exclusiva na sociedade, de baixo pra cima...

A vírgula após sociedade, se retirada, causaria uma mudança de sentido, pois o termo “de baixo para cima” passaria a funcionar como uma locução adjetiva modificando o substantivo “sociedade”.

o clientelismo não tem origem exclusiva na sociedade, de baixo pra cima...

o clientelismo não tem origem exclusiva na sociedade de baixo pra cima...

QUESTÃO 08. Adjetivos com função de adjuntos adnominais são omissíveis num texto quando a perda de sentido não afeta a referência da expressão; se afeta, não são omissíveis. Agora, associe as duas colunas.

(1) omissível

(2) não omissível

() melhores (I.01)

() brasileiros (I.01)

() grande (I.02)

() cruciais, desde então permanentes, (I.06)

() agudo (I.08)

Assinale a alternativa que preenche adequadamente os parênteses, de cima para baixo.

a) 2 – 2 – 1 – 2 – 1

b) 1 – 1 – 1 – 2 – 1

c) 1 – 1 – 2 – 2 – 2

d) 2 – 1 – 1 – 2 – 1

e) 1 – 2 – 1 – 2 – 1

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

"brasileiros" restringem "intelectuais", se "removido", teríamos "intelectuais" em geral, não apenas os brasileiros.

"Cruciais" e "permanentes" definem "tarefas". Portanto, não são omissíveis (2). "Grande" e "agudo" apenas qualificam os substantivos "esfinge" e "sentimento", sendo omissíveis (1) sem perda da referência principal.

QUESTÃO 09. Considere as alterações abaixo no trecho das linhas 28 a 32. Com elas, a hipótese de Sérgio Buarque é atualizada: é reescrita como uma afirmação válida no presente, para o Brasil atual.

Parece claro que o clientelismo do Brasil atual é essencialmente um arcaísmo, um conjunto de práticas que não mais se coaduna com a etapa evolutiva alcançada por nossa sociedade, mas que por força de alguma inércia cultural.

É um morto-vivo, digamos; o país ainda não sepultá-lo devidamente, mas ele sob os trilhos do "progresso".

Agora, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas na ordem em que aparecem.

- a) sobrevive – tinha conseguido – está desaparecendo
- b) sobrevive – conseguiu – desaparecerá
- c) tinha sobrevivido – tinha conseguido – está desaparecendo
- d) tinha sobrevivido – conseguiu – está desaparecendo
- e) sobrevive – tinha conseguido – desaparecerá

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão pede a adequação dos tempos verbais para expressar uma afirmação "válida no presente".

A primeira lacuna pede o presente do indicativo ("sobrevive") para concordar com "é" e "se coaduna".

A segunda pede o pretérito perfeito ("conseguiu") devido à expressão "ainda não". A terceira lacuna expressa uma consequência futura, exigindo o futuro do presente ("desaparecerá").

1 Na primeira metade do século XX, os melhores intelectuais brasileiros sentiram-se convocados a
2 decifrar uma grande esfinge: _____, afinal o Brasil, decorridos mais de quatrocentos anos do
3 "descobrimento" e um século de independência, não conseguia trilhar de maneira efetiva os caminhos
4 do desenvolvimento? Escritores, historiadores e cientistas sociais como Euclides da Cunha, Oliveira
5 Viana, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda buscavam compreender o nascente "identidade
6 nacional". Enfrentaram tarefas cruciais, desde então permanentes, no debate nacional, como a
7 questão de nossa composição racial e seu papel na evolução do País, e, sobretudo, discutiram o
8 quadro político nacional a partir de um sentimento agudo de fragilidade e limitação do arcabouço
9 republicano – ainda pouco experimentado, mas que alguns percebiam como inviável.

10 Raízes do Brasil singulariza-se, entre as obras desse período, pela clareza do diagnóstico.

11 Sinteticamente, o argumento de Sérgio Buarque é que não pode haver democracia e cidadania
12 plenas onde não existe um verdadeiro Estado; No modelo político do liberalismo republicano por ele
13 adotado, Estado, democracia e cidadania interpenetram-se e reforçam-se mutuamente, catalisados
14 pela efetiva vigência da lei e de normas impessoais de conduta. Onde não existe um Estado
15 verdadeiramente legal e impessoal, não pode haver nem democracia nem cidadania completas.

16 Mas como poderia tal Estado surgir num país com características opostas, _____ o poder
17 público não consegue se desprender realmente do poder privado e _____ cultura traz ainda
18 bem nítidas as imagens do indivíduo e da família, com a peculiar dilatação que lhes imprimiu a
19 sociedade agrária portuguesa e suas extensões coloniais no Brasil? Para Sérgio Buarque, esse era um
20 dos principais obstáculos à constituição, no Brasil, da ordem pública necessária à democracia: toda a
21 nossa formação histórica teria se feito em direção uma estruturação social em que o círculo
22 familiar é que se expande; nessa sociedade, os afetos e o interesse pessoal do "homem cordial"
23 determinam as demais relações sociais, inclusive as de poder político, à revelia da ordem legal.

24 Em retrospecto, a atenção em Raízes do Brasil, e noutros livros da época, as análises

25 exageradamente culturalistas. Nesse sentido, deve-se refletir sobre o fenômeno do clientelismo e
26 seus parentes próximos – o nepotismo, o filhotismo, o bacharelismo etc. – isto é, todo aquele
27 conjunto de práticas que nos remetem ao grande latifúndio, ao poder dos coronéis e de suas
28 famílias; aos currais eleitorais. Na ótica culturalista, o clientelismo do século XX seria essencialmente
29 um arcaísmo, um conjunto de práticas que não mais se coadunaria com a etapa evolutiva alcançada
30 pela sociedade, mas que sobreviveria por força de alguma inércia cultural; seria um morto-vivo,
31 uma fantasmagoria, digamos,, qual o país não teria conseguido proporcionar o devido
32 sepultamento, mas que estaria fadada a desaparecer sob os trilhos do "progresso".

33 Ora, progresso, transformação estrutural, é o que não faltou no Brasil pelo menos de 1930 até o
34 último quartel do século XX. Em tese, não se vê _____ o clientelismo haveria de medrar numa
35 sociedade como a brasileira: altamente urbanizada, demograficamente agigantada, com estrutura
36 econômica complexa, mas socialmente esgarçada e violenta; uma sociedade totalmente integrada
37 por uma rede de comunicações sofisticada e diversa, e por grandes grupos de mídia; com um estado
38 e um sistema de justiça organizados e poderosos, pouco sujeitos ao controle outrora exercido pela
39 família e pela religião. Se por clientelismo entendemos ainda aquele conjunto de práticas enraizado
40 nos remotos tempos coloniais, o ambiente das últimas décadas com certeza não lhe é propício. Se
41 fosse única e essencialmente uma sobrevivência cultural, já teria murchado, evaporado,
42 desaparecido, da política brasileira. Mas práticas clientelistas continuam à vista.

43 A meu ver, o clientelismo não tem origem exclusiva na sociedade, de cultura traz ainda dele
44 sempre foi, e continua sendo, produzida a partir do próprio Estado e de sua interação com agentes
45 econômicos, por meio da apropriação de seus mecanismos e recursos para favorecimento de amigos
46 e familiares – ainda hoje se interferências clientelistas em programas governamentais, por
47 exemplo. É preciso, portanto, distinguir – e entender a relação – entre dois tipos de clientelismo. Se
48 no primeiro, tradicional, constata-se o papel do parentesco e da pequena comunidade, no segundo,

49 moderno, o horizonte é o conjunto do espaço econômico nacional. Se aquele é uma extensão

50 natural de vínculos primários, este se baseia em cálculos racionais de ganho e poder político.

Extraído e adaptado de: Bolívar Lamounier, *Tribunos, Profetas e Sacerdotes: Intelectuais e Ideologias no Século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p.206-223.

QUESTÃO 10. Considere as seguintes propostas de alteração na ordem de expressões adverbiais do texto.

(Ignore questões relativas ao uso de maiúsculas ou minúsculas.)

I. Deslocamento de Na primeira metade do século XX (I.01), entre vírgulas, para imediatamente depois de sentiram-se (I.01).

II. Deslocamento de afinal (I.02), sem vírgulas, para imediatamente depois de decorridos (I.02).

III. Deslocamento de sobretudo (I.07), entre vírgulas, para imediatamente depois de sentimento agudo (I.08).

Quais propostas mantêm o significado do período original no texto?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) Apenas I e II.

e) Nenhuma.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão avalia como o deslocamento de termos afeta o sentido.

Em I, o deslocamento do adjunto adverbial de tempo para o meio da oração, entre vírgulas, é gramaticalmente correto e não altera o sentido, pois continuaria se referindo ao processo “*sentiram-se convocados a 2 decifrar uma grande esfinge*”

Eles “sentiram-se convocados a 2 decifrar uma grande esfinge” Na primeira metade do século XX

1 Na primeira metade do século XX, os melhores intelectuais brasileiros sentiram-se convocados a

2 decifrar uma grande esfinge: _____, afinal o Brasil, decorridos mais de quatrocentos anos do

3 "descobrimento" e um século de independência, não conseguia trilhar de maneira efetiva os caminhos

4 do desenvolvimento?

Em II e III, os deslocamentos alteram o termo modificado pelo advérbio ("afinal" e "sobretudo"), mudando o foco e o significado da frase.

QUESTÃO 11. Na coluna à esquerda, enumeram-se usos gramaticais do pronome se, na coluna à direita, aparecem frases do texto que exemplificam esses usos.

Associe-as preenchendo os parênteses à direita.

(1) sujeito indeterminado

(2) reflexivo

(3) recíproco

(4) voz passiva

() No modelo político do liberalismo republicano por ele adotado, Estado, democracia e cidadania interpenetram-se (I.12-13)

() o poder público não consegue se desprender realmente do poder privado (I.16-17)

() uma estruturação social em que o círculo familiar é que se expande (I.21-22)

() Nesse sentido, deve-se refletir sobre o fenômeno do clientelismo e seus parentes próximos (I.25-26)

() no primeiro, tradicional, constata-se o papel do parentesco e da pequena comunidade (I.48)

Assinale a alternativa que preenche adequadamente os parênteses, de cima para baixo.

a) 2 – 4 – 1 – 4 – 3

b) 1 – 3 – 2 – 1 – 4

c) 2 – 3 – 3 – 1 – 4

d) 3 – 2 – 3 – 2 – 1

e) 3 – 2 – 2 – 1 – 4

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão exige a classificação da função do pronome "se".

"Interpenetram-se" indica ação mútua (recíproco - 3).

"Se desprender" e "se expande" indicam ação sobre o próprio sujeito (reflexivo - 2).

Em "deve-se refletir", temos verbo intransitivo + SE; então, o sujeito é indeterminado (1). Em "constata-se o papel", temos a voz passiva sintética, onde "o papel é constatado" (voz passiva - 4).

QUESTÃO 12. As alternativas abaixo indicam a localização de ocorrências da palavra que no texto.

Assinale a alternativa cuja ocorrência é uma conjunção integrante; e NÃO um pronome relativo.

a) Na linha 09.

b) Na linha 11.

c) Na linha 18.

d) Na linha 21.

e) Na linha 30.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão testa a distinção entre as funções do "que".

Na linha 11, o "que" inicia a oração "que não pode haver democracia...", a qual completa o sentido do verbo "ser" ("o argumento de Sérgio Buarque é [isso]"). Portanto, é uma conjunção integrante.

Nas outras alternativas, o "que" retoma um termo anterior, funcionando como pronome relativo.

QUESTÃO 13. Alguns participípios correspondem a orações passivas reduzidas, que podem ser expandidas em orações desenvolvidas com sentido similar.

Agora, considere as seguintes expansões de participípios do texto.

I. sentiram-se convocados a decifrar uma grande esfinge (I.01-02):

sentiram que estavam sendo convocados a decifrar uma grande esfinge

II. decorridos mais de quatrocentos anos do Descobrimento (I.02-03):

depois que tinham sido decorridos mais de quatrocentos anos do Descobrimento

III. controle outrora exercido pela família e pela religião (I.38-39):

controle que era outrora exercido pela família e pela religião

Quais expansões estão gramaticalmente corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão avalia a correta expansão de orações reduzidas.

A expansão I mantém o sentido e a correção gramatical.

A expansão III também está correta, transformando a oração reduzida adjetiva em uma desenvolvida.

A expansão II é agramatical, pois o verbo "decorrer" (no sentido de tempo passar) é intransitivo e não admite voz passiva ("tinham sido decorridos" está incorreto).

QUESTÃO 14. Em regra, o sufixo -ismo forma substantivos, derivando-os a partir do radical de substantivos ou adjetivos.

Qual das palavras abaixo **NÃO** tem essa formação?

- a) liberalismo (I.12)
- b) clientelismo (I.25)
- c) filhotismo (I.26)
- d) bacharelismo (I.26)
- e) arcaísmo (I.29)

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o processo de derivação sufixal.

As palavras "liberalismo", "clientelismo", "bacharelismo" e "arcaísmo" são formadas pelo acréscimo do sufixo "-ismo" a radicais primitivos (liberal, cliente, bacharel, arcaico). "Filhotismo", no entanto, deriva de "filhote", que já é uma palavra derivada (filho + -ote), distinguindo seu processo de formação dos demais.

QUESTÃO 15. Considere os agrupamentos de palavras abaixo.

I. metade (I.01), agudo (I.08), democracia (I.11)

II. Sérgio (I.05), coronéis (I.27) e inércia (I.30)

III. país (I.07), Raízes (I.10) e arcaísmo (I.29)

Em quais agrupamentos todas as palavras seguem a mesma regra ortográfica quanto ao uso ou não de acento gráfico?

- a) Apenas em I.**
- b) Apenas em II.**
- c) Apenas em III.**
- d) Apenas em I e II.**
- e) Apenas em I e III.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão exige o conhecimento das regras de acentuação.

No grupo III, todas as palavras ("país", "Raízes", "arcaísmo") são acentuadas pela mesma regra: acentua-se o "i" tônico que forma hiato com a vogal anterior. Nos outros grupos, as palavras seguem regras de acentuação diferentes entre si.

"inércia" e "Sérgio" são paroxítonas terminadas em ditongo; "coronéis" é oxítônica terminada em ditongo aberto.

metade (I.01), agudo (I.08), democracia (I.11) não são acentuadas porque são paroxítonas terminadas em "a" e "e".

Instrução: As questões de 16 a 20 dizem respeito a aspectos da norma-padrão da língua portuguesa.

QUESTÃO 16. Qual das formas verbais abaixo NÃO é uma forma do futuro do subjuntivo?

- a) for
- b) fizer
- c) sobrepor
- d) couber
- e) determinar

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão testa o reconhecimento de formas do futuro do subjuntivo.

"For", "fizer", "couber" e "determinar" são formas válidas desse tempo verbal. "Sobrepor", contudo, é a forma do infinitivo do verbo. A forma correspondente no futuro do subjuntivo seria "sobrepuser".

QUESTÃO 17. Considere o uso de sinais de pontuação nos trechos a seguir.

I. Havia um histórico de incidentes ocasionais na comunidade; o acompanhamento contínuo por equipes de observação parecia desnecessário, contudo; os resultados de agora são surpreendentes.

II. São três os indícios de que houve negligência por parte do órgão: não apresentou um cronograma de fiscalização, como previsto no contrato; deixou de indicar o fiscal do contrato. Não respondeu a alertas, por parte de servidores, da não execução de serviços.

III. Segundo o Artigo 12º, inciso II, primeira alínea de nossa Constituição, os originários de países de língua portuguesa podem tornar-se brasileiros naturalizados obtendo a nacionalidade brasileira, para o que é suficiente que tenham residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

Quais trechos estão de acordo com a norma-padrão?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas II e III.
- e) Nenhum dos trechos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão avalia a pontuação correta.

O trecho I usa o ponto e vírgula de forma inadequada em torno de "contudo". Essa conjunção deveria ser antecedida pelo ponto e vírgula.

O trecho II quebra a enumeração com um ponto final, o que é incorreto.

O trecho III está corretamente pontuado, com as vírgulas isolando o adjunto adverbial inicial e a oração explicativa.

QUESTÃO 18. Assinale a alternativa em que a concordância dos termos está de acordo com a norma-padrão.

a) O Título II da Constituição brasileira contém seus "direitos e garantias fundamentais"; tratam-se dos princípios fundamentais da democracia e da cidadania no Brasil.

b) Setores do jornalismo criticam a insegurança jurídica brasileira, mas não raras vezes ela decorre de desinformação que aquelas mesmas parcelas da imprensa parecem ter introjetadas.

c) De acordo com as recomendações dos órgãos fiscalizadores, devem-se concluir ainda no exercício de 2025 as obras remanescentes de programas governamentais anteriores a 2023.

d) Pelo Constituição brasileira, para tornarem-se brasileiros naturalizados, bastam aos originários de países de língua portuguesa a nacionalidade brasileira, sendo que para obtê-la é exigido residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

e) Em parte da jurisprudência, percebe-se que o nexo entre casos extremos de insegurança econômica e abandono de responsabilidades parentais têm sido minimizados em favor de considerações morais sobre a natureza das relações familiares.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão foca na concordância verbal e nominal.

A alternativa (c) está correta, pois o verbo "devem" concorda com o sujeito paciente "as obras remanescentes".

As outras alternativas contêm erros: (a) "trata-se" é invariável; (b) "introjetada" concorda com "desinformação"; (d) "basta" concorda com "nacionalidade"; (e) "tem sido", pois o núcleo do sujeito é "nexo" (singular).

QUESTÃO 19. Considere os trechos a seguir quanto ao uso ou não de preposição com orações subordinadas.

I. No depoimento de hoje, foi afirmado pelo réu, quando instado a confirmar a declaração por meio de prova, de que não dispunha de documento ou registro do encontro.

II. Desde o debate de 2023, há relativo consenso entre especialistas da educação, especialmente à luz de vários resultados de pesquisa, de que é preciso limitar o uso de celulares nas escolas.

III. Em sua arguição, a defesa enfatizou que o objeto que, segundo o laudo técnico, o réu teria atingido a vítima não tinha forma correspondente à lesão encontrada na perícia médica.

Quais trechos estão de acordo com a norma-padrão?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas II e III.
- e) Nenhum dos trechos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão analisa a regência.

O trecho I está incorreto, pois o verbo "afirmar" não pede a preposição "de".

O trecho II está correto, pois o substantivo "consenso" rege a preposição "de" ("consenso de que").

O trecho III apresenta um erro de regência; o correto seria "o objeto com que o réu teria atingido a vítima". (atingir com um objeto)

QUESTÃO 20. Assinale a alternativa em que o uso de pronomes átonos ou de voz passiva está de acordo com a norma-padrão.

- a) A defesa alega que o juiz não a permitiu ter acesso aos autos do processo até o momento.
- b) No depoimento, o réu foi perguntado várias vezes se confirmava a veracidade das informações que tinha fornecido em sua delação premiada.
- c) Considerando as conclusões da comissão, acredita-se que a companhia só deve tomar novas decisões depois que forem bem refletidas pelo conselho.

d) Segundo alguns empresários, a nova legislação torna a contratação de novos funcionários mais custosa; isso provavelmente os fará rever contratos, especialmente os estabelecidos nos últimos meses.

e) O réu afirma ser inocente quanto à acusação de não ter prestado socorro; segundo ele, o choque do acidente impediu-lhe de reagir e socorrer a vítima.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão avalia a colocação pronominal e a regência.

A alternativa (d) está correta, pois a construção com verbo causativo (fazer + infinitivo) "os fará rever" segue a norma culta. As outras alternativas apresentam erros: (a) o correto é "não lhe (a ele) permitiu"; (b) "foi perguntado" é forma inadequada de voz passiva, pois o verbo é transitivo indireto; (c) a voz passiva com "refletir" é inadequada, o verbo é intransitivo; (e) o verbo "impedir" pede objeto direto de pessoa ("impediu-o").

QUESTÃO 21. O Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, respeitada e indispensável para a tutela dos cidadãos e da sociedade. Essa conformação institucional consolidou-se na Constituição Federal de 1988, após trajetória histórica de membros(as) abnegados(as) que contribuíram incansavelmente para os avanços conquistados. Neste panorama, analise as assertivas a seguir.

I - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, sendo-lhe assegurada autonomia funcional e administrativa nos termos da Constituição e da lei. Quanto à sua divisão, o Ministério Público da União não abarca os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal. Ademais, é prescindível a elaboração da sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

II - O Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Militar fazem parte do Ministério Público da União. Os Ministérios Públicos dos Estados, do Distrito Federal e da União formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para a escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, sendo prescindível que tenha idade mínima de 35 anos na data da posse no Rio Grande do Sul.

III - São princípios institucionais a vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o membro o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado, a inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria simples de seus membros, assegurada ampla defesa e a irredutibilidade de subsídio. Não se prescinde, na elaboração da sua proposta orçamentária, de seguir os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

IV - Incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Sua conformação abrange o Ministério Público da União e os Ministérios Públicos dos Estados. Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo.

V - Consoante expresso em lei, o membro do Ministério Público do Rio Grande do Sul deverá velar, especialmente, pelo prestígio da Justiça, pelo respeito aos Magistrados, Advogados e membros da Instituição, comparecer, diariamente, ao foro, durante o expediente, sendo prescindível oficial em todos os atos em que sua presença for obrigatória, bem como obedecer, rigorosamente, aos prazos processuais. Para aferição do merecimento não será observada a conduta pessoal na sua vida pública ou particular e a frequência e o aproveitamento em cursos de especialização e pós-graduação *stricto sensu*.

Após analisar as assertivas, assinale a alternativa correta.

a) Apenas I e II estão corretas.

b) Apenas II e III estão corretas.

c) Apenas IV está correta.

d) Apenas V está correta.

e) Apenas IV e V estão corretas.

Comentários

A resposta correta é a **letra C**. A questão trata de disposições Constitucionais referentes ao Ministério Público. Preliminarmente, vejamos as assertivas.

A assertiva I está incorreta; embora acerte ao listar os princípios institucionais (unidade, indivisibilidade e independência funcional, consoante art. 127, §1º, CF: “O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. § 1º - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional”) e a estrutura do MP, erra ao usar o termo "prescindível" (dispensável) quando deveria ser "imprescindível". A elaboração da proposta orçamentária dentro dos limites da LDO é obrigatória (art. 127, §3º, CF).

A assertiva II está incorreta, por não mencionar o MPDFT como integrante do MPU e ao confundir os requisitos de idade mínima - os 35 anos são exigidos apenas para o PGR (art. 128, §1º, CF), não para os Procuradores-Gerais estaduais. Vejamos: “O Ministério Público abrange: (...) § 1º O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução. (...) § 3º Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.”

A assertiva III está incorreta, por confundir garantias com princípios institucionais. Vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade são garantias dos membros (art. 128, §5º, I, CF), não princípios institucionais. Além disso, erra o quórum para inamovibilidade por interesse público: é maioria absoluta, não simples. Vejamos: (art. 127, CF) “O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. § 1º - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.”

A assertiva IV está correta, pois reproduz fielmente a CF/88: defesa da ordem jurídica, regime democrático e interesses indisponíveis (art. 127, caput: “Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.”); estrutura do MP (art. 128); e formação de lista tríplice pelos MPs estaduais e do DF (art. 128, §3º: “O Ministério Público abrange: (...) § 3º Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.”

A assertiva V está incorreta, por apresentar contradições lógicas: afirma ser "prescindível oficial em atos obrigatórios" e que "não será observada a conduta pessoal" para merecimento (contraria a sistemática de avaliação).

QUESTÃO 22. A estruturação organizacional do Ministério Público é composta por um amplo conjunto de normas. Nesse contexto, surgiu o Conselho Nacional do Ministério Público, com sua composição e atribuições, exercendo função elementar no sentido dos controles que aperfeiçoam a Instituição e a tornam ainda mais respeitada e democrática. Assim sendo, analise as assertivas a seguir e aponte qual delas está correta.

a) A destituição do Procurador-Geral da República pode ocorrer por iniciativa do Presidente da República e deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional. No Rio Grande do Sul, compete ao Colégio de Procuradores de Justiça propor, por maioria simples, na forma da Lei Orgânica Estadual, ao Poder Legislativo, a destituição do Procurador-Geral de Justiça. Quanto aos(as) membros(as) do Ministério Público, é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, assim como exercer atividade político-partidária.

b) É função institucional do Ministério Público promover com exclusividade o inquérito civil e a ação civil pública. Para tanto, consoante expresso em lei, as requisições expedidas pelos(as) membros(as) com destinatários o Governador do Estado, os membros do Poder Legislativo estadual, os Desembargadores e os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, para subsequente encaminhamento, deverão ser enviadas por meio da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

c) No exercício de suas funções, que só podem ser exercidas por integrantes da carreira, deverão estes residir na comarca da respectiva lotação. Constituem prerrogativas dos(as) membros(as) do Ministério Público receber o mesmo tratamento jurídico e protocolar dispensado aos membros do Poder Judiciário

junto aos quais oficiem, bem como tomar assento à esquerda dos juízes singulares ou do Presidente do Tribunal e dos órgãos fracionários do Tribunal.

d) No Rio Grande do Sul, são órgãos da Administração Superior do Ministério Público a Procuradoria-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria-Geral do Ministério Público. Por sua vez, as Procuradorias de Justiça e as Promotorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público, enquanto os(as) Procuradores(as) de Justiça, os(as) Promotores(as) de Justiça, o Procurador-Geral de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público são Órgãos de Execução do Ministério Público, consoante exposto na Lei Orgânica estadual.

e) O Conselho Nacional do Ministério Público é composto por: três membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras; três membros do Ministério Público dos Estados; dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça; dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; e dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal. O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre seus integrantes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão versa sobre o Conselho Nacional do Ministério Público.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que a destituição do PGR requer autorização do Senado Federal, não do Congresso Nacional, nos termos do art. 128, §2º, CF: “Art. 128. O Ministério Público abrange: (...) § 2º A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.”; e, no RS, a destituição do PGJ exige maioria absoluta do Legislativo, não maioria simples, nos termos do art. 128, §4º, CF: “Art. 128. O Ministério Público abrange: (...) § 4º Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.”

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que o MP não tem exclusividade sobre o inquérito civil - outros legitimados podem usar instrumentos investigatórios próprios. Além disso, as requisições devem ser remetidas ao Procurador-Geral, não à Corregedoria-Geral (art. 32, §2º, LO/RS: “Art. 32 - No exercício de suas funções, os membros do Ministério Público poderão: § 2º - Os membros do Ministério Público deverão remeter ao Procurador Geral de Justiça as notificações e requisições que tiverem como destinatários o Governador do Estado, os membros do Poder Legislativo estadual, os Desembargadores e os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, para subsequente encaminhamento.”

A alternativa C está incorreta, pois, apesar de acertar sobre residência na comarca e tratamento protocolar, erra ao afirmar assento à esquerda dos juízes - o correto é à direita (art. 35, II, LO/RS).

A alternativa D está correta, pois a classificação dos órgãos está conforme o Quadro nº 1 da Lei Orgânica/RS: Administração Superior (PGJ, Colégio de Procuradores, CSMP, Corregedoria-Geral); Órgãos de Administração (Procuradorias e Promotorias); Órgãos de Execução (Procuradores, Promotores, PGJ e CSMP).

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que o CNMP tem quatro membros do MPU (MPF, MPT, MPM e MPDFT), não três (art. 130-A, II, CF); e o Corregedor Nacional só pode ser escolhido dentre os membros do MP, não qualquer integrante (art. 130-A, §3º, CF).

QUESTÃO 23. O cidadão X é bacharel em Direito, tendo colado grau no dia 10 de janeiro de 2014. Foi aprovado no concurso para Promotor de Justiça do Rio Grande do Sul. Nomeado, tomou posse no dia 25 de novembro de 2019. Depois de fruir período de trânsito, X assumiu uma Promotoria de Justiça com atribuições para atuar em matérias alusivas às áreas de infância e juventude, direito ambiental, improbidade administrativa, consumidor, idoso, saúde pública e velamento das fundações. Após 05 anos atuando nesta Promotoria, habilitou-se à promoção por merecimento para o cargo de 1º Promotor de Justiça Criminal da Comarca vizinha, com atribuições alusivas aos crimes dolosos contra a vida, crimes comuns e execução penal. Nos meses de março e julho de 2021 desfrutou de período de férias regulamentares. No dia 10 de abril de 2024, X envolveu-se em acidente de trânsito, causando lesões corporais culposas em três vítimas. Considerando a legislação institucional nacional e do Rio Grande do Sul, aponte qual das assertivas abaixo está correta.

a) Os períodos de março e julho de 2021, nos quais X gozou férias, e os dias alusivos ao trânsito serão considerados como de efetivo exercício para seu vitaliciamento. O pedido de promoção de X será analisado pelo Colégio de Procuradores, que indicará ao Procurador-Geral de Justiça lista tríplice. A autoridade policial que tomar conhecimento de eventual ilícito penal praticado por X remeterá, imediatamente, sob pena de responsabilidade, os respectivos autos ao Corregedor-Geral do Ministério Público, para dar prosseguimento à apuração.

b) Os períodos de março e julho de 2021, nos quais X gozou férias, e os dias alusivos ao trânsito não serão considerados como de efetivo exercício para seu vitaliciamento. O pedido de promoção de X será analisado pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores, que indicará ao Procurador-Geral de Justiça lista tríplice. A autoridade policial que tomar conhecimento de eventual ilícito penal praticado por X remeterá, imediatamente, sob pena de responsabilidade, os respectivos autos ao Corregedor-Geral do Ministério Público, para dar prosseguimento à apuração.

c) Os períodos de março e julho de 2021, nos quais X gozou férias, e os dias alusivos ao trânsito serão considerados como de efetivo exercício para seu vitaliciamento. O pedido de promoção de X será analisado pelo Conselho Superior do Ministério Público, que indicará ao Procurador-Geral de Justiça lista tríplice. A autoridade policial que tomar conhecimento de eventual ilícito penal praticado por X remeterá, imediatamente, sob pena de responsabilidade, os respectivos autos ao Corregedor-Geral do Ministério Público, para dar prosseguimento à apuração.

d) Os períodos de março e julho de 2021, nos quais X gozou férias, e os dias alusivos ao trânsito serão considerados como de efetivo exercício para seu vitaliciamento. O pedido de promoção de X será analisado pelo Colégio de Procuradores, que indicará ao Procurador-Geral de Justiça lista tríplice. A autoridade policial que tomar conhecimento de eventual ilícito penal praticado por X remeterá, imediatamente, sob pena de responsabilidade, os respectivos autos ao Procurador-Geral de Justiça, para dar prosseguimento à apuração.

e) Os períodos de março e julho de 2021, nos quais X gozou férias, e os dias alusivos ao trânsito não serão considerados como de efetivo exercício para seu vitaliciamento. O pedido de promoção de X será analisado pelo Conselho Superior do Ministério Público, que indicará ao Procurador-Geral de Justiça lista tríplice. A autoridade policial que tomar conhecimento de eventual ilícito penal praticado por X remeterá, imediatamente, sob pena de responsabilidade, os respectivos autos ao Procurador-Geral de Justiça, a quem competirá dar prosseguimento à apuração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão versa sobre a contagem de prazo para o vitaliciamento no Ministério Público.

A alternativa A está incorreta. Vejamos o que a norma diz respeito aos aspectos tratados: Férias e trânsito: O art. 23, §1º da LO/RS é claro: não serão considerados como efetivo exercício os dias de afastamento nas hipóteses do art. 53 da Lei 8.625/93, que inclui férias e trânsito. Portanto, março e julho de 2021 não contam para o vitaliciamento. Promoção por merecimento: Compete ao Conselho Superior do Ministério Público elaborar a lista tríplice (art. 27, II, "a", LO/RS), não ao Colégio de Procuradores. Ilícito penal: A autoridade policial que tomar conhecimento de ilícito praticado por membro do MP deve remeter os autos ao Procurador-Geral de Justiça, que dará prosseguimento à apuração (art. 35, §1º, LO/RS), e não ao Corregedor-Geral.

As alternativas B, C e D igualmente contradizem os critérios supracitados. A única alternativa a apresentar a contagem correta de tempo referente ao vitaliciamento bem como versa corretamente da remessa dos autos ao PGJ é a letra E, estando, por conseguinte, correta.

QUESTÃO 24. Na Comarca Y, o cidadão Z exerce o cargo de Promotor de Justiça desde setembro de 2023, quando tomou posse. No interregno de seu estágio probatório, atuou em diversas matérias, judiciais e extrajudiciais. Submeteu-se a todas as avaliações efetuadas pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Encerrado o segundo trimestre de estágio, obteve o conceito R (Regular) quanto à qualidade de seu trabalho. Faltando um mês para o término de seu estágio, teve impugnado seu vitaliciamento, em decorrência de fato cometido no exercício de suas funções. Neste contexto, analise as assertivas abaixo à luz da legislação institucional do Rio Grande do Sul.

I - As avaliações realizadas pela Corregedoria-Geral até o final do segundo trimestre de efetivo exercício do cargo serão submetidas ao Conselho Superior do Ministério Público, que poderá determinar o prosseguimento dos Promotores de Justiça no estágio probatório. O conceito "R" não poderá tornar inapto para o exercício do cargo, e sua revisão caberá ao Procurador-Geral de Justiça mediante requerimento;

II - Na avaliação do estágio probatório do(a) membro(a) do Ministério Público do Rio Grande do Sul, da decisão do Conselho Superior do Ministério Público que considerar Z inapto para a função em virtude do conceito "R" caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias.

III - Aos 12 (doze) meses de efetivo exercício do cargo, será apurada a confirmação no estágio probatório; aos 18 (dezoito) meses, a permanência na carreira do Promotor de Justiça em estágio probatório; e aos 24 (vinte e quatro) meses, o vitaliciamento por Portaria do Procurador-Geral de Justiça.

IV - Antes do decurso do prazo de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício do cargo, o Procurador-Geral de Justiça, o Corregedor-Geral do Ministério Público e o Colégio de Procuradores de Justiça poderão impugnar o vitaliciamento de Promotor de Justiça em estágio probatório, dirigida a impugnação ao Colégio de Procuradores.

V - Não poderá ser declarado o vitaliciamento do Promotor de Justiça se for apurado fato que atente contra a confirmação, o prosseguimento ou a permanência na carreira, enquanto não transitar em julgado a decisão que o tiver apreciado, permanecendo interrompido o prazo do estágio probatório. O vitaliciamento poderá ser impugnado pelo Procurador-Geral de Justiça, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público e pelo Colégio de Procuradores de Justiça.

Qual das alternativas está correta?

- a) Apenas I é verdadeira.**
- b) Apenas II é verdadeira.**
- c) Apenas III é verdadeira.**
- d) Apenas IV e V são verdadeiras.**
- e) Apenas I, II e III são verdadeiras.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão versa sobre a contagem de prazo para o vitaliciamento no Ministério Público. Vejamos preliminarmente as assertivas.

A assertiva I está incorreta, pois embora acerte na primeira parte (avaliações ao CSMP), erra ao afirmar que conceito "R" não pode tornar Z inapto - o art. 24, §1º permite que conceitos "R" e "I" resultem em inaptidão. Também erra ao indicar recurso ao PGJ - o correto é recurso ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores (art. 24, §4º).

A assertiva II está correta, tendo em vista que, da decisão do CSMP que considerar inapto por conceito "R", cabe recurso em 10 dias ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores (art. 24, §4º, LO/RS).

A assertiva III está incorreta, pois inverte os marcos temporais. O correto é: 12 meses = permanência em estágio probatório; 18 meses = confirmação na carreira; 24 meses = vitaliciamento (arts. 25, caput, e 25-D, LO/RS).

A assertiva IV está incorreta, tendo em vista que o Colégio de Procuradores não pode impugnar o vitaliciamento - só o PGJ e o Corregedor-Geral têm essa legitimidade; ademais, a impugnação é dirigida ao Conselho Superior, não ao Colégio de Procuradores (art. 25-B, LO/RS).

A assertiva V está incorreta, tendo em vista que o prazo do estágio fica suspenso, não interrompido (art. 25-C). E novamente erra ao incluir o Colégio de Procuradores como legitimado para impugnar.

Assim sendo, a letra B é a correta, por ser a única a trazer apenas a assertiva II, estando as demais, A, C, D e E, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 25. A Promotora de Justiça X está classificada junto ao 2º cargo da Promotoria de Justiça Z, de entrância inicial, com atribuições para atuar em matéria cível e extrajudicial. Após 10 (dez) anos de atuação na aludida Promotoria, decidiu habilitar-se à promoção por antiguidade para a Promotoria de Justiça H, de entrância intermediária, no norte do Estado do Rio Grande do Sul. Sua habilitação é tempestiva e, juntamente com outros 8 (oito) colegas interessados, será julgada. No entanto, X foi condenada em processo administrativo-disciplinar com trânsito em julgado anterior à sua habilitação à promoção, por fato cometido um ano antes da data do edital de promoção, circunstância que está registrada em sua ficha funcional e foi informada ao suprarreferido Órgão julgador do edital de promoção. Aponte qual das assertivas abaixo está correta, à luz da legislação institucional do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

a) O Procurador-Geral de Justiça, o Corregedor-Geral do Ministério Público ou qualquer integrante do Conselho Superior do Ministério Público tem legitimidade para propor a recusa de promoção por antiguidade de membro(a) do Ministério Público.

b) A pena de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de advertência, bem como se houver condenação à pena de censura. É possível aplicar a pena de censura se o processado for reincidente em falta anteriormente punida com pena de advertência. A pena de suspensão, de 10 (dez) até 120 (cento e vinte) dias, será aplicada no caso de reincidência em falta anteriormente punida com advertência ou censura.

c) A pena de disponibilidade poderá ser aplicada quando reconhecida a existência de interesse público que a determine, uma vez apurada atuação funcional comprometedora ou demonstração superveniente de insuficientes conhecimentos jurídicos, assim como reincidência em falta anteriormente punida com advertência, multa ou censura.

d) São hipóteses para que a Promotora de Justiça X possa ser punida com advertência a ocorrência de negligência ou o acúmulo ilegal de cargo, ou ainda a revelação de assunto de caráter sigiloso que conheça em razão do cargo ou função, comprometendo a dignidade de suas funções ou da Justiça.

e) Caso X tenha sofrido a sanção disciplinar de disponibilidade, não estará sujeita às vedações constitucionais no período da aludida sanção. A extinção da punibilidade administrativa da falta punível com advertência, multa ou censura, ocorre em 2 (dois) anos. Uma das causas de interrupção do curso da prescrição é a data da portaria de instauração de inquérito administrativo-disciplinar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão versa sobre a promoção por antiguidade, no que diz respeito ao Ministério Público.

A alternativa A está correta, pois o art. 26-B, caput, da LO/RS expressamente confere legitimidade ao Procurador-Geral, Corregedor-Geral ou qualquer integrante do CSMP para propor recusa de promoção por antiguidade: “Art. 26-B - Os conflitos de atribuição deverão ser suscitados, fundamentadamente, nos

próprios autos em que ocorrerem e serão decididos pelo Procurador-Geral de Justiça, conforme o inciso XIX do artigo 25 desta Lei, mantendo-se cópia de inteiro teor do processo na Promotoria de Justiça suscitante.”

A alternativa B está incorreta, pois, embora acerte ao dizer que multa pode ser cumulada com advertência e censura, e que censura se aplica em reincidência de advertência, erra o prazo da suspensão: é de 10 a 90 dias, não 120 dias (art. 118, LO/RS).

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que a disponibilidade exige reincidência em falta punida com suspensão, não com advertência, multa ou censura (art. 118-B, IV, LO/RS).

A alternativa D está incorreta, pois a negligência é hipótese de advertência (correto), mas acúmulo ilegal de cargo e revelação de assunto sigiloso são hipóteses de suspensão, não advertência (art. 118, II e IV, LO/RS).

A alternativa E está incorreta, por apresentar três erros: o membro em disponibilidade continua sujeito às vedações constitucionais (art. 118-A, §5º); a censura prescreve em 3 anos, não 2 (art. 125, II); e a prescrição se interrompe pela instauração de processo administrativo-disciplinar, não inquérito (art. 125, §3º, I).

QUESTÃO 26. O convencionalismo internacional e a legislação pátria acerca da necessária proteção de crianças e adolescentes são compostos por uma gama considerável de preceitos normativos, estabelecendo um verdadeiro sistema de fomento à tutela integral. Nessa conjuntura, analise as assertivas abaixo e aponte qual delas está correta.

a) A Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança estabelece a idade limite de 16 anos para conceituar “criança”. Por sua vez, a Convenção da ONU, firmada em Haia, concernente à adoção internacional de crianças, preconiza que tal modalidade de adoção deverá ocorrer desde que o consentimento da mãe tenha sido manifestado antes do nascimento da criança.

b) O Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil afasta quaisquer outras disposições mais propícias à fruição dos direitos previstos na legislação de cada país. O consentimento da mãe nas adoções deve ser manifestado antes do nascimento da criança.

c) Consoante expresso na Constituição Federal, a União aplicará em educação, anualmente, nunca menos que cinco por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dezoito por cento, da receita resultante de impostos, devendo todos destinar parte desses recursos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais.

d) Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. O direito à proteção especial de crianças e adolescentes compreende a idade mínima de doze anos para admissão ao trabalho, assegurando-lhes direitos previdenciários e trabalhistas.

e) Compete ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, bem como avaliar a política estadual e municipal e a atuação dos Conselhos Estaduais e Municipais da Criança e do Adolescente. Ao

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente compete promover e apoiar a realização de campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da proteção integral da criança e do adolescente, conforme o sistema internacional (Convenção da ONU, Protocolos e Convenções de Haia) e a legislação brasileira (CF e ECA), exigindo identificar qual alternativa traduz corretamente esses preceitos.

A alternativa A está incorreta, pois a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança define *criança* como toda pessoa com menos de 18 anos. Já a Convenção de Haia sobre Adoção Internacional exige que o consentimento da mãe ocorra após o nascimento, e de forma livre e informada.

A alternativa B está incorreta, já que o Protocolo Facultativo não afasta normas internas mais protetivas, ao contrário, admite que cada Estado mantenha ou adote regras mais benéficas. Ademais, o consentimento materno não pode ser anterior ao parto.

A alternativa C está incorreta, pois os percentuais estão trocados: a União deve aplicar no mínimo 18%, e Estados, DF e Municípios 25% da receita resultante de impostos na educação, conforme o art. 212 da Constituição Federal.

A alternativa D está incorreta, já que o dever familiar está correto, mas a idade mínima para o trabalho é de 16 anos, sendo permitido o trabalho a partir dos 14 apenas como aprendiz (art. 7º, XXXIII, CF).

A alternativa E está correta, já que compete ao CONANDA elaborar as normas gerais da política nacional e avaliar a atuação dos conselhos estaduais e municipais, enquanto aos Conselhos Estaduais cabe promover campanhas educativas — conforme o ECA e o Decreto nº 5.089/2004.

QUESTÃO 27. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) constituiu marco emblemático para a proteção de crianças e adolescentes em nosso país.

Aponte qual das alternativas abaixo está correta, tendo por base a supra referida lei.:

a) Nos casos expressos em lei, excepcionalmente, é possível aplicar o Estatuto da Criança e do Adolescente às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade. Além disso, os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

b) Considera-se criança as pessoas até doze anos de idade completos, e adolescente aquela com mais de doze e menos de dezoito anos de idade. Nenhuma criança ou adolescente menor de 18 anos poderá viajar fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.

c) O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, disponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça. Os filhos havidos fora do casamento serão reconhecidos pelos pais, conjuntamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, ou por outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação.

d) A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela, curatela ou adoção, independentemente de situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente. É possível a adoção por procuração, com poderes especiais, nos casos de conflito entre os direitos e interesses do adotando e dos seus pais ou tutores, inclusive se seus pais biológicos, devem prevalecer os direitos e os interesses do adotante.

e) As medidas específicas de proteção à criança e ao adolescente serão aplicadas isoladamente, podendo consistir, entre outras, no acolhimento institucional, na inclusão em programa de acolhimento familiar e na colocação em família substituta. O acolhimento institucional poderá implicar na privação de liberdade do adolescente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da aplicação e os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), exigindo identificar a alternativa que reflete corretamente suas disposições sobre proteção, comunicação de maus-tratos e alcance etário excepcional.

A alternativa A está correta, pois o ECA admite, de forma excepcional, a aplicação de suas normas a pessoas entre 18 e 21 anos. Também impõe a comunicação obrigatória ao Conselho Tutelar em casos de maus-tratos, castigo físico ou tratamento degradante, sem prejuízo de outras medidas legais.

A alternativa B está incorreta, já que o ECA considera criança até 12 anos incompletos e adolescente entre 12 e 18 anos. Além disso, a autorização judicial para viagem não é exigida em todos os casos fora da comarca, apenas nas hipóteses legais específicas.

A alternativa C está incorreta, pois o reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, e deve respeitar o segredo de justiça. Logo, está errado afirmar que o direito é disponível.

A alternativa D está incorreta, já que a família substituta compreende guarda, tutela e adoção (não curatela), e é vedada a adoção por procuração. Além disso, prevalecem os direitos da criança, não do adotante.

A alternativa E está incorreta, já que as medidas de proteção não implicam privação de liberdade. O acolhimento institucional é medida protetiva, distinta das medidas socioeducativas aplicadas ao adolescente em conflito com a lei.

QUESTÃO 28. A tutela dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil é desenvolvida por uma rede composta por diversos organismos que interagem e exercem suas funções definidas pelo sistema normativo.

Assinale a assertiva que está **INCORRETA**:

a) São funções do Conselho Tutelar, dentre outras, representar à autoridade judicial ou policial para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança ou o adolescente, bem como representar à autoridade judicial para requerer a concessão de medida protetiva de urgência à criança ou ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar, bem como a revisão daquelas medidas já concedidas.

b) Os prazos aplicáveis aos procedimentos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) são contados em dias corridos, excluídos o dia do começo e o dia do vencimento, sem computação em dobro dos prazos para o Ministério Público e a Defensoria Pública. Referentemente ao procedimento para perda ou suspensão do poder familiar, admitem-se as modalidades de citação pessoal, por hora certa ou edital, cada uma com seus requisitos.

c) Para a colocação da criança ou do adolescente em família substituta, sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitados seu estágio de desenvolvimento e seu grau de compreensão das implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada. O procedimento para perda ou suspensão do poder familiar tem por provocação do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse.

d) Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, de tratá-los, educá-los ou protegê-los, que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como forma de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, à obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado, à obrigação de garantir tratamento de saúde especializado à vítima e à advertência.

e) Dentre as atribuições do Ministério Público está a de instaurar, sob sua presidência, inquérito civil para apuração de lesões aos direitos coletivos ou difusos de crianças e adolescentes. Concluído o inquérito civil, com o arquivamento dos autos deste inquérito civil, fundadas razões em outros termos, sob pena de o agente incorrer em falta grave, no prazo de três dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, consoante expresso no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão trata da rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente, pedindo que se identifique a alternativa incorreta quanto às atribuições do Conselho Tutelar, Ministério Público e regras processuais do ECA.

A alternativa A está correta, pois o Conselho Tutelar possui, de fato, competência para representar à autoridade judicial ou policial para afastar o agressor e requerer medidas protetivas à criança ou adolescente vítima de violência doméstica, conforme o ECA e a Lei nº 13.431/2017.

A alternativa B está incorreta, já que os prazos do ECA são contados em dias úteis, não corridos, e o art. 152 expressamente assegura a contagem em dobro para o Ministério Público e a Defensoria Pública.

A alternativa C está correta, pois o ECA prevê que, antes da colocação em família substituta, a criança ou o adolescente deve ser ouvido por equipe interprofissional, e que o procedimento de perda ou suspensão do poder familiar é instaurado pelo Ministério Público ou por quem tenha legítimo interesse.

A alternativa D está correta, na medida em que aqueles que aplicarem castigo físico ou tratamento cruel não são “obrigados a encaminhar a criança a tratamento especializado”, mas sujeitam-se às medidas de orientação, encaminhamento a programas de proteção e advertência, conforme o art. 18-B do ECA.

A alternativa E está correta, já que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para apurar lesões a direitos de crianças e adolescentes, e o arquivamento deve ser remetido ao Conselho Superior do MP no prazo de três dias, sob pena de falta grave, conforme dispõe o art. 201, §2º, do ECA.

QUESTÃO 29. A educação é um dos pilares para o desenvolvimento de um país, a ser proporcionado a crianças e adolescentes como política pública essencial. São emblemáticas, referentemente ao direito à educação e à proteção integral da infância, dentre outras normas, a Lei de Diretrizes e Bases e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Ademais, pode-se cogitar que uma criança ou adolescente têm o potencial de contribuir para a redução da prática de atos infracionais. Na seara de tutela de crianças e adolescentes, ainda, quando praticado um ilícito ou extrajudicialmente, observa-se a inserção de práticas protetivas no sistema normativo.

Analise as assertivas abaixo e aponte qual delas está correta.

a) O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita com limite dos 4 (quatro) aos 14 (quatorze) anos de idade, organizada sob a forma da pré-escola até o ensino fundamental, devendo o Ministério Público zelar por sua efetivação.

b) As medidas socioeducativas de liberdade assistida, de semiliberdade e de internação deverão ser reavaliadas a cada 01 (um) ano, conforme plano individual de atendimento (PIA). Ademais, é possível à autoridade judiciária aplicar nova medida de internação, por atos infracionais praticados anteriormente, àqueles que já tenham concluído o cumprimento de medida socioeducativa dessa natureza.

c) É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade/Ademais, os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e o seu sistema de ensino, têm a incumbência de notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei.

d) Consoante entendimento sumulado no Superior Tribunal de Justiça, o atingimento da maioria penal impede que um adolescente seja responsabilizado por ato infracional cometido antes dos 18 anos de idade, assim como a prescrição penal não é aplicável às medidas socioeducativas, porquanto não possuem natureza penal. Nesse contexto, é prescindível a oitiva do menor antes de decretar-se a regressão de medida socioeducativa.

e) O depoimento especial e a escuta especializada, previstos na Lei nº 13.431/17, são os procedimentos de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência, e de adolescente infrator, perante

autoridade policial ou judiciária. O depoimento especial seguirá o rito cautelar de antecipação de prova quando a criança ou o adolescente tiver menos de 10 (dez) anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do direito à educação e da proteção integral da criança e do adolescente, relacionando deveres do Estado, medidas socioeducativas e procedimentos legais previstos no ECA e na Lei nº 13.431/2017.

A alternativa A está incorreta, pois a educação básica obrigatória e gratuita abrange a faixa etária dos 4 aos 17 anos, conforme a Constituição e a LDB. O Ministério Público atua na fiscalização de seu cumprimento, mas o limite etário indicado está incorreto.

A alternativa B está incorreta, já que as medidas de liberdade assistida, semiliberdade e internação devem ser reavaliadas a cada seis meses, e não a cada ano. Além disso, não se pode aplicar nova internação por atos anteriores ao cumprimento da medida.

A alternativa C está correta, pois os pais devem matricular os filhos na educação básica a partir dos 4 anos, e os estabelecimentos de ensino devem comunicar ao Conselho Tutelar faltas superiores a 30% do permitido, conforme a LDB e o ECA.

A alternativa D está incorreta, já que o atingimento da maioridade não extingue a responsabilização por ato infracional anterior. A prescrição é aplicável às medidas socioeducativas, e é obrigatória a oitiva do adolescente antes de qualquer regressão de medida.

A alternativa E está incorreta, já que o depoimento especial e a escuta especializada se aplicam apenas a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, não a adolescentes infratores. A lei também não restringe o procedimento à idade de 10 anos.

QUESTÃO 30. No dia 25 de agosto de 2024, por volta das 19 horas, na cidade X, Rua dos Arvoredo, em frente ao número 234, o adolescente Z, com 16 anos de idade, perpetrou ato infracional equivalente a um furto, contra a vítima A, que caminhava na passagem pública retornando de seu trabalho, subtraindo-lhe a carteira contendo R\$ 200,00. O fato foi presenciado por duas testemunhas que, imediatamente, apreenderam o adolescente ainda no local e o conduziram à autoridade policial. Tratou-se de fato isolado e a Z, aparentemente, nunca havia perpetrado qualquer ato infracional até então. O pai e a mãe de Z foram chamados e compareceram imediatamente à Delegacia de Polícia.

Assinale a assertiva que está correta.

a) A autoridade policial, ao tomar conhecimento do fato, deverá instaurar o respectivo inquérito policial e encaminhá-lo ao fórum no prazo de 30 dias, considerando que o adolescente não está internado provisoriamente. Em virtude do flagrante, o adolescente deverá ser encaminhado imediatamente ao Ministério Público pela autoridade policial, que não poderá liberá-lo sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação à presença do Ministério Público.

b) O adolescente pode permanecer sob a autoridade policial, que deverá apresentá-lo ao Ministério Público no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para que este possa deliberar sobre as providências a serem adotadas. Enquanto isso, a autoridade policial deverá lavrar inquérito policial, que poderá servir de base para eventual oferecimento de representação, e requerer a decretação da internação provisória de Z.

c) Adotadas as providências legais, o representante do Ministério Público poderá promover o arquivamento dos autos recebidos da autoridade policial, conceder a remissão ou ofertar representação. Ao adolescente Z, em razão do ato infracional perpetrado, poderão ser aplicadas as medidas socioeducativas de advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional.

d) A remissão é uma das medidas possíveis de serem aplicadas a adolescentes autores de ato infracional. Quando o agente do Ministério Público concluir pela aplicação da remissão a adolescente que tenha cometido ato infracional, tal medida não prevalece para efeito de antecedentes, consoante expresso no Estatuto da Criança e do Adolescente.

e) O Ministério Público poderá promover o arquivamento do expediente alusivo ao ato infracional do adolescente Z, se entender insuficientes os elementos de convicção alusivos à autoria e/ou à materialidade do fato. Neste caso, remeterá sua promoção ao Conselho Superior do Ministério Público após homologação judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da aplicação das medidas socioeducativas e procedimentos legais diante de ato infracional praticado por adolescente, conforme regras do Estatuto da Criança e do Adolescente e atuação do Ministério Público.

A alternativa A está incorreta, pois não se instaura inquérito policial, mas procedimento próprio (boletim de ocorrência e auto de apreensão) no ECA. O adolescente pode ser liberado aos pais mediante termo de compromisso, não havendo necessidade de envio imediato ao MP.

A alternativa B está incorreta, já que o adolescente não pode permanecer detido 48 horas sob autoridade policial. Deve ser apresentado imediatamente ao Ministério Público ou ao juiz, e não há inquérito policial, apenas procedimento específico.

A alternativa C está incorreta, pois o Ministério Público pode arquivar, conceder remissão ou oferecer representação, conforme o ECA. As medidas socioeducativas listadas estão corretamente previstas no art. 112, aplicáveis segundo a gravidade e as circunstâncias do ato.

A alternativa D está correta, já que a remissão é medida possível e não implica antecedentes, conforme o art. 127 do ECA. Pode ser concedida pelo MP ou pelo juiz, como forma de exclusão do processo ou como forma de extinção da medida.

A alternativa E está incorreta, já que o arquivamento do procedimento é promovido pelo Ministério Público, mas depende de homologação judicial prévia, não de remessa ao Conselho Superior do MP, que só ocorre nos casos de inquérito civil, não de ato infracional.

QUESTÃO 31. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A tríplex responsabilidade (civil, criminal e administrativa) está prevista na Constituição Federal com relação a condutas lesivas ao meio ambiente.
- b) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica e o Cerrado são declarados patrimônio nacional pela Constituição Federal.
- c) Os biocombustíveis têm garantia constitucional de tributação inferior à dos combustíveis fósseis.
- d) A exploração mineral acarreta a obrigação de recuperação do ambiente degradado.
- e) As unidades de conservação somente podem ser extintas por força de lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Direito Ambiental Constitucional.

A alternativa A está incorreta, pois está totalmente de acordo com o disposto no art. 225, § 3º, da CF (Lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Vejamos: “§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.”

A alternativa B está correta, pois é a única alternativa cujo texto vai de encontro ao disposto pela Constituição Federal (Lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). De acordo com o art. 225, § 4º, o Cerrado não é declarado patrimônio nacional, vejamos: “§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.”

A alternativa C está incorreta, pois está totalmente de acordo com o disposto no art. 225, § 1º, VIII, da CF (Lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Vejamos: “§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: VIII - manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis e para o hidrogênio de baixa emissão de carbono, na forma de lei complementar, a fim de assegurar-lhes tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis, capaz de garantir diferencial competitivo em relação a estes, especialmente em relação às contribuições de que tratam o art. 195, I, "b", IV e V, e o art. 239 e aos impostos a que se referem os arts. 155, II, e 156-A.”

A alternativa D está incorreta, pois está totalmente de acordo com o disposto no art. 225, § 2º, da CF (Lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Vejamos: “§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.”

A alternativa E está incorreta, pois está totalmente de acordo com o disposto no art. 225, § 1º, III, da CF (Lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Vejamos: “§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente

através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;”.

QUESTÃO 32. Sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC):

I - É possível instituir Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) dentro dos limites de uma Área de Proteção Ambiental (APA).

II - O Monumento Natural pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

III - A Reserva de Fauna é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.

IV - Numa Estação Ecológica só podem ser permitidas alterações dos ecossistemas no caso de medidas que visem a restauração de ecossistemas modificados ou manejo de espécies com o fim de preservar a diversidade biológica.

Quais afirmações estão corretas?

a) Todas as afirmações.

b) Apenas I e II.

c) Apenas III e IV.

d) Nenhuma delas.

e) Apenas I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.

O item I está correto. De acordo com o art. 13 do Decreto 5.746/2006: “Art. 13. A RPPN poderá ser criada dentro dos limites de Área de Proteção Ambiental-APA, sem necessidade de redefinição dos limites da APA.”

O item II está correto. De acordo com o art. 12, § 1º, da Lei de SNUC: “§ 1º O Monumento Natural pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.”

O item III está correto. De acordo com o art. 19, § 1º, da Lei de SNUC: “§ 1º A Reserva de Fauna é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.”

O item IV está incorreto. Não são apenas essas hipóteses mencionadas pelo item. Conforme art. 9º, § 4º, da Lei de SNUC, há também outros casos, vejamos: “§ 4º Na Estação Ecológica só podem ser permitidas alterações dos ecossistemas no caso de: I - medidas que visem a restauração de ecossistemas modificados; II - manejo de espécies com o fim de preservar a diversidade biológica; III - coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas; IV - pesquisas científicas cujo impacto sobre o ambiente seja maior do que aquele causado pela simples observação ou pela coleta controlada de componentes dos ecossistemas, em uma área correspondente a no máximo três por cento da extensão total da unidade e até o limite de um mil e quinhentos hectares.”

QUESTÃO 33. Considerando as seguintes unidades de conservação:

I - Área de Proteção Ambiental

II - Área de Relevante Interesse Ecológico

III - Floresta Nacional

IV - Reserva Extrativista

V - Refúgio da Vida Silvestre

Assinale a afirmativa que está correta.

a) Todas integram o grupo de uso sustentável.

b) Somente a Floresta Nacional permite um certo grau de ocupação humana em seu território.

c) A Reserva Extrativista é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

d) Uma Área de Proteção Ambiental (APA) pode ser constituída sobre propriedade privada.

e) São categorias que não admitem visitação pública, mas apenas pesquisa científica em seu território.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.

A alternativa A está incorreta. O Refúgio da Vida Silvestre é do grupo de proteção integral. Conforme art. 8º, V, da Lei de SNUC: “Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: V - Refúgio de Vida Silvestre.”

A alternativa B está incorreta. Outras unidades também permitem, a exemplo da APA (Área de Proteção Ambiental). Conforme art. 15 da Lei de SNUC: “Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.”

A alternativa C está incorreta. O conceito dado pela alternativa corresponde a uma Área de Relevante Interesse Ecológico. Conforme art. 16 da Lei de SNUC: “Art. 16. A Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.”

A alternativa D está correta. Na forma do art. 15, § 1º, da Lei de SNUC: “§ 1º A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas.”

A alternativa E está incorreta. Entre as unidades mencionadas, permitem visitação pública: APA (Área de Proteção Ambiental), Floresta Nacional, Reserva Extrativista e Refúgio da Vida Silvestre, conforme, respectivamente, artigos 15, § 3º, 17, § 3º, 18, § 3º, e 13, § 3º, todos da Lei de SNUC. Vejamos, na ordem: “Art. 15, § 3º As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade.”; “Art. 17, § 3º A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade pelo órgão responsável por sua administração.”; “Art. 18, § 3º A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área.”; e “Art. 13, § 3º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.”

QUESTÃO 34. No que concerne ao sistema da Lei nº 9.605/98:

I - A pessoa jurídica será responsabilizada por crime ambiental quando não for possível identificar a pessoa física que praticou os atos executórios.

II - As penas de interdição temporária de direito são a proibição de o condenado contratar com o Poder Público, de receber incentivos fiscais ou quaisquer outros benefícios, bem como de participar de licitações, pelo prazo de cinco anos, no caso de crimes dolosos, e de três anos, no de crimes culposos.

III - O valor pago a título de prestação pecuniária será deduzido do montante de eventual reparação civil a que for condenado o infrator.

IV - O pagamento da multa administrativa e a reparação do dano atenuam a pena a ser imposta pelo crime ambiental.

V - A prática de delito ambiental atingindo áreas urbanas ou quaisquer assentamentos humanos agrava a pena quando não constitui ou qualifica o crime.

Quais afirmações estão corretas?

a) Apenas I, II e III.

b) Apenas II e IV.

c) Apenas II, III e V.

d) Apenas III, IV e V.

e) Todas as afirmações.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema responsabilidade criminal ambiental.

O item I está incorreto. A responsabilização da pessoa jurídica não depende da responsabilização da pessoa física. É o entendimento pacificado tanto do STF quanto do STJ: “É possível a responsabilização penal da pessoa jurídica por delitos ambientais independentemente da responsabilização concomitante da pessoa física que agia em seu nome. A jurisprudência não mais adota a chamada teoria da dupla imputação. STJ. 6ª Turma. RMS 39173-BA, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 6/8/2015. STF. 1ª Turma. RE 548181/PR, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 6/8/2013.”.

O item II está correto. Conforme art. 10 da Lei 9.605/98: “Art. 10. As penas de interdição temporária de direito são a proibição de o condenado contratar com o Poder Público, de receber incentivos fiscais ou quaisquer outros benefícios, bem como de participar de licitações, pelo prazo de cinco anos, no caso de crimes dolosos, e de três anos, no de crimes culposos.”

O item III está correto. Conforme art. 12 da Lei 9.605/98: “Art. 12. A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima ou à entidade pública ou privada com fim social, de importância, fixada pelo juiz, não inferior a um salário mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários mínimos. O valor pago será deduzido do montante de eventual reparação civil a que for condenado o infrator.”

O item IV está incorreto. Não constam como atenuantes no rol do art. 14 da Lei 9.605/98. Vejamos: “Art. 14. São circunstâncias que atenuam a pena: I - baixo grau de instrução ou escolaridade do agente; II - arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa da degradação ambiental causada; III - comunicação prévia pelo agente do perigo iminente de degradação ambiental; IV - colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental.”

O item V está correto. Conforme art. 15, II, “f”, da Lei 9.605/98: “Art. 15. São circunstâncias que agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: II - ter o agente cometido a infração: f) atingindo áreas urbanas ou quaisquer assentamentos humanos;”.

QUESTÃO 35. Com relação ao Código Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº 15.434/2020) considere as seguintes afirmações:

I - Revogou integralmente a Lei Ordinária nº 11.520/2000, além de diversos artigos de outras leis estaduais.

II - Alterou substancialmente a definição de banhados até então vigente, bem como previu a possibilidade de uso de pagamento por serviços ambientais como meio de conservação e recuperação do solo.

III - Inovou ao inserir o bioma pampa entre as definições da legislação estadual.

IV - Previu a possibilidade de expedição de licença de operação e regularização para atividades irregulares em funcionamento, previsão posteriormente declarada inconstitucional pelo STF no julgamento da ADI 6618/RS.

V - Recebeu interpretação conforme à Constituição Federal pelo Supremo Tribunal Federal quanto à licença ambiental por compromisso no que concerne ao potencial degradador da atividade.

Quais estão corretas?

a) Apenas I, II e III.

b) Apenas II, III e V.

c) Apenas III e IV.

d) Apenas IV e V.

e) Todas as afirmações.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Código Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº 15.434/2020)

O item I está correto. Conforme art. 233 da Lei Estadual nº 15.434/2020: “Art. 233. Ficam revogados o art. 6º; Art. 7º; parágrafo único do art. 8º; Art. 9º; Art. 11; Art. 13; Art. 19; Art. 22; Art. 23; art. 33; Art. 34; Art. 38; Art. 40 e o art. 41 da Lei nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992; o art. 20 da Lei nº 10.330, de 27 de dezembro 1994; a Lei nº 11.520, de 3 de agosto de 2000; a Lei nº 11.877, de 26 de dezembro de 2002; e a Lei nº 12.995, de 24 de junho de 2008.”

O item II está correto. Conforme art. 2º, XIII c/c art. 15, X, da Lei Estadual nº 15.434/2020: “Art. 2º Para os fins previstos neste Código, entende-se por: XIII - banhados: ecossistemas úmidos caracterizados por solos hidromórficos naturalmente alagados ou saturados de água de forma periódica, excluídas as situações efêmeras, onde se desenvolvem fauna e flora típicas, com características e peculiaridades definidas em regulamento;” e “Art. 15. O planejamento ambiental tem por objetivos: X - estimular a proteção ambiental por meio de incentivos, como por meio de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA.”

O item III está correto. Conforme art. 2º, XLIV, da Lei Estadual nº 15.434/2020: “Art. 2º Para os fins previstos neste Código, entende-se por: XLIV - pampa: bioma, que no Brasil ocorre exclusivamente no Estado do Rio Grande do Sul, composto por formações campestres, arbóreo-arbustiva e florestal, com predominância de campos nativos;”

O item IV está correto. Conforme art. 54, V, da Lei Estadual nº 15.434/2020: “Art. 54. O órgão ambiental competente, no exercício de sua competência de controle, expedirá, com base em manifestação técnica obrigatória, as seguintes licenças: V - Licença de Operação e Regularização - LOR -, regularizando o empreendimento ou a atividade que se encontra em operação e que não cumpriu o rito ordenado e sucessivo dos pedidos de licenciamento ambiental, ou, que por razão diversa, não obteve regularidade nos prazos adequados, avaliando suas condições de instalação e funcionamento e permitindo a continuidade de sua operação mediante condicionantes de controle ambiental e sem prejuízo das penalidades previstas;”

Ademais, é correto afirmar que tal licença foi, sim, declarada inconstitucional pelo STF no julgamento da ADI 6618/RS. Vejamos: “(...) 4. A Licença de Operação e Regularização (LOR), prevista no art. 54, V, da Lei 15.434/2020 do Estado do Rio Grande do Sul, está em colisão com o art. 225 da Constituição Federal, pois simplifica o procedimento para concessão de licenciamento ambiental para procedimentos que estão irregulares. (...) Acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão virtual do Plenário, na conformidade da ata de julgamentos, por maioria, julgar parcialmente procedente o pedido formulado na ação direta, no seguinte sentido: A) No que se refere ao art. 54, IV, V e VI, e §§ 1º, 3º, 4º, 8º e 9º, da Lei n. 15.434/2020: (ii) julgar procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade do art. 54, V, da Lei n. 15.434/2020, do Estado do Rio Grande do Sul, o qual institui a Licença de Operação e Regularização (LOR); (...)”.

O item V está correto. A tal licença, de fato, foi dada interpretação conforme no julgamento da ADI 6618. Vejamos: “(...) Acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão virtual do Plenário, na conformidade da ata de julgamentos, por maioria, julgar parcialmente procedente o pedido formulado na ação direta, no seguinte sentido: A) No que se refere ao art. 54, IV, V e VI, e §§ 1º, 3º, 4º, 8º e 9º, da Lei n. 15.434/2020: (i) conferir interpretação conforme à Constituição Federal ao art. 54, IV e VI, da Lei n. 15.434/2020, para que as licenças instituídas — Licença Única e Licença Ambiental por Compromisso — apenas sejam aplicadas em atividades e empreendimentos de pequeno potencial degradador, nos termos das legislações infraconstitucionais, permanecendo válido, apenas neste caso, o disposto nos §§ 1º, 8º e 9º do mesmo artigo; (...)”.

QUESTÃO 36. Sobre os planos de adaptação à mudança do clima, considere as seguintes afirmações:

I - As medidas previstas no plano nacional serão formuladas em articulação entre as 3 (três) esferas da Federação, embora não prevista participação da sociedade civil.

II - O plano nacional de adaptação à mudança do clima integra o Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

III - O plano nacional de adaptação à mudança do clima estabelecerá diretrizes para os planos estaduais e municipais e assegurará prioridade de apoio aos municípios mais vulneráveis e expostos às ameaças climáticas.

IV - O plano nacional fomentará consórcios intermunicipais e arranjos regionais para a consecução das medidas por ele previstas.

V - A adoção de soluções baseadas na natureza como parte das estratégias de adaptação está prevista nas diretrizes dos planos de adaptação à mudança do clima.

Quais estão corretas?

a) Apenas I e II.

b) Apenas I e III.

c) Apenas II, III, IV e V.

d) Apenas III, IV e V.

e) Todas as afirmações estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Mudanças Climáticas.

O item I está incorreto. Há, sim, participação da sociedade civil. Conforme art. 5º, § 2º, I, da Lei 14.904/24: “§ 2º O Plano Nacional sobre Mudança do Clima preverá a coordenação e a governança federativa do plano nacional de adaptação à mudança do clima, de modo a garantir: I - representação da sociedade civil e ampla cooperação entre os entes federados;”.

No mesmo sentido, temos o art. 4º, V, da Lei 12.187/2009: “Art. 4º A Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC visará: V - à implementação de medidas para promover a adaptação à mudança do clima pelas 3 (três) esferas da Federação, com a participação e a colaboração dos agentes econômicos e sociais interessados ou beneficiários, em particular aqueles especialmente vulneráveis aos seus efeitos adversos;”.

O item II está correto. Conforme art. 5º, § 1º, da Lei 14.904/24: “§ 1º O plano nacional de adaptação à mudança do clima é parte integrante do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.”

Os itens III e IV estão corretos. Conforme art. 6º da Lei 14.904/24: “Art. 6º O plano nacional de adaptação à mudança do clima estabelecerá diretrizes para os planos estaduais e municipais e assegurará prioridade de apoio aos Municípios mais vulneráveis e expostos às ameaças climáticas, bem como fomentará consórcios intermunicipais e arranjos regionais para a consecução das medidas por ele previstas.”

O item V está correto. Conforme art. 2º, VIII, da Lei 14.904/24: “Art. 2º São diretrizes dos planos de adaptação à mudança do clima: VIII - a adoção de soluções baseadas na natureza como parte das estratégias de adaptação, considerando seus benefícios adicionais e sua capacidade de integrar resultados para adaptação e mitigação, simultaneamente;”

QUESTÃO 37. De acordo com a Lei Federal nº 11.445/2007, considere as seguintes afirmações:

I - Universalização, integralidade, eficiência e sustentabilidade econômica são princípios fundamentais dos serviços públicos de saneamento básico.

II - A prestação de um ou mais componentes dos serviços públicos de saneamento básico poderá ser regionalizada.

III - Consideram-se serviços públicos especializados de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos as atividades operacionais de coleta, transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento, inclusive por compostagem, e destinação final dos resíduos.

IV - Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

V - O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

Quais afirmações estão corretas?

a) Apenas I, II, III e IV.

b) Apenas I e III.

c) Apenas I e IV.

d) Apenas III.

e) Todas as afirmações.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Saneamento Básico.

O item I está correto. Conforme art. 2º, I, II e VII, da Lei 11.445/07: “Art. 2º Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais: I - universalização do

acesso e efetiva prestação do serviço; II - integralidade, compreendida como o conjunto de atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento que propicie à população o acesso a eles em conformidade com suas necessidades e maximize a eficácia das ações e dos resultados; VII - eficiência e sustentabilidade econômica;”.

O item II está correto. Conforme art. 3º, VI, da Lei 11.445/07: “Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se: VI - prestação regionalizada: modalidade de prestação integrada de um ou mais componentes dos serviços públicos de saneamento básico em determinada região cujo território abranja mais de um Município, podendo ser estruturada em:”

O item III está correto. Conforme art. 3º-C da Lei 11.445/07: “Art. 3º-C. Consideram-se serviços públicos especializados de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos as atividades operacionais de coleta, transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento, inclusive por compostagem, e destinação final dos:”

O item IV está correto. Conforme art. 4º da Lei 11.445/07: “Art. 4º Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.”

O item V está correto. Conforme art. 6º da Lei 11.445/07: “Art. 6º O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.”

QUESTÃO 38. Sobre o plano diretor, assinale a alternativa INCORRETA.

a) É obrigatório para cidades inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

b) Tem conteúdo mínimo estabelecido no Estatuto da Cidade e deve ser compatível com as disposições dos respectivos nos planos de recursos hídricos.

c) Municípios incluídos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos devem conter em seus planos diretores medidas de drenagem urbana necessárias à prevenção e à mitigação de impactos de desastres.

d) Municípios integrantes de regiões metropolitanas devem prever em seus planos diretores identificação e diretrizes para a preservação e a ocupação das áreas verdes municipais, quando for o caso, com vistas à redução da impermeabilização das cidades.

e) É instrumento de planejamento previsto na Constituição Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Plano Diretor.

A alternativa A está incorreta, pois inteiramente de acordo com o disposto no Estatuto das Cidades (lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Conforme art. 41, V, do Estatuto das Cidades: “Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades: V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.”

A alternativa B está incorreta, pois inteiramente de acordo com o disposto no Estatuto das Cidades (lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Conforme art. 42 c/c 42-A, § 2º, do Estatuto das Cidades: “Art. 42. O plano diretor deverá conter no mínimo: I – a delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, considerando a existência de infraestrutura e de demanda para utilização, na forma do art. 5º desta Lei; II – disposições requeridas pelos arts. 25, 28, 29, 32 e 35 desta Lei; III – sistema de acompanhamento e controle.”; e “Art. 42-A, § 2º O conteúdo do plano diretor deverá ser compatível com as disposições insertas nos planos de recursos hídricos, formulados consoante a Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997.”.

A alternativa C está incorreta, pois inteiramente de acordo com o disposto no Estatuto das Cidades (lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Conforme art. 42-A, IV, do Estatuto das Cidades: “Art. 42-A. Além do conteúdo previsto no art. 42, o plano diretor dos Municípios incluídos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos deverá conter: IV - medidas de drenagem urbana necessárias à prevenção e à mitigação de impactos de desastres;”.

A alternativa D está correta, pois é a única alternativa cujo conteúdo não se coaduna com as disposições do Estatuto das Cidades (lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). A previsão trazida pela alternativa não se aplica a “municípios em regiões metropolitanas”, mas sim a Municípios incluídos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos. Conforme art. 42-A, VI, do Estatuto das Cidades: “Art. 42-A. Além do conteúdo previsto no art. 42, o plano diretor dos Municípios incluídos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos deverá conter: VI - identificação e diretrizes para a preservação e ocupação das áreas verdes municipais, quando for o caso, com vistas à redução da impermeabilização das cidades.”

A alternativa E está incorreta, pois, de fato, o plano diretor é instrumento de planejamento previsto na Constituição Federal. (lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Conforme art. 182 da CF: “Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. § 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.”

QUESTÃO 39. No que concerne aos instrumentos judiciais e extrajudiciais de atuação do Ministério Público, assinale a alternativa correta.

a) Quando a ação civil pública for proposta por outro legitimado, o Ministério Público atuará necessariamente como fiscal da lei.

b) O compromisso de ajustamento de conduta, título executivo extrajudicial, é instrumento exclusivo do Ministério Público.

c) Ministério Público e Defensoria Pública podem instaurar inquérito civil para apuração dos fatos com base em seu poder requisitório.

d) A recomendação expedida pelo Ministério Público tem caráter vinculante, podendo o agente recomendado, público ou privado, ser responsabilizado pela omissão em caso de não acatamento.

e) O arquivamento do inquérito civil deverá ser encaminhado ao Poder Judiciário, salvo nos casos de instauração de ofício.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. A questão aborda os Instrumentos de Atuação Judicial e Extrajudicial do Ministério Público (MP), com foco na Lei da Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/85) e na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei n. 8.625/93).

A alternativa A está correta. O Ministério Público atuará obrigatoriamente como fiscal da lei (custos legis) em todas as ações civis públicas propostas por outros legitimados (como associações, entes federativos, Defensoria Pública etc.), desde que não tenha assumido a autoria da ação. Art. 5º, §1º, da Lei n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública - LACP): "O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei."

A alternativa B está incorreta. O Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) é, de fato, um título executivo extrajudicial, conforme o Art. 5º, §6º, da LACP. No entanto, não é um instrumento exclusivo do Ministério Público. Outros órgãos, como a Defensoria Pública e alguns órgãos ambientais (ex.: IBAMA), também possuem legitimidade para celebrá-lo. Art. 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85 (LACP): "Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial."

A alternativa C está incorreta. O Inquérito Civil (IC) é um instrumento de atribuição exclusiva do Ministério Público. A Defensoria Pública não possui poder para instaurar Inquérito Civil; suas atribuições de apuração são exercidas por outros meios. Art. 8º, §1º, da Lei n. 7.347/85 (LACP): "O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, Inquérito Civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a dez dias úteis."

A alternativa D está incorreta. A Recomendação expedida pelo Ministério Público possui caráter persuasivo, e não vinculante (não é obrigatória). O descumprimento não gera responsabilidade automática, mas pode servir como prova do dolo ou má-fé em uma ação judicial posterior.

A alternativa E está incorreta. O arquivamento do Inquérito Civil deve ser submetido à revisão do Conselho Superior do Ministério Público ou da Câmara de Coordenação e Revisão, e não ao Poder Judiciário. Art. 9º,

da Lei n. 7.347/85 (LACP): "Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil ou de outra medida cabível, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças de informação, fazendo-o fundamentadamente. (...) §1º Os autos do inquérito civil ou das peças de informação arquivados serão remetidos, no prazo de 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, ou à Câmara de Coordenação e Revisão, conforme o caso, que poderá homologar ou não a promoção de arquivamento, na forma da lei."

QUESTÃO 40. Sobre o Estatuto da Metrópole, instituído pela Lei n. 13.089/2015, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Os Estados, mediante lei complementar, poderão instituir regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, constituídas por agrupamento de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

b) A governança interfederativa das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas respeitará o princípio da prevalência do interesse local sobre o comum.

c) A conformação da estrutura de governança interfederativa, incluindo a organização administrativa e o sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas, bem como os meios de controle social da organização, do planejamento e da execução de funções públicas de interesse comum, devem estar previstos na/lei complementar que institui a região metropolitana ou a aglomeração urbana.

d) A gestão democrática da cidade e a busca do desenvolvimento sustentável são princípios da governança interfederativa das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas.

e) Operações urbanas consorciadas, fundos públicos e planos setoriais interfederativos são instrumentos do desenvolvimento urbano integrado de regiões metropolitanas e de aglomerações urbanas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Estatuto da Metrópole.

A alternativa A está incorreta, pois totalmente de acordo com o art. 3º do Estatuto da Metrópole (lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Vejamos: "Art. 3º Os Estados, mediante lei complementar, poderão instituir regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, constituídas por agrupamento de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum."

A alternativa B está correta, pois é a única que vai de encontro às disposições do Estatuto da Metrópole (lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Vejamos: "Art. 6º A governança interfederativa das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas respeitará os seguintes princípios: I – prevalência do interesse comum sobre o local;".

A alternativa C está incorreta, pois totalmente de acordo com o art. 5º, III e IV, do Estatuto da Metrópole (lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Vejamos: "Art. 5º As leis complementares estaduais

referidas nos arts. 3º e 4º desta Lei definirão, no mínimo: III – a conformação da estrutura de governança interfederativa, incluindo a organização administrativa e o sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas; e IV – os meios de controle social da organização, do planejamento e da execução de funções públicas de interesse comum.”

A alternativa D está incorreta, pois totalmente de acordo com o art. 6º, V e VII, do Estatuto da Metrópole (lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Vejamos: “Art. 6º A governança interfederativa das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas respeitará os seguintes princípios: V – gestão democrática da cidade, consoante os arts. 43 a 45 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; VII – busca do desenvolvimento sustentável.”

A alternativa E está incorreta, pois totalmente de acordo com o art. 9º, II, III e IV, do Estatuto da Metrópole (lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Vejamos: “Art. 9º Sem prejuízo da lista apresentada no art. 4º da Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001 , no desenvolvimento urbano integrado de regiões metropolitanas e de aglomerações urbanas serão utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos: II – planos setoriais interfederativos; III – fundos públicos; IV – operações urbanas consorciadas interfederativas;”.

QUESTÃO 41. Considerando o histórico constitucional brasileiro, assinale a alternativa correta.

a) A Primeira Constituição brasileira foi elaborada por uma Assembleia Constituinte e outorgada em 1824. Classifica-se como semirrígida, monárquica e liberal-compromissória. Introduziu o voto censitário e direto para o Poder Legislativo, e o Poder Moderador como função privativa do Imperador.

b) Em 1891, foi promulgada a primeira Constituição republicana. É classificada como rígida, inspirada no modelo constitucional norte-americano. Instituiu a forma federativa de Estado, o presidencialismo e a separação tripartite de poderes, deixando de prever o Poder Moderador. Introduziu, entre outras coisas, o Estado laico e o voto direto, estendendo o direito de votar aos analfabetos.

c) A Constituição de 1934, denominada “Polaca”, foi promulgada e marcou a transição democrática com ênfase social, introduzindo o voto secreto e feminino, a Justiça Eleitoral, o mandado de segurança, a ação popular e uma inédita previsão de direitos trabalhistas e previdenciários. Atribuiu competências legislativas idênticas à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

d) A Constituição de 1937, foi outorgada, tinha natureza autoritária e centralizadora, concentrou poderes no Presidente da República, extinguiu partidos políticos, deixou de prever o Mandado de Segurança e previu mecanismos de censura à imprensa.

e) A Constituição de 1988 foi promulgada. É uma constituição analítica, rígida e dirigente, com reafirmação do Estado Democrático de Direito, trazendo um extenso catálogo taxativo de direitos fundamentais. Fortaleceu o controle de constitucionalidade, descentralizou competências federativas e garantiu a ênfase em direitos sociais, sendo apelidada de “Constituição Cidadã”.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão exige o conhecimento do Histórico Constitucional Brasileiro, com a correta identificação das características de cada Constituição.

A alternativa A está incorreta. A Constituição de 1824 foi outorgada (imposta pelo Imperador D. Pedro I) após a dissolução da Assembleia Constituinte, e não elaborada por ela. Além disso, o voto era censitário e indireto nas primeiras fases, não direto para o Legislativo.

A alternativa B está incorreta. A Constituição de 1891 aboliu o Poder Moderador, e não estendeu o direito de votar aos analfabetos. Pelo contrário, o Art. 70, daquela Constituição os excluía expressamente do eleitorado.

A alternativa C está incorreta. A Constituição de 1934 foi promulgada e teve grande ênfase social (introduzindo o voto feminino, a Justiça Eleitoral e direitos trabalhistas). No entanto, a denominação "Polaca" é o apelido da Constituição de 1937.

A alternativa D está correta. A Constituição de 1937 foi outorgada (imposta por Getúlio Vargas), tinha natureza autoritária e centralizadora, concentrou poderes no Presidente da República, extinguiu partidos políticos e deixou de prever o Mandado de Segurança.

A alternativa E está incorreta. O erro reside em afirmar que o catálogo de direitos fundamentais da Constituição de 1988 é taxativo. Pelo contrário, a Constituição Cidadã adota um rol exemplificativo de direitos.

Fonte: Livro Digital Interativo (LDI) - Aula de Teoria da Constituição do curso de Direito Constitucional do Estratégia Carreiras Jurídicas.

QUESTÃO 42. Assinale a alternativa correta.

a) A casa goza de proteção constitucional reforçada, constituindo-se em asilo inviolável, somente podendo ser objeto de ingresso forçado por agentes estatais nas hipóteses excepcionais previstas no Art. 5º, XI, da Constituição Federal: consentimento do morador, flagrante delito, desastre, prestação de socorro ou, durante o dia, por determinação judicial.

b) O Habeas Corpus é o remédio constitucional destinado a proteger a liberdade de locomoção contra ilegalidade ou abuso de poder de qualquer natureza. Pode ser impetrado por qualquer pessoa física, inclusive em favor de terceiro, ou por pessoa jurídica em favor de seu sócio ou administrador.

c) O Habeas Data é a via adequada para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, ou para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo. A ação é gratuita e, como regra geral, independe de prévio requerimento administrativo.

d) O Mandado de Segurança se destina a proteger direito líquido e certo contra ilegalidade ou abuso de poder, quando não amparado por habeas corpus ou habeas data. Pode ser impetrado por pessoas físicas ou jurídicas, individual ou coletivamente. Para os efeitos da legislação que disciplina o Mandado de

Segurança, equiparam-se às autoridades coatoras os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores e servidores de entidades autárquicas.

e) O direito à proteção de dados pessoais, positivado como direito fundamental pela Emenda Constitucional nº 115/2022, tem aplicação imediata, vinculando não apenas o Poder Público, mas também relações privadas. Todavia, a relativização da proteção de dados depende de lei complementar, que estabeleça os parâmetros de ponderação com outros valores constitucionais relevantes, como a segurança pública, a ordem econômica e a efetividade de políticas públicas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema dos Direitos e Garantias Fundamentais, com foco nas limitações de direitos individuais e nos remédios constitucionais.

A alternativa A está correta. A regra constitucional da inviolabilidade do domicílio é corretamente descrita, assim como as cinco exceções ao asilo inviolável, estabelecidas no Art. 5º, XI, da CF/88: Art. 5º, XI, da CF/88: "a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;"

A alternativa B está incorreta. O *Habeas Corpus* (HC) protege a liberdade de locomoção contra ilegalidade ou abuso de poder. O erro da assertiva é a sua amplitude, ao dizer que protege contra ilegalidade ou abuso de poder "de qualquer natureza". O HC é um remédio específico para a liberdade de locomoção (direito de ir, vir e ficar). Ilegalidades ou abusos que não atinjam diretamente essa liberdade (como o direito à informação ou a um cargo público) são amparados por outros remédios constitucionais. Art. 5º, LXVIII, da CF/88: "conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;"

A alternativa C está incorreta. O *Habeas Data* (HD) é o remédio correto para conhecimento e retificação de dados pessoais. Contudo, a assertiva erra ao dizer que a ação independe de prévio requerimento administrativo. A recusa da autoridade é uma condição de procedibilidade para a impetração do HD. Art. 8º, parágrafo único, da Lei n. 9.507/97 (Lei do Habeas Data): "A petição inicial deverá ser acompanhada de prova da recusa ao acesso ou retificação dos dados, no prazo de 15 (quinze) dias, pela autoridade competente."

A alternativa D está incorreta. O Mandado de Segurança (MS) é corretamente descrito, mas a equiparação de autoridades coatoras está incompleta e imprecisa em relação ao texto legal. Art. 1º, , da Lei n. 12.016/2009 (LMS): "Equiparam-se às autoridades, para os efeitos desta Lei, os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições."

A alternativa E está incorreta. O direito à proteção de dados pessoais (Art. 5º, LXXIX) será assegurado "nos termos da lei" (lei ordinária ou complementar), e não exige especificamente uma lei complementar para a relativização da proteção de dados. Art. 5º, LXXIX, da CF/88 (incluído pela EC n. 115/2022): "é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais."

QUESTÃO 43. Considere as seguintes assertivas à luz da Constituição Federal.

I - O servidor público nomeado para cargo efetivo mediante concurso público adquire estabilidade após três anos de efetivo exercício, sendo a perda do cargo admitida nas hipóteses constitucionais. Os ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, não adquirem estabilidade. Para os servidores estáveis, a Constituição Federal prevê garantias especiais, dispondo que, na hipótese de insuficiência de desempenho, a perda do cargo somente poderá ocorrer mediante processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

II - O regime jurídico dos servidores públicos civis da União e de Territórios, autarquias e fundações públicas federais deve ser estabelecido por lei, de iniciativa privativa do Presidente da República.

III - A Constituição Federal admite a acumulação remunerada de cargos públicos nas hipóteses taxativamente previstas: dois cargos de professor; um cargo de professor com outro técnico ou científico; e dois cargos privativos de profissionais da saúde. Em todos os casos deve haver compatibilidade de horários e observância do teto remuneratório constitucional.

IV - A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal devem manter escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos requisito para promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

V - O Estado responde objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o agente responsável em caso de dolo ou culpa, estendendo-se tal responsabilidade às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.

Quais das assertivas estão corretas?

a) Apenas I, II, III e IV.

b) Apenas I, II, IV e V.

c) Apenas I, II, III e V.

d) Apenas II, III, IV e V.

e) Todas as assertivas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda diversos aspectos do Direito Administrativo Constitucional, relacionados aos servidores públicos e à responsabilidade civil do Estado, conforme previsto na Constituição Federal de 1988.

O item I está correto. O servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo adquire estabilidade após três anos de efetivo exercício, e a perda do cargo só pode ocorrer nas hipóteses constitucionais previstas, mediante processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa. Os ocupantes

exclusivamente de cargos em comissão não adquirem estabilidade. Art. 41, §1º, III, CF/88: "O servidor estável só perderá o cargo: (...) III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa."

O item II está correto. A iniciativa para leis que tratam do regime jurídico e do provimento de cargos dos servidores da União e de suas autarquias e fundações é privativa do Presidente da República. Art. 61, §1º, II, c, CF/88: "São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: (...) II - disponham sobre: (...) c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;"

O item III está correto. A Constituição prevê taxativamente a possibilidade de acumulação remunerada de cargos públicos em três hipóteses: dois cargos de professor; um cargo de professor com outro técnico ou científico; dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, devendo sempre haver compatibilidade de horários e observância do teto remuneratório. Art. 37, XVI, CF/88: "É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI [teto remuneratório]: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;"

O item IV está correto. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem manter escolas de governo para formação e aperfeiçoamento dos servidores, sendo a participação nos cursos requisito para promoção na carreira, facultada a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados. Art. 39, §2º, CF/88: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados."

O item V está correto. O Estado responde objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, incluindo pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, assegurado o direito de regresso contra o agente responsável em caso de dolo ou culpa. Art. 37, §6º, CF/88: "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa."

QUESTÃO 44. Analise as afirmativas a seguir:

I - A rejeição do veto presidencial exige sessão conjunta do Congresso Nacional, sendo necessário o voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em votação secreta.

II - A Câmara dos Deputados pode sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou da delegação legislativa.

III - O Senado Federal exerce função atípica de natureza judiciária ao processar e julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade, sob a presidência do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

IV - No controle difuso de constitucionalidade, cabe ao Senado Federal, por resolução, revogar a lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, de modo a conferir efeito *erga omnes* à decisão daquela corte.

V - A convocação de Ministros de Estado por comissão do Congresso Nacional configura mecanismo de fiscalização legislativa, e a ausência injustificada pode acarretar crime de responsabilidade.

Quais das afirmativas estão corretas?

a) Apenas I, III e IV.

b) Apenas II, III e IV.

c) Apenas III e V.

d) Apenas III e IV.

e) Apenas I, III e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda as competências do Poder Legislativo, com foco nas atribuições do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, segundo a Constituição Federal de 1988.

O item I está incorreto. A rejeição do veto presidencial exige sessão conjunta e o voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores. No entanto, o voto é aberto (ou nominal), e não secreto. Art. 66, , da CF/88: "O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto." (A jurisprudência do STF consolidou que a votação deve ser aberta, superando a expressão "escrutínio secreto" remanescente no texto.)

O item II está incorreto. A competência para sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou da delegação legislativa é do Congresso Nacional, e não apenas da Câmara dos Deputados. Art. 49, V, da CF/88: "É da competência exclusiva do Congresso Nacional: (...) V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;"

O item III está correto. A afirmativa descreve uma das funções atípicas judiciárias do Senado Federal, que processa e julga o Presidente da República nos crimes de responsabilidade, sob a presidência do Presidente do Supremo Tribunal Federal. Art. 52, I, da CF/88: "Compete privativamente ao Senado Federal: I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;"

O item IV está incorreto. No controle difuso de constitucionalidade, a função do Senado Federal não é revogar a lei, mas sim suspender a execução dela, no todo ou em parte. Essa suspensão é que, por via reflexa,

confere efeitos *erga omnes* à decisão do STF (que, no caso concreto, só teria efeito *inter partes*). Art. 52, X, da CF/88: "Compete privativamente ao Senado Federal: (...) X - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;"

O item V está **correto**. A convocação de Ministros de Estado por comissão do Congresso Nacional é um típico mecanismo de fiscalização. A ausência injustificada do Ministro convocado é apenada com crime de responsabilidade. Art. 50, da CF/88: "A Mesa e Comissões de cada uma das Casas do Congresso Nacional poderão convocar Ministros de Estado para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada."

QUESTÃO 45. Analise as assertivas a seguir.

I - A decisão definitiva de mérito proferida pelo Supremo Tribunal Federal nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirá eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e da Administração Pública direta e indireta, não produzindo este efeito em relação ao Poder Legislativo no exercício de sua função típica.

II - O texto constitucional exige voto da maioria absoluta dos membros de um tribunal ou do respectivo órgão especial para que seja declarada a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, consagrando a chamada cláusula de reserva de plenário.

III - O Supremo Tribunal Federal poderá mediante decisão da maioria dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

IV - Quando o Supremo Tribunal Federal reconhece a ausência de norma regulamentadora indispensável à efetividade de preceito constitucional, pode notificar o Poder competente para supri-la, sem, contudo, substituir-se ao legislador.

V - A declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto consiste em declarar a norma incompatível com a Constituição apenas em determinados sentidos, preservando o texto legal e as demais interpretações possíveis, que não apresentem incompatibilidade com as normas constitucionais.

Quais das assertivas estão corretas?

- a) Apenas I, II, III e V.**
- b) Apenas I, II, III e IV.**
- c) Apenas I, II, III e V.**
- d) Apenas II, III, IV e V.**
- e) Apenas I, II, IV e V.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o tema do Controle de Constitucionalidade no Brasil, analisando o papel do Supremo Tribunal Federal (STF) e os requisitos formais de declaração de inconstitucionalidade, conforme a Constituição Federal.

O item I está correto. As decisões definitivas de mérito em Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) e Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) possuem, de fato, eficácia *erga omnes* (contra todos) e efeito vinculante. O efeito vinculante se aplica ao Judiciário e à Administração Pública, mas não vincula o Poder Legislativo em sua função típica (de legislar), que pode, inclusive, editar nova lei com conteúdo similar, desde que não ofenda o teor da decisão. Art. 102, , da CF/88: "As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta federal, estadual e municipal."

O item II está correto. A Constituição Federal consagra a chamada cláusula de reserva de plenário (ou *full bench*) ao exigir que a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo seja declarada pela maioria absoluta dos membros do Tribunal (ou do respectivo órgão especial, onde existir). Art. 97 da CF/88: "Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público."

O item III está incorreto. A Súmula Vinculante (SV) exige a aprovação de dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal, e não apenas a maioria dos seus membros (maioria simples). Os demais elementos da assertiva estão corretos (reiteradas decisões, publicação e efeito vinculante). Art. 103-A, *caput*, da CF/88: "O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como no Distrito Federal."

O item IV está correto. Quando o STF julga o Mandado de Injunção (MI) ou a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), ele reconhece a omissão do Poder competente. A Constituição, no caso da ADO, prevê a notificação para que a omissão seja suprida, sem que o STF crie a norma (função atípica do Legislativo). Art. 103, da CF/88 (Referente à ADO): "Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para supri-la no prazo de trinta dias."

O item V está correto. A Declaração de Inconstitucionalidade Parcial sem Redução de Texto é uma técnica decisória que permite ao STF conferir uma interpretação conforme a Constituição a um dispositivo legal. Preserva-se o texto da lei, mas declara-se inconstitucional apenas a interpretação ou o alcance que o torna incompatível com a Carta Magna, mantendo válidas as demais interpretações possíveis.

QUESTÃO 46. Analise as assertivas a seguir, de acordo com a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

I - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado observará os princípios da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da publicidade, da legitimidade, da participação, da razoabilidade, da economicidade, da motivação, da transparência.

II - Nas sociedades de economia mista em que possuir o controle acionário, o Estado fica obrigado a manter o poder de gestão, exercendo os direitos de maioria de votos na assembleia geral, de eleger a maioria dos administradores da companhia, de dirigir as atividades sociais e de orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, sendo vedado qualquer tipo de acordo ou avença que implique em abdicar ou restringir seus direitos.

III - A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul prevê a possibilidade de edição de Medidas Provisórias pelo Governador do Estado, e os prefeitos dos municípios localizados no território do Estado também podem editá-las, desde que haja previsão na respectiva lei orgânica municipal.

IV - Lei complementar disporá sobre os critérios para o atendimento gratuito em creches e pré-escolas de filhos e dependentes de zero a seis anos dos servidores da administração direta e indireta.

V - Cabe à administração pública, na forma da lei, gerenciar a documentação governamental, desenvolver plataformas digitais e adotar as providências para franquear sua consulta a quem dela necessite, bem como realizar os procedimentos administrativos com ampla transparência.

Estão corretas:

- a) Apenas I, II e III.
- b) Apenas I, II e V.
- c) Apenas I, II, III e V.
- d) Apenas II, III e V.
- e) Apenas I, II, IV e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão exige a análise de normas relativas à Administração Pública Estadual contidas na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul (CE/RS).

O item I está correto. O Art. 19 da CE/RS elenca os princípios que devem ser observados pela Administração Pública direta e indireta. O rol é mais extenso do que o previsto no Art. 37, *caput*, da CF/88. Art. 19 da CE/RS: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios, observará os princípios da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da publicidade, da legitimidade, da participação, da razoabilidade, da economicidade, da motivação, da transparência e, também, o seguinte:"

O item II está correto. A Constituição Estadual impõe ao Estado, quando detentor do controle acionário de sociedades de economia mista, o dever de manter o poder de gestão, assegurando a direção das atividades sociais e vedando qualquer acordo que restrinja ou abdique desses direitos. Art. 20, , da CE/RS: "Nas sociedades de economia mista em que possuir o controle acionário, o Estado fica obrigado a manter o poder de gestão, exercendo os direitos de maioria de votos na assembleia geral, de eleger a maioria dos administradores da companhia, de dirigir as atividades sociais e de orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, sendo vedado qualquer tipo de acordo ou avença que implique em abdicar ou restringir seus direitos."

O item III está incorreto. A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul (CE/RS) NÃO prevê a figura da Medida Provisória (MP) para o Governador do Estado. No âmbito estadual, a adoção da MP é de escolha do poder constituinte derivado decorrente (as Constituições Estaduais), e o Rio Grande do Sul optou por não adotá-la.

O item IV está incorreto. A Constituição do Estado estabelece que o atendimento em creches e pré-escolas para filhos de servidores deve ser feito na forma da lei, sem exigir que esta seja lei complementar. Art. 43, da CE/RS: "O atendimento em creche e pré-escola a filhos e dependentes de zero a seis anos dos servidores da administração direta e indireta do Estado, será garantido, na forma da lei."

O item V está correto. A Constituição Estadual impõe à Administração Pública o dever de gerenciar a documentação, desenvolver plataformas digitais e garantir a consulta e a transparência nos procedimentos administrativos. Art. 19 da CE/RS: "Cabe à administração pública, na forma da lei, gerenciar a documentação governamental, desenvolver plataformas digitais e adotar as providências para franquear sua consulta a quem dela necessite, bem como realizar os procedimentos administrativos com ampla transparência."

QUESTÃO 47. Analise as assertivas abaixo à luz da Constituição Federal e do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003):

I - A Constituição de 1988 atribui à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua dignidade e o direito à vida.

II - O Estatuto do Idoso prevê prioridade na tramitação de processos judiciais e administrativos em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 65 anos.

III - A Constituição Federal assegura a gratuidade no transporte coletivo urbano a todos os maiores de 60 anos, enquanto o Estatuto do Idoso garante, no transporte coletivo interestadual, duas vagas gratuitas por veículo para idosos de baixa renda e desconto de 50% para os que excederem esse limite.

IV - A Constituição Federal expressamente prevê a obrigação estatal de fornecimento gratuito de medicamentos, próteses, órteses e outros recursos relativos à habilitação e à reabilitação do idoso.

V - O Estatuto do Idoso tipifica crimes próprios, tais como apropriação de bens e rendimentos do idoso, abandono em hospitais, casas de saúde ou entidades congêneres, e discriminação pela idade.

Quais das assertivas estão corretas?

a) I e III.

b) I e V.

c) II e IV.

d) III e V.

e) I, II e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema da proteção ao idoso, Direito Constitucional e do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003).

O item I está correto. A Constituição Federal atribui à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua dignidade e o direito à vida, conforme previsto no Art. 230, caput, CF/88: "A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida."

O item II está incorreto. O Estatuto do Idoso estabelece prioridade na tramitação de processos judiciais e administrativos para pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, e não 65 anos, como indicado na assertiva. O dispositivo correto é o Art. 71, caput, Lei nº 10.741/2003: "É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância."

O item III está incorreto. A Constituição Federal assegura gratuidade no transporte coletivo urbano a maiores de 65 anos, e não de 60 anos, e o Estatuto do Idoso prevê duas vagas gratuitas no transporte interestadual apenas para idosos de 60 anos ou mais que comprovem baixa renda. Portanto, os limites de idade e a forma de concessão da gratuidade indicados na assertiva estão incorretos, conforme Art. 230, § 2º, "Os maiores de sessenta e cinco anos são assegurados a gratuidade dos transportes coletivos urbanos cujos veículos e identificação do idoso deverão ser visíveis."

O item IV está incorreto. A Constituição Federal não prevê expressamente o fornecimento gratuito de medicamentos, próteses, órteses e outros recursos para idosos. Quem prevê esse direito de forma expressa é o Estatuto do Idoso, no Art. 15, Lei nº 10.741/2003: "É assegurado o fornecimento, gratuito, aos idosos, de medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação."

O item V está correto. O Estatuto do Idoso tipifica crimes próprios relacionados à pessoa idosa, sendo os exemplos citados válidos: Apropriação de bens, proventos ou pensão do idoso: "Art. 102 da Lei n. 10.741/2003: Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade: Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa."; Abandono em hospitais, casas de saúde ou entidades congêneres: Art. 99 da Lei n. 10.741/2003: "Expôr a perigo a integridade física e psíquica do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou privando-o de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo ou inadequado: Pena – detenção de 2 (dois) meses a 1 (um) ano e multa."; Discriminação pela

idade: Art. 96, , da Lei n. 10.741/2003: "Na mesma pena incorre quem impede ou dificulta o acesso ou o uso de transportes, de qualquer meio de comunicação ou de qualquer outro serviço, por motivo de idade."

QUESTÃO 48. À luz da Constituição Federal de 1988, do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale com V (verdadeiro) ou F (falso) as afirmações a seguir.

() A Constituição Federal atribui à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar as pessoas idosas, defendendo sua dignidade, bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

() O Estatuto do Idoso prevê que as entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência de pessoas idosas devem adotar como princípio o atendimento em grupos amplos, com composição diversa e inclusiva, como forma de fomentar a participação da pessoa idosa institucionalizada nas atividades comunitárias.

() A omissão estatal em garantir o fornecimento, ao idoso, de medicamentos e assistência à saúde enseja responsabilidade civil objetiva do Estado, nos termos do Art. 37, §6º, da Constituição Federal, conforme entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal.

() O Ministério Público tem legitimidade para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos dos idosos, atuação que decorre tanto do feixe de atribuições conferido pela Constituição Federal quanto de previsão expressa do Estatuto do Idoso.

() A execução de programas de amparo ao idoso deve ocorrer preferencialmente em instituições públicas, em respeito ao princípio da isonomia na proteção social.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

a) V - F - F - V - F.

b) F - F - V - V - V

c) V - V - V - F - F.

d) F - V - F - F - V

e) V - F - V - V - F.

Comentários

A alternativa correta é a letra E. A questão trata do tema da proteção ao idoso, abordando disposições da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

O item I está correto. A Constituição Federal atribui à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. A saber: Art. 230, caput, CF/88: "A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida."

O item II está incorreto. O Estatuto do Idoso estabelece que o atendimento em instituições de longa permanência deve ser realizado em grupos pequenos e o mais heterogêneos possível, não "grupos amplos e composição diversa" como afirma a questão. A saber: Art. 49, II, Lei nº 10.741/2003: "As entidades de atendimento ao idoso são as responsáveis pela manutenção das suas próprias unidades, observadas as seguintes diretrizes: (...) II - prioridade para o atendimento em grupos pequenos e o mais heterogêneos possível."

O item III está correto. A omissão estatal no fornecimento de medicamentos e assistência à saúde gera responsabilidade civil objetiva do Estado, conforme entendimento consolidado do STF nos Temas 592, 793 e 1234 da Repercussão Geral, reconhecendo a solidariedade dos entes federativos e o dever do Estado de garantir o direito à saúde. A saber: Art. 37, §6º, CF/88: "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa."

O item IV está correto. O Ministério Público tem legitimidade para a defesa dos direitos dos idosos, seja de forma difusa, coletiva ou individual homogênea. A saber: Art. 129, III, CF/88: "São funções institucionais do Ministério Público: (...) III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos." E Art. 74, I, Lei nº 10.741/2003: "Compete ao Ministério Público: I - instaurar inquérito civil e promover a ação civil pública e todas as ações a ela conexas para a defesa dos direitos previstos nesta Lei;"

O item V está incorreto. A Constituição Federal e o Estatuto do Idoso não estabelecem preferência por instituições públicas para a execução de programas de amparo, priorizando o convívio familiar e comunitário. A saber: Art. 230, §1º, CF/88: "Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares."

QUESTÃO 49. Analise as assertivas abaixo à luz da Constituição Federal de 1988, da Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (Decreto 6.949/2009) e da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Assinale-as com V (verdadeiro) ou F (falso).

() A Constituição assegura reserva de percentual dos cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência, norma de eficácia limitada, que depende de regulamentação infraconstitucional.

() A Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência foi aprovada com quórum de emenda constitucional, integrando o bloco de constitucionalidade e prevalecendo sobre leis ordinárias e complementares.

() A Lei Brasileira de Inclusão define acessibilidade como possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações,

transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

() A legislação assegura o direito à participação política em igualdade de condições, incluindo votar e ser votado, com previsão de incentivo à pessoa com deficiência a candidatar-se e a desempenhar quaisquer funções públicas em todos os níveis de governo, inclusive por meio do uso de novas tecnologias assistivas, quando apropriadas.

() A Lei Brasileira de Inclusão institui o cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas, cujo uso é condição para o exercício dos direitos e garantias previstos em lei.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

a) F - V - F - V - V.

b) V - F - F - V - V.

c) V - V - F - F - F.

d) V - V - V - V - F.

e) F - V - V - F - V

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema da inclusão da pessoa com deficiência, abordando normas da Constituição Federal de 1988, da Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (Decreto 6.949/2009) e da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

O item I está correto. A Constituição Federal assegura reserva de percentual dos cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência, tratando-se de norma de eficácia limitada que depende de regulamentação infraconstitucional. A saber: Art. 37, VIII, CF/88: "a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;"

O item II está correto. A Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência foi aprovada com quórum de emenda constitucional, integrando o bloco de constitucionalidade e prevalecendo sobre leis ordinárias e complementares. A saber: Art. 5º, CF/88: "Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais."

O item III está correto. A Lei Brasileira de Inclusão define acessibilidade como possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. A saber: Art. 3º, I, Lei nº 13.146/2015 (LBI):

"acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;"

O item IV está correto. A LBI assegura o direito à participação política em igualdade de condições, incluindo votar e ser votado, prevendo incentivo à candidatura e ao desempenho de funções públicas, inclusive por meio do uso de tecnologias assistivas. A saber: Art. 76, Lei nº 13.146/2015 (LBI): "O poder público deve incentivar a pessoa com deficiência a candidatar-se e a desempenhar quaisquer funções públicas em todos os níveis de governo. (...) O poder público deve garantir à pessoa com deficiência o direito de votar e de ser votada, inclusive por meio da oferta de recursos de tecnologia assistiva."

O item V está incorreto. A Lei Brasileira de Inclusão instituiu o cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo de identificação de pessoas com deficiências ocultas, mas expressamente estabeleceu que seu uso não é condição para o exercício dos direitos e garantias previstos em lei. A saber: Art. 2º-A, Lei nº 13.146/2015 (LBI): "O uso do símbolo de que trata o caput não condiciona o exercício de direitos e garantias previstos em lei."

QUESTÃO 50. Considerando a Constituição Federal de 1988 e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), analise as assertivas a seguir:

I - O direito à educação inclusiva deve ser garantido em todos os níveis e modalidades, sendo vedada a exclusão do sistema educacional sob alegação de deficiência, ainda que se admitam, de forma excepcional, classes especializadas como complemento.

II - É vedado condicionar a matrícula de aluno com deficiência à apresentação de laudo médico, sob pena de configurar ato discriminatório.

III - Instituições privadas de ensino podem cobrar valores adicionais de alunos com deficiência mediante comprovação de custos extraordinários e exorbitantes com adaptações arquitetônicas.

IV - A efetivação da educação inclusiva exige formação adequada de professores e gestores, bem como a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva.

V - O dever do Estado de assegurar educação inclusiva decorre do Art. 208, III, da Constituição Federal, que prevê o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Quais das assertivas estão corretas?

a) Apenas I, II, IV e V.

b) Apenas I, II e V.

c) Apenas I, III e IV.

d) Apenas II, III e V.

e) Todas as assertivas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do Direito à Educação Inclusiva, à luz da Constituição Federal de 1988 e da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

O item I está correto. A LBI veda expressamente a exclusão do sistema educacional sob alegação de deficiência. Embora o princípio seja a inclusão plena, a legislação admite o uso do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em salas especializadas ou centros, como complemento ao ensino regular. Art. 208, III, CF/88: "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) III - atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;"

O item II está correto. Condicionar a matrícula de um aluno com deficiência à apresentação de laudo médico constitui ato discriminatório e é vedado, devendo a matrícula ser garantida independentemente de laudos. Art. 28, Lei nº 13.146/2015 (LBI): "É vedada a recusa de matrícula de aluno com deficiência em qualquer etapa ou modalidade de educação, nos termos do caput deste artigo, sujeitando-se o gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula, à penalidade de multa, de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos, por aluno, a ser aplicada e revertida na forma do art. 206, desta Lei."

O item III está incorreto. A LBI proíbe expressamente que instituições privadas de ensino cobrem valores adicionais em razão da deficiência, independentemente da comprovação de custos extraordinários. Art. 28, caput, Lei nº 13.146/2015 (LBI): "Incumbe ao poder público assegurar, criar, implementar, manter e colocar à disposição, nos limites orçamentários, e com absoluta prioridade, condições para que as pessoas com deficiência tenham garantido o direito ao acesso à educação, vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em razão da deficiência."

O item IV está correto. A efetivação da educação inclusiva exige formação adequada de professores e gestores, bem como a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva. Art. 28, IX, X, XI e XII, Lei nº 13.146/2015 (LBI): "Incumbe ao poder público assegurar, criar, implementar, manter e colocar à disposição, nos limites orçamentários, e com absoluta prioridade, condições para que as pessoas com deficiência tenham garantido o direito ao acesso à educação, vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em razão da deficiência: (...) IX - adoção de medidas que promovam a inclusão, tais como a disponibilização de tecnologias assistivas e de recursos de acessibilidade; X - disponibilização de profissionais de apoio; XI - oferta de formação continuada para gestores, professores e demais profissionais da educação; XII - desenvolvimento de projetos pedagógicos inclusivos."

O item V está correto. O dever do Estado de assegurar educação inclusiva decorre do Art. 208, III, da Constituição Federal, que estabelece o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Art. 208, III, CF/88: "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) III - atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;"

QUESTÃO 51. Sobre os princípios da Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

- a) Informado pelo princípio da legalidade, o agir administrativo deve estar fundamentado na supremacia do interesse público, o que afasta a adoção de soluções consensuais no âmbito da administração pública que reconheçam direitos do particular.
- b) Contemporaneamente, o princípio da juridicidade administrativa pode ser considerado como expressão ampliada do princípio da legalidade, exigindo a conformação do agir administrativo a todo ordenamento jurídico.
- c) Os princípios administrativos da razoabilidade e da proporcionalidade estão previstos expressamente em texto da legislação ordinária federal, ao passo que o princípio da motivação tem assento exclusivamente doutrinário e jurisprudencial.
- d) O princípio da tutela ou do controle finalístico pode ser entendido como sinônimo do princípio da autotutela, pelo qual é facultado à administração anular seus atos quando eivados de ilegalidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- e) O princípio da impessoalidade determina que a administração pública deve desconsiderar aspectos subjetivos dos destinatários dos atos administrativos, sendo em qualquer hipótese vedado o acesso aos cargos e empregos públicos sem a realização de concurso público ou seleção simplificada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Princípios da Administração Pública.

A alternativa A está incorreta. Conforme preconiza a doutrina: “A doutrina moderna defende que, com a constitucionalização do direito administrativo, a legalidade deve ser compreendida mais como “Princípio da Juridicidade”, que consiste na conformação da atuação Administrativa não apenas ao texto das leis formais editadas pelo Poder Legislativo, mas a todo o ordenamento jurídico, incluído a legislação em sentido amplo, os princípios, as súmulas vinculantes, as decisões vinculantes, dentre outros, sendo denominado “bloco de legalidade”. Desta maneira, há uma redução do âmbito de liberdade do administrador em sua competência discricionária, haja vista que, além de estar limitado à lei, estará também limitado pelo direito como um todo (Constituição Federal, princípios administrativos, princípios gerais do direito, precedentes vinculantes, súmulas vinculantes etc.).” (Direito Administrativo MP-RS - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 2.4.1 Princípio da Legalidade - Livro Digital Interativo).

A alternativa B está correta. A concepção contemporânea do princípio da legalidade determina que a Administração Pública está não somente vinculada à lei em sentido formal, mas a todo o ordenamento jurídico (conhecido atualmente como princípio da juridicidade administrativa). Vide comentário da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. Está, sim, previsto na Lei. De acordo com art. 2º da Lei 9.784/99: “Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

A alternativa D está incorreta. O princípio da autotutela não se confunde com a tutela administrativa ou controle finalístico. O princípio da autotutela permite que a Administração possa rever seus atos ou anulá-los, estando previsto na Súmula 473 do STF: “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”. Já o princípio da tutela administrativa diz respeito ao controle praticado entre a Administração Direta e a Administração Indireta. Conforme a doutrina: “Tutela supõe a vinculação de uma pessoa jurídica a outra, sem caráter de hierarquia. Há apenas o controle finalístico exercido dentro dos limites legais. Considerando que a agência reguladora é uma autarquia integrante da Administração indireta, não é possível afirmar a total ausência de tutela, mas apenas de um grau menor de controle.” (Direito Administrativo MP-RS - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 4.8 Agências Reguladoras - Livro Digital Interativo).

A alternativa E está incorreta. Há sim a possibilidade de acesso a cargo público sem concurso. É o caso dos cargos em comissão, exceção trazida pela própria constituição Federal, em seu art. 37, II: “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;”.

QUESTÃO 52. Considere as seguintes afirmativas sobre os atos administrativos.

I - A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.

II - Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.

III - São atributos essenciais do ato administrativo a competência, a forma, o objeto, a finalidade e o motivo, sendo os dois últimos de natureza discricionária.

IV - A imperatividade do ato administrativo consiste na possibilidade de sua imposição a terceiros, independentemente de sua aceitação, sendo expressão da supremacia do interesse público.

Quantas das afirmativas estão corretas?

- a) Nenhuma.**
- b) Apenas uma.**
- c) Apenas duas.**
- d) Apenas três.**

e) Todas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Atos Administrativos

O item I está correto. De fato, a competência dos órgãos administrativos é irrenunciável e inalienável, porém, de forma excepcional e temporária é permitida a delegação e a avocação, nos termos do art. 11 da Lei 9.784/99: “Art. 11. A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.”

O item II está correto. De acordo com art. 22 da Lei 9.784/99: “Art. 22. Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.”

O item III está incorreto. A finalidade é elemento sempre vinculado, não podendo ser discricionário. De acordo com a doutrina: “A finalidade é o objetivo que se busca alcançar com a prática do ato administrativo. Trata-se de uma das facetas do princípio da impessoalidade, de acordo com o qual o agente público deve objetivar sempre o interesse público em sua atuação e não interesses pessoais. Pode ser dividida em: Finalidade geral ou mediata: será sempre o interesse público, tendo em vista que é o vetor que vincula toda a Administração; Finalidade específica ou imediata: é o fim pretendido pela lei que regulamenta o ato administrativo editado. É o objetivo direto, o resultado específico que se busca alcançar com o ato. (...) Por outro lado, a finalidade é elemento do ato administrativo que sempre será vinculado. Não cabe ao agente público ponderar se atende ou não a finalidade da lei.” (Direito Administrativo MP-RS - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 7 Atos Administrativos - Livro Digital Interativo).

O item IV está correto. De acordo com a doutrina: “A imperatividade se identifica com a coercibilidade do poder de polícia. Consiste na possibilidade que a Administração Pública possui de criar obrigações ou impor restrições de forma unilateral aos particulares, sem qualquer anuência destes. Trata-se de atributo decorrente do Poder Extroverso da Administração, consubstanciado na prerrogativa que o Poder Público possui de praticar atos que extravasam a sua própria esfera jurídica, adentrando a esfera jurídica dos particulares, alterando-a sem anuência prévia dos administrados. Esse atributo não está presente em todos os atos administrativos, mas apenas naqueles que importem em imposição de obrigação ou de restrição aos particulares sem o seu consentimento. Não estão presentes nos atos administrativos que pressupõem a solicitação pelo administrado em seu próprio interesse, como é o caso das licenças e autorizações e nos atos enunciativos (ex.: pareceres, certidões etc.).” (Direito Administrativo MP-RS - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 7 Atos Administrativos - Livro Digital Interativo).

QUESTÃO 53. No que se refere às normas relativas ao Acesso a Informações (Lei Federal nº 12.527/2011) e ao Governo Digital (Lei Federal nº 14.129/2021), assinale a afirmativa que está INCORRETA.

a) Segundo dicção do Supremo Tribunal Federal, o ato de qualquer dos poderes públicos restritivo de publicidade deve ser motivado objetiva, específica e formalmente, sendo nulos os atos públicos que imponham, genericamente e sem fundamentação válida e específica, impeditivo do direito fundamental à informação.

b) Constitui conduta ilícita que enseja responsabilidade do agente público ou militar recusar-se a fornecer informação requerida nos termos da Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa.

c) O acesso à informação de que trata a lei compreende, entre outros, o direito de obter informação relativa à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, não estando compreendido o direito de obter informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja conveniente à segurança da sociedade e do Estado.

d) A legislação federal que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital é aplicável às entidades da administração pública indireta de estados e municípios, desde que adotem os comandos da lei por meio de atos normativos próprios.

e) Conforme expressa previsão legal, os entes públicos poderão instituir laboratórios de inovação, abertos à participação e à colaboração da sociedade para o desenvolvimento e a experimentação de conceitos, de ferramentas e de métodos inovadores para a gestão pública, a prestação de serviços públicos, o tratamento de dados produzidos pelo poder público e a participação do cidadão no controle da administração pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Lei de Acesso à Informação.

A alternativa A está incorreta, posto que totalmente de acordo com o decidido pelo STF na ADPF 872 (lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Vejamos: “O ato de qualquer dos poderes públicos restritivo de publicidade deve ser motivado objetiva, específica e formalmente, sendo nulos os atos públicos que imponham, genericamente e sem fundamentação válida e específica, impeditivo do direito fundamental à informação.”

A alternativa B está incorreta, posto que totalmente de acordo com o art. 32, I, da LAI (lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Vejamos: “Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar: I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;”.

A alternativa C está correta, posto que é a única alternativa de conteúdo incorreto (lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). O sigilo deve ser IMPRESCINDÍVEL à segurança da sociedade e do Estado, não bastando ser “conveniente” como diz a alternativa. De acordo com art. 7º, VII, “a” e parágrafo 1º, da LAI: “Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: VII - informação relativa: a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;” e “§ 1º O acesso à informação previsto no caput não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.”.

A alternativa D está incorreta, posto que totalmente de acordo com o art. 2º, III, da Lei 14.129/2021 (lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Vejamos: “Art. 2º Esta Lei aplica-se: III - às administrações

diretas e indiretas dos demais entes federados, nos termos dos incisos I e II do caput deste artigo, desde que adotem os comandos desta Lei por meio de atos normativos próprios.”.

A alternativa E está incorreta, posto que totalmente de acordo com o art. 44 da Lei 14.129/2021 (lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Vejamos: “Art. 44. Os entes públicos poderão instituir laboratórios de inovação, abertos à participação e à colaboração da sociedade para o desenvolvimento e a experimentação de conceitos, de ferramentas e de métodos inovadores para a gestão pública, a prestação de serviços públicos, o tratamento de dados produzidos pelo poder público e a participação do cidadão no controle da administração pública.”.

QUESTÃO 54. Considere as afirmativas abaixo sobre o sistema remuneratório e previdenciário dos servidores públicos, conforme vigente na Constituição Federal.

I - O servidor público da administração direta, quando no exercício do cargo de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe atribuída a remuneração de maior valor.

II - O servidor público da administração direta no exercício de mandato eletivo federal, estadual ou distrital ficará afastado de seu cargo, sendo seu tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

III - O modelo remuneratório por subsídio fixado em parcela única de que trata o artigo 39, § 40, da Constituição Federal destina-se exclusivamente aos agentes políticos de mandato eletivo e aos integrantes das carreiras taxativamente elencadas no texto constitucional.

IV - É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos em lei complementar.

V - É vedada a instituição de novos regimes próprios de previdência social, devendo a lei complementar federal estabelecer, para os que já existam, normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade em sua gestão, inclusive a fiscalização pela União e o controle externo e social.

Quais das afirmativas estão corretas?

a) I, II e IV.

b) I, III e IV.

c) II, III e V.

d) II, IV e V.

e) III, IV e V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Agentes Públicos.

O Item I está incorreto. Conforme art. 38, II, da CF: “Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições: II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.”.

O Item II está correto. Conforme art. 38, I e IV, da CF: “Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições: I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital ficará afastado de seu cargo; IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;”.

O Item III está incorreto. Não há taxatividade, uma vez que é possível a previsão do regime de subsídios em parcela única para os demais servidores públicos organizados em carreira. Conforme art. 39, §8º, da CF: “§ 8º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º.”

O Item IV está correto. Conforme art. 40, § 20, da CF: “§ 20. É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos na lei complementar de que trata o § 22.”

O Item V está correto. Conforme art. 40, § 22, III, da CF: “§ 22. Vedada a instituição de novos regimes próprios de previdência social, lei complementar federal estabelecerá, para os que já existam, normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade em sua gestão, dispondo, entre outros aspectos, sobre: III - fiscalização pela União e controle externo e social;”.

QUESTÃO 55. No que importa ao tema do controle da administração pública, considere as afirmativas a seguir.

I - A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município, ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

II - Segundo dicção do Supremo Tribunal Federal, Prefeitos que ordenem despesas têm o dever de prestar contas, seja por atuarem como responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração, seja na eventualidade de darem causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em prejuízo ao erário, competindo aos Tribunais de Contas, nesses casos, o julgamento das contas de Prefeitos que atuem na qualidade de ordenadores de despesas.

III - Entende o Supremo Tribunal Federal que a competência dos Tribunais de Contas, quando atestada a irregularidade de contas de gestão prestadas por Prefeitos ordenadores de despesa, se restringe à imputação de débito e à aplicação de sanções fora da esfera eleitoral, independentemente de ratificação pelas Câmaras Municipais, preservando-se a competência exclusiva destas para o exame da hipótese de inelegibilidade.

IV - Nos termos do que decidido pelo Supremo Tribunal Federal, o Município prejudicado é o legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal, da inobservância das normas de Direito Financeiro ou, ainda, pelo descumprimento dos deveres de colaboração impostos, pela legislação, aos agentes públicos fiscalizados.

Quantas das afirmativas estão corretas?

- a) Nenhuma.**
- b) Apenas uma.**
- c) Apenas duas.**
- d) Apenas três.**
- e) Todas.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Controle da Administração Pública.

O item I está correto. Conforme art. 31, caput e § 1º, da CF: “Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. § 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.”

Os itens II e III estão corretos. Conforme fixado pelo STF no julgamento da ADPF 982: “ADPF 982: (I) Prefeitos que ordenam despesas têm o dever de prestar contas, seja por atuarem como responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração, seja na eventualidade de darem causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em prejuízo ao erário; (II) Compete aos Tribunais de Contas, nos termos do art. 71, II, da Constituição Federal de 1988, o julgamento das contas de Prefeitos que atuem na qualidade de ordenadores de despesas; (III) A competência dos Tribunais de Contas, quando atestada a irregularidade de contas de gestão prestadas por Prefeitos ordenadores de despesa, se restringe à imputação de débito e à aplicação de sanções fora da esfera eleitoral, independentemente de ratificação pelas Câmaras Municipais, preservada a competência exclusiva destas para os fins do art. 1º, inciso I, alínea g, da Lei Complementar nº 64/1990”.

O item IV está incorreto. A competência é do Estado-membro. Conforme Tema 642 de Repercussão Geral do STF: “Tema 642 STF: Compete ao estado-membro a execução de crédito decorrente de multas simples,

aplicadas por tribunais de contas estaduais a agentes públicos municipais, em razão da inobservância das normas de Direito Financeiro ou, ainda, do descumprimento dos deveres de colaboração impostos, pela legislação, aos agentes públicos fiscalizados.”.

QUESTÃO 56. Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as afirmativas abaixo sobre as normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública, conforme disciplina da Lei Federal nº 14.133/2021.

() Aplicam-se as disposições da lei a alienação e concessão de direito real de uso de bens; a compra, inclusive por encomenda; a locação; a concessão e permissão de uso de bens públicos; a prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados; obras e serviços de arquitetura e engenharia; e contratações de tecnologia da informação e de comunicação.

() Considera-se agente de contratação a pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

() As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão a três linhas de defesa, sendo a segunda linha integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade.

() Nas contratações regidas pela lei, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, notadamente por meio de conciliação, mediação e comitê de resolução de disputas, vedada a arbitragem.

Assinale a alternativa que preenche corretamente os parênteses, de cima para baixo.

a) V – V – V – F

b) V – V – F – V

c) V – F – V – F

d) F – V – V – V

e) F – F – F – V

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Licitações e Contratos.

O Item I está correto. Conforme art. 2º da Lei 14.133/2021: “Art. 2º Esta Lei aplica-se a: I - alienação e concessão de direito real de uso de bens; II - compra, inclusive por encomenda; III - locação; IV - concessão e permissão de uso de bens públicos; V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais

especializados; VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia; VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação.”

O Item II está correto. Conforme art. 6º, LX, da Lei 14.133/2021: “Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: LX - agente de contratação: pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.”

O Item III está correto. Conforme art. 169, II, da Lei 14.133/2021: “Art. 169. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa: II - segunda linha de defesa, integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade;”

O Item IV está incorreto. Conforme art. 151 da Lei 14.133/2021: “Art. 151. Nas contratações regidas por esta Lei, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem.”

QUESTÃO 57. Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as afirmativas abaixo sobre o tema da responsabilidade civil do Estado, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal.

() O Estado é responsável na esfera cível por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, nos termos da teoria do risco integral, sendo ônus probatório do ente federativo demonstrar eventuais excludentes de responsabilidade civil.

() A perícia inconclusiva sobre a origem de disparo fatal durante operações policiais e militares que causem morte ou ferimento não é suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado, por constituir elemento indiciário.

() Inexiste responsabilidade civil do estado em relação ao profissional de imprensa ferido por agentes policiais durante a cobertura jornalística em manifestações em que haja tumulto ou conflito entre policiais e manifestantes.

() Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.

Assinale a alternativa que preenche corretamente os parênteses, de cima para baixo.

a) V – V – F – F

b) V – V – F – V

c) V – F – V – F

d) F – F – V – V

e) F – V – F – V

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Responsabilidade Civil do Estado.

O Item I está incorreto. É com base na teoria do risco administrativo, e não do risco integral. De acordo com o Tema de Repercussão Geral nº 1237 do STF: “Descrição: Recurso extraordinário em que se discute, à luz do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, a possibilidade de condenação do poder público, considerada a responsabilidade objetiva do Estado, a pagar indenização por danos morais e materiais, pela morte de vítima de disparo de arma de fogo durante operações policiais ou militares em comunidades, na hipótese em que a perícia é inconclusiva sobre a origem do disparo. Tese: (i) O Estado é responsável, na esfera cível, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, nos termos da Teoria do Risco Administrativo; (ii) É ônus probatório do ente federativo demonstrar eventuais excludentes de responsabilidade civil; (...)”.

O Item II está correto. De acordo com o Tema de Repercussão Geral nº 1237 do STF: “(...) (iii) A perícia inconclusiva sobre a origem de disparo fatal durante operações policiais e militares não é suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado, por constituir elemento indiciário.”.

O Item III está incorreto. De acordo com o Tema de Repercussão Geral nº 1055 do STF: “É objetiva a Responsabilidade Civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes. Cabe a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, nas hipóteses em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física.”.

O Item IV está correto. De acordo com o Tema de Repercussão Geral nº 366 do STF: “Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.”.

QUESTÃO 58. Sobre o regime de responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública (Lei Federal nº 12.846/2013), assinale a afirmativa correta.

a) A referida lei dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas e de seus dirigentes pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

b) Aplica-se o disposto na lei às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer

fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente.

c) Na aplicação das sanções de que trata a lei serão levados em consideração a gravidade da infração, a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator e a situação econômica do infrator, sendo irrelevante a consumação ou não da infração.

d) Como sanção prevista em lei poderá ser aplicada a dissolução compulsória da pessoa jurídica infratora, quando demonstrada a utilização da personalidade jurídica de forma habitual para facilitar ou promover a prática de atos ilícitos, hipótese na qual deverá ser comprovada a conduta dolosa.

e) Ainda que expressamente prevista a possibilidade de aplicação conjunta das sanções da referida lei e de penalidades decorrentes da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992), o Superior Tribunal de Justiça entende que tal cumulação configura, por si só, violação ao princípio do non bis in idem.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013).

A alternativa A está incorreta. O artigo 1º da Lei Anticorrupção não fala em dirigentes. Vejamos: “Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.”.

A alternativa B está correta. De acordo com art. 1º, parágrafo único, da Lei Anticorrupção: “Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta Lei às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente.”.

A alternativa C está incorreta. Também deve ser levada em consideração a consumação ou não da infração. Conforme art. 7º, III, da Lei Anticorrupção: “Art. 7º Serão levados em consideração na aplicação das sanções: III - a consumação ou não da infração;”.

A alternativa D está incorreta. Na Lei Anticorrupção a responsabilidade é objetiva. Vejamos: “Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.”; e “Art. 2º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.”.

A alternativa E está incorreta. De acordo com entendimento do STJ: “(...) 2. A utilização conjunta das Leis n. 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e n. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) para fundamentar uma mesma ação civil não configura, por si só, violação ao princípio do non bis in idem. 3. É possível que as duas legislações sejam empregadas concomitantemente para fundamentar uma mesma ação ou diferentes processos, pois o que não é admissível é a imposição de sanções idênticas com base no mesmo fundamento e pelos mesmos fatos. Caso, ao final da demanda, sejam aplicadas as penalidades previstas na Lei Anticorrupção, aí, sim, é que deverá ficar prejudicada a imposição de sanções idênticas estabelecidas na Lei de Improbidade relativas ao mesmo ilícito. 4. A preocupação com a não sobreposição de penalidades deve

ser devidamente examinada no momento da sentença, quando se analisará o mérito e a natureza das infrações, e não na fase preliminar da ação. (...)”. (STJ. 1ª Turma. REsp 2.107.398-RJ, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 18/2/2025).

QUESTÃO 59. Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as afirmativas abaixo sobre o Direito Eleitoral nos moldes adotados pela vigente ordem constitucional.

() Nos termos da Constituição Federal, não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto e universal, sendo sua periodicidade garantida apenas em sede de lei complementar.

() O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude, tramitando a ação em segredo de justiça e respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

() o direito ao sufrágio é de maior extensão que o direito ao voto, sendo universal e irrestrito, razão pela qual não se submete a quaisquer condições.

() O sistema eleitoral proporcional, segundo a Constituição Federal, é utilizado para a composição do Poder Legislativo em todas as suas esferas. Por este sistema, as vagas nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias Legislativas dos estados, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e no Congresso Nacional serão distribuídas em proporção aos votos obtidos pelas legendas partidárias.

Assinale a alternativa que preenche corretamente os parênteses, de cima para baixo.

a) V - V - F - F.

b) V - F - F - V.

c) V - F - V - F.

d) F - V - V - V.

e) F - V - F - F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A assertiva 1 é falsa. O erro está na parte final: a periodicidade do voto é cláusula pétrea, tal como os demais aspectos (direto, secreto, universal). A previsão correta está no art. 60, §4º, II, da CF/88, que trata da vedação de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto, universal e periódico.

A assertiva 2 é verdadeira. Essa afirmativa descreve exatamente o que está no art. 14, §10 da Constituição Federal e no art. 262 do Código Eleitoral, o qual estabelece que o prazo é de 15 dias contados da diplomação. E em caso de responsabilização do autor, será caso seja temerária ou de má-fé.

A assertiva 3 é falsa. O sufrágio é um conceito mais amplo que abrange o direito de votar e ser votado (ativa e passivamente). O erro está na afirmação de que é “universal e irrestrito”. Na verdade, o sufrágio não é irrestrito, pois há restrições legais, como idade mínima, nacionalidade, alistamento, e condições de elegibilidade e inelegibilidade.

A assertiva 4 é falsa. O erro está na afirmação de que o sistema proporcional é aplicado em todas as esferas do Legislativo. Na realidade, o Sistema Proporcional utilizado para vereadores, deputados estaduais, distritais e federais. Já o Senado Federal (parte do Congresso Nacional), utiliza sistema majoritário. Portanto, não é verdade que o sistema proporcional é usado em todas as esferas legislativas.

QUESTÃO 60. Sobre a estrutura da Justiça Eleitoral, conforme disposto na Constituição Federal, assinale a afirmativa que é INCORRETA.

a) São órgãos da Justiça Eleitoral o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes Eleitorais e as Juntas Eleitorais.

b) O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, sendo seu Presidente e Vice-Presidente eleitos dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e o Corregedor Eleitoral, dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça que o compõem.

c) Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na Capital de cada Estado e no Distrito Federal, composto, dentre outros membros, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados em lista tríplice pelo Tribunal de Justiça e nomeados pelo Governador do Estado.

d) Lei complementar disporá sobre a organização e competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais. Os membros dos tribunais, os juízes de direito e os integrantes das juntas eleitorais, suas funções, e no que lhes for aplicável, gozarão de plenas garantias e serão inamovíveis.

e) São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem a Constituição Federal e as denegatórias de habeas corpus ou mandado de segurança.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, ao estar correta em sua definição sobre os órgãos da Justiça Eleitoral.

A alternativa B está incorreta. O TSE tem no mínimo sete membros e está conforme o art. 119 da CF.

A alternativa C está correta. A nomeação desses dois juízes (advogados) é feita pelo Presidente da República, e não pelo Governador do Estado, conforme o art. 120, §1º, III da CF.

A alternativa D está incorreta. Trata da organização da Justiça Eleitoral por lei complementar.

A alternativa E está incorreta. As decisões do TSE são irrecorríveis, exceto se ferirem a CF ou envolverem habeas corpus ou mandado de segurança.

QUESTÃO 61. Com base no Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando se quiser, a maneira de administrá-la.

b) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.

c) É de 120 (cento e vinte) dias, a contar da conclusão do negócio ou da cessação da incapacidade, o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.

d) É nulo o negócio jurídico quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.

e) Anulado o negócio jurídico, restituir-se-ão as partes ao estado em que antes dele se achavam, e, não sendo possível restituí-las, serão indenizadas com o equivalente.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**.

A alternativa A está correta, já que dispõe a literalidade do CC/2002: “Art. 62. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la”.

A alternativa B está correta, já que dispõe a literalidade do CC/2002: “Art. 107. A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir”.

A alternativa C está incorreta, pois é de 180 dias o prazo de decadência, nos termos do CC/2002: “Art. 119. É anulável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou. Parágrafo único. É de cento e oitenta dias, a contar da conclusão do negócio ou da cessação da incapacidade, o prazo de decadência para pleitear-se a anulação prevista neste artigo”.

A alternativa D está correta, já que dispõe a literalidade do CC/2002: “Art. 166. É nulo o negócio jurídico quando: III - o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito;”.

A alternativa E está correta, já que dispõe a literalidade do CC/2002: “Art. 182. Anulado o negócio jurídico, restituir-se-ão as partes ao estado em que antes dele se achavam, e, não sendo possível restituí-las, serão indenizadas com o equivalente”.

QUESTÃO 62. Considere as seguintes afirmações sobre Direito das Obrigações no Código Civil Brasileiro.

I. A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso. Se a coisa se perder, sem culpa do devedor, antes da tradição, ou pendente a condição suspensiva, fica resolvida a obrigação para ambas as partes; se a perda resultar de culpa do devedor, responderá este pelo equivalente e mais perdas e danos.

II. Há solidariedade obrigacional quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda. Ocorre a solidariedade ativa quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda. Na solidariedade passiva, o credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto.

III. Dá-se a novação da obrigação quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior; ou quando novo devedor sucede ao antigo, ficando este quito com o credor, salvo em relação às dívidas trabalhistas; ou, ainda, quando, em virtude de obrigação nova, outro credor é substituído ao antigo, ficando o devedor quito com este. A novação por substituição do devedor deve ser efetuada com consentimento deste.

IV. A sub-rogação opera-se, de pleno direito, em favor do credor que paga a dívida do devedor comum; em favor do adquirente do imóvel hipotecado, que paga a credor hipotecário, bem como do terceiro que efetiva o pagamento para não ser privado de direito sobre imóvel. Também se opera em favor do terceiro interessado, que paga a dívida pela qual era ou podia ser obrigado, no todo ou em parte. A sub-rogação transfere ao novo credor todos os direitos, ações e privilégios, salvo as garantias do primitivo, em relação à dívida, contra o devedor principal e os fiadores.

Quais das afirmações estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas II.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas II e IV.
- e) I, II, III e IV.

Comentários

A questão é passível de recurso, pois não apresenta alternativa correta.

O item I está correto, já que dispõe a literalidade do CC/2002: “Art. 233. A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso. Art. 234. Se, no caso do artigo antecedente, a coisa se perder, sem culpa do devedor,

antes da tradição, ou pendente a condição suspensiva, fica resolvida a obrigação para ambas as partes; se a perda resultar de culpa do devedor, responderá este pelo equivalente e mais perdas e danos”.

O item II está incorreto. Veja que há 3 afirmações nessa alternativa, a primeira, definindo a solidariedade obrigacional está correta, nos termos do CC/2002: “Art. 264. Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda”. Já a segunda afirmação, está incorreta, já que dispõe que há solidariedade ativa havendo mais de um devedor, quando, na verdade, se houver mais de um devedor trata-se de solidariedade passiva. Veja como o CC/2002 descreve a solidariedade ativa: “Art. 267. Cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro”. Por último, a terceira afirmação do item, está correta, pois descreve corretamente a solidariedade passiva, nos termos do CC/2002: “Art. 275. O credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto”.

O item III está incorreto, já que na novação, o CC/2002 não dispõe a exceção das dívidas trabalhistas. Veja literalidade da lei: “Art. 360. Dá-se a novação: I - quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior; II - quando novo devedor sucede ao antigo, ficando este quite com o credor; III - quando, em virtude de obrigação nova, outro credor é substituído ao antigo, ficando o devedor quite com este. Art. 362. A novação por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente de consentimento deste”.

O item IV está incorreto, já que a sub-rogação transfere ao novo credor todos os direitos, ações, privilégios e garantias do primitivo, em relação à dívida, contra o devedor principal e os fiadores. Veja literalidade do CC/2002: “Art. 346. A sub-rogação opera-se, de pleno direito, em favor: I - do credor que paga a dívida do devedor comum; II - do adquirente do imóvel hipotecado, que paga a credor hipotecário, bem como do terceiro que efetiva o pagamento para não ser privado de direito sobre imóvel; III - do terceiro interessado, que paga a dívida pela qual era ou podia ser obrigado, no todo ou em parte. Art. 349. A sub-rogação transfere ao novo credor todos os direitos, ações, privilégios e garantias do primitivo, em relação à dívida, contra o devedor principal e os fiadores”.

QUESTÃO 63. Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as afirmações abaixo sobre as normas que tratam dos Contratos no Código Civil Brasileiro.

() A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato. Nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual.

() A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso. Deixa de ser obrigatória a proposta se, feita sem prazo a pessoa presente, não foi imediatamente aceita. Considera-se também presente a pessoa que contrata por telefone ou por meio de comunicação semelhante.

() A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor, sendo esta disposição inaplicável nas doações onerosas.

() Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção. Subsiste esta garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública.

Assinale a alternativa que preenche corretamente os parênteses, de cima para baixo.

a) V-F-V-F

b) V-V-F-V.

c) F-F-V-F

d) F-V-V-V.

e) F-F-F-V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou sobre contratos.

O item I está correto, já que dispõe a literalidade do CC/2002: “Art. 421. A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato. Parágrafo único. Nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual”.

O item II está correto, já que dispõe a literalidade do CC/2002: Art. 427. A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso. Art. 428. Deixa de ser obrigatória a proposta: I - se, feita sem prazo a pessoa presente, não foi imediatamente aceita. Considera-se também presente a pessoa que contrata por telefone ou por meio de comunicação semelhante;”.

O item III está incorreto, já que essa disposição legal é aplicável as doações onerosas, nos termos do CC/2002: “Art. 441. A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor. Parágrafo único. É aplicável a disposição deste artigo às doações onerosas”.

O item IV está correto, já que dispõe a literalidade do CC/2002: “Art. 447. Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção. Subsiste esta garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública”.

QUESTÃO 64. Com base no Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A posse pode ser adquirida pela própria pessoa que a pretende ou por seu representante; ou, ainda, por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação.

b) O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado. Além disso, o possuidor turbado,

ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo; os atos de defesa, ou de desforço, não podem ir além do indispensável à manutenção ou à restituição da posse.

c) Aquele que, por 15 (quinze) anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título de boa-fé, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis. Esse prazo reduzir-se-á a 10 (dez) anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo.

d) Aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

e) O possuidor de boa-fé tem direito, enquanto ela durar, aos frutos percebidos, bem como à indenização das benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias e, se não lhe forem pagas, a levanta-las, quando o puder sem detrimento da coisa, e poderá exercer o direito de retenção das mesmas.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**.

A alternativa A está correta, já que dispõe a literalidade do CC/2002: “Art. 1.205. A posse pode ser adquirida: I - pela própria pessoa que a pretende ou por seu representante; II - por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação”.

A alternativa B está correta, já que dispõe a literalidade do CC/2002: “Art. 1.210. O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado. § 1º O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo; os atos de defesa, ou de desforço, não podem ir além do indispensável à manutenção, ou restituição da posse.

A alternativa C está correta, já que dispõe a literalidade do CC/2002: “Art. 1.238. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis. Parágrafo único. O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo”.

A alternativa D está correta, já que dispõe a literalidade do CC/2002: “Art. 1.240-A. Aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural”.

A alternativa E está incorreta, já que o possuidor de boa-fé poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis, mas não das voluptuárias. Veja literalidade do CC/2002: “Art. 1.214. O possuidor de boa-fé tem direito, enquanto ela durar, aos frutos percebidos. Art. 1.219. O possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, bem como, quanto às voluptuárias, se não lhe forem pagas, a levantá-las, quando o puder sem detrimento da coisa, e poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis”.

QUESTÃO 65. Considere as afirmações abaixo sobre Direito de Família no Código Civil Brasileiro.

I. São parentes em linha reta as pessoas que estão umas para com as outras na relação de ascendentes e descendentes. São parentes em linha colateral ou transversal, até o quarto grau, as pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem uma da outra.

II. Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação. Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos havidos por inseminação artificial heteróloga, independentemente de prévia autorização do marido.

III. O filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento, e o menor pode impugnar o reconhecimento, nos 4 (quatro) anos que se seguirem à maioridade, ou à emancipação.

IV. Os filhos menores são postos em tutela com o falecimento dos pais, ou sendo estes julgados ausentes, bem como no caso de os pais decaírem do poder familiar. Em falta de tutor nomeado pelos pais incumbe a tutela aos parentes consanguíneos do menor, em primeiro aos ascendentes, preferindo-se o de grau mais próximo ao mais remoto, e em segundo aos colaterais até o segundo grau, preferindo-se os mais próximos aos mais remotos, e, no mesmo grau, os mais velhos aos mais moços; em qualquer dos casos, o juiz escolherá entre eles o mais apto a exercer a tutela em benefício do menor.

Quais das afirmações estão INCORRETAS?

a) Apenas I e II.

b) Apenas II e III.

c) Apenas II e IV.

d) Apenas IV.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou sobre direito de família.

O item I está correto, já que dispõe a literalidade do CC/2002: “Art. 1.592. São parentes em linha colateral ou transversal, até o quarto grau, as pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem uma da outra”.

O item II está incorreto, já que se presumem filhos do casal os havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que autorizado pelo marido, nos termos do CC/2002: “Art. 1.596. Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação. Art. 1.597. Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos: V - havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que tenha prévia autorização do marido”.

O item III está correto, já que dispõe a literalidade do CC/2002: “Art. 1.614. O filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento, e o menor pode impugnar o reconhecimento, nos quatro anos que se seguirem à maioridade, ou à emancipação”.

O item IV está incorreto, já que a alternativa fala que poderá ser nomeado como tutor os colaterais até segundo grau, porém, o CC/2002 dispõe que poderão ser nomeados como tutores os colaterais até o terceiro grau, nos termos do CC/2002: “Art. 1.728. Os filhos menores são postos em tutela: I - com o falecimento dos pais, ou sendo estes julgados ausentes; II - em caso de os pais decaírem do poder familiar. Art. 1.731. Em falta de tutor nomeado pelos pais incumbe a tutela aos parentes consangüíneos do menor, por esta ordem: I - aos ascendentes, preferindo o de grau mais próximo ao mais remoto; II - aos colaterais até o terceiro grau, preferindo os mais próximos aos mais remotos, e, no mesmo grau, os mais velhos aos mais moços; em qualquer dos casos, o juiz escolherá entre eles o mais apto a exercer a tutela em benefício do menor”.

QUESTÃO 66. A respeito do Direito de Empresa, assinale a alternativa correta.

a) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda que com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

b) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos. A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, não responderá pelas obrigações contraídas.

c) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. A sociedade limitada deve ser constituída por 2 (duas) ou mais pessoas.

d) Na sociedade cooperativa, a responsabilidade dos sócios pode ser limitada ou ilimitada. É limitada a responsabilidade na cooperativa em que o sócio responde somente pelo valor de suas quotas, porém pela integralidade do prejuízo verificado nas operações sociais, independentemente de sua participação nas mesmas. É ilimitada a responsabilidade na cooperativa em que o sócio responde solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, guardada a proporção de sua participação nas mesmas operações.

e) A sociedade em comandita por ações tem o capital dividido em ações, regendo-se pelas normas relativas à sociedade anônima, e opera sob firma ou denominação. Somente o acionista tem qualidade para administrar a sociedade e, como diretor, responde pelas obrigações da sociedade, no limite de seu capital.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre tipos societários e conceito de empresário.

A alternativa A está correta. É a literalidade do art. 966, parágrafo único, do Código Civil: “Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.”.

A alternativa B está incorreta. Pelo contrário, se a pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário a exercer, deverá sim responder pelas obrigações contraídas. É o que determina o art. 973 do Código Civil: “Art. 973. A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.”. Ver também o art. 972 do Código Civil: Art. 972. Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.”

A alternativa C está incorreta. Atualmente é possível constituir sociedade limitada com apenas uma única pessoa, conhecida como sociedade limitada unipessoal. “CC, Art. 1.052. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. § 1º A sociedade limitada pode ser constituída por 1 (uma) ou mais pessoas.”

A alternativa D está incorreta. Afronta o que prevê o art. 1.095, §1º e 2º, do Código Civil: “Art. 1.095. Na sociedade cooperativa, a responsabilidade dos sócios pode ser limitada ou ilimitada. § 1º É limitada a responsabilidade na cooperativa em que o sócio responde somente pelo valor de suas quotas e pelo prejuízo verificado nas operações sociais, guardada a proporção de sua participação nas mesmas operações. § 2º É ilimitada a responsabilidade na cooperativa em que o sócio responde solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.”.

A alternativa E está incorreta. O acionista que tem qualidade para administrar a sociedade e, como diretor, responderá subsidiária e ilimitadamente pelas obrigações da sociedade. É o que dispõe o art. 1.091 do Código Civil. Art. 1.091. Somente o acionista tem qualidade para administrar a sociedade e, como diretor, responde subsidiária e ilimitadamente pelas obrigações da sociedade. Ver também o art. 1.090 do Código Civil: “Art. 1.090. A sociedade em comandita por ações tem o capital dividido em ações, regendo-se pelas normas relativas à sociedade anônima, sem prejuízo das modificações constantes deste Capítulo, e opera sob firma ou denominação.”.

QUESTÃO 67. Considere as afirmações abaixo sobre recuperação judicial, extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

I – A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

II – Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente: a) não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes; b) não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial; c) não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial para microempresários e empresas de pequeno porte; e d) não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos na Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

III – O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convalidação em falência, e deverá conter: a discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a ser empregados e seu resumo; demonstração de sua viabilidade econômica; e laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada.

IV – Qualquer credor poderá manifestar ao juiz sua objeção ao plano de recuperação judicial no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação da relação de credores. Havendo objeção ao plano de recuperação judicial, o juiz convocará a assembleia geral de credores para deliberar sobre o plano de recuperação.

Quais das afirmações estão corretas?

- a) Apenas I e III.
- b) Apenas I, II e III.
- c) Apenas I, II e IV.
- d) Apenas II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a Lei de Recuperação e Falências.

O Item I está correto. Literalidade do art. 47 da Lei 11.101/2005. “Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.”

O Item II está correto. É a literalidade do art. 48 da Lei 11.101/2005. “Art. 48. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente: I – não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes; II – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial; III - não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo; IV – não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.”

O Item III está correto. É a literalidade do art. 53 da Lei 11.101/2005. “Art. 53. O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convolação em falência, e deverá conter: I – discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a ser empregados, conforme o art. 50 desta Lei, e seu resumo; II – demonstração de sua viabilidade econômica; e III – laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada.”

O Item IV está correto. É a literalidade do art. 55 da Lei 11.101/2005. “Art. 55. Qualquer credor poderá manifestar ao juiz sua objeção ao plano de recuperação judicial no prazo de 30 (trinta) dias contado da publicação da relação de credores de que trata o § 2º do art. 7º desta Lei. Parágrafo único. Caso, na data da publicação da relação de que trata o caput deste artigo, não tenha sido publicado o aviso previsto no art. 53, parágrafo único, desta Lei, contar-se-á da publicação deste o prazo para as objeções.”

QUESTÃO 68. Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as afirmações abaixo sobre as normas que tratam dos títulos de crédito.

() O cheque deve ser apresentado para pagamento, a contar do dia da emissão, no prazo de 15 (quinze) dias, quando emitido na mesma praça da agência onde houver de ser pago; e de 30 (trinta) dias, quando emitido em outro lugar do país ou no exterior.

() O título de crédito, documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido, somente produz efeito quando preencha os requisitos da lei. A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, não implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.

() A pretensão à execução da duplicata prescreve: a) contra o sacado e respectivos avalistas, em 3 (três) anos, contados da data do protesto; b) contra endossante e seus avalistas, em 1 (um) ano, contado da data do vencimento do título; e c) de qualquer dos coobrigados contra os demais, em 1 (um) ano, contado da data em que haja sido efetuado o pagamento do título.

() A duplicata admite reforma ou prorrogação do prazo de vencimento, mediante declaração em separado ou nela escrita, assinada pelo vendedor ou endossatário, ou por representante com poderes especiais.

Assinale a alternativa que preenche corretamente os parênteses, de cima para baixo.

a) F – F – V – F.

b) V – V – F – V.

c) V – F – V – F.

d) F – V – F – V.

e) V – F – F – V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre títulos de créditos.

O Item I está incorreto. O prazo será de 30 e 60. “Lei do Cheque. Art. 33 O cheque deve ser apresentado para pagamento, a contar do dia da emissão, no prazo de 30 (trinta) dias, quando emitido no lugar onde houver de ser pago; e de 60 (sessenta) dias, quando emitido em outro lugar do País ou no exterior.”

O Item II está correto. É a literalidade do art. 887 e do art. 888 do Código Civil. “Art. 887. O título de crédito, documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido, somente produz efeito quando preencha os requisitos da lei. Art. 888. A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, não implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.”.

O Item III está incorreto. É contado da data do vencimento do título contra o sacado e respectivos avalistas, em 3 (três) anos. Art. 18 da Lei das Duplicatas. “Art 18 - A pretensão à execução da duplicata prescreve: I - contra o sacado e respectivos avalistas, em 3(três) anos, contados da data do vencimento do título; II - contra endossante e seus avalistas, em 1 (um) ano, contado da data do protesto; III - de qualquer dos coobrigados contra os demais, em 1 (um) ano, contado da data em que haja sido efetuado o pagamento do título.”.

O Item IV está correto. É a literalidade do Art. 11 da Lei das Duplicatas. “Art . 11. A duplicata admite reforma ou prorrogação do prazo de vencimento, mediante declaração em separado ou nela escrita, assinada pelo vendedor ou endossatário, ou por representante com poderes especiais. Parágrafo único. A reforma ou prorrogação de que trata este artigo, para manter a coobrigação dos demais intervenientes por endosso ou aval, requer a anuência expressa destes.”.

QUESTÃO 69. A respeito do Direito Registral, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Serão registradas no registro de nascimentos as sentenças de legitimação adotiva, consignando-se nele os nomes dos pais adotivos como pais legítimos e os dos seus ascendentes, se já falecidos, ou sendo vivos, se houverem, em qualquer tempo, manifestado por escrito sua adesão ao ato. O mandado será arquivado, dele não podendo o oficial fornecer certidão, a não ser por determinação judicial e em segredo de justiça, para salvaguarda de direitos. Feito o registro, será cancelado o assento de nascimento original.

b) Não poderão ser registrados os atos constitutivos de pessoas jurídicas quando o seu objeto ou circunstâncias relevantes indiquem destino ou atividades ilícitos ou contrários, nocivos ou perigosos ao

bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes.

c) No Registro de Imóveis, além da matrícula, serão feitos o registro das incorporações, instituições e convenções de condomínio, bem como das cédulas hipotecárias.

d) Nenhum registro poderá ser feito sem que o imóvel a que se referir esteja matriculado. Ainda que o imóvel esteja matriculado, não se fará registro que dependa da apresentação de título anterior, a fim de que se preserve a continuidade do registro.

e) No exercício de suas funções, cumpre aos oficiais de registro fazer rigorosa fiscalização do pagamento dos impostos devidos por força dos atos que lhes forem apresentados em razão do ofício.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Direito Notarial e Registral.

A alternativa A está incorreta, pois seu texto está totalmente conforme os artigos 95 e 96 da Lei 6.015/73 (Lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Vejamos: “Art. 95. Serão registradas no registro de nascimentos as sentenças de legitimação adotiva, consignando-se nele os nomes dos pais adotivos como pais legítimos e os dos ascendentes dos mesmos se já falecidos, ou sendo vivos, se houverem, em qualquer tempo, manifestada por escrito sua adesão ao ato. Parágrafo único. O mandado será arquivado, dele não podendo o oficial fornecer certidão, a não ser por determinação judicial e em segredo de justiça, para salvaguarda de direitos.”; e “Art. 96. Feito o registro, será cancelado o assento de nascimento original do menor.”.

A alternativa B está incorreta, pois seu texto está totalmente conforme o art. 115 da Lei 6.015/73 (Lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Vejamos: “Art. 115. Não poderão ser registrados os atos constitutivos de pessoas jurídicas, quando o seu objeto ou circunstâncias relevantes indiquem destino ou atividades ilícitos ou contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes.”.

A alternativa C está correta, pois é a única cujo texto está errado. (Lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Conforme art. 172 da Lei 6.015/73: “Art. 172 - No Registro de Imóveis serão feitos, nos termos desta Lei, o registro e a averbação dos títulos ou atos constitutivos, declaratórios, translativos e extintos de direitos reais sobre imóveis reconhecidos em lei, "inter vivos" ou "mortis causa" quer para sua constituição, transferência e extinção, quer para sua validade em relação a terceiros, quer para a sua disponibilidade.”.

A alternativa D está incorreta, pois seu texto está totalmente conforme os artigos 236 e 237 da Lei 6.015/73 (Lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Vejamos: “Art. 236 - Nenhum registro poderá ser feito sem que o imóvel a que se referir esteja matriculado.”; e “Art. 237 - Ainda que o imóvel esteja matriculado, não se fará registro que dependa da apresentação de título anterior, a fim de que se preserve a continuidade do registro.”.

A alternativa E está incorreta, pois seu texto está totalmente conforme o art. 289 da Lei 6.015/73 (Lembre-se que a questão pede a alternativa incorreta!). Vejamos: “Art. 289. No exercício de suas funções, cumpre

aos oficiais de registro fazer rigorosa fiscalização do pagamento dos impostos devidos por força dos atos que lhes forem apresentados em razão do ofício.”

QUESTÃO 70. Considere as afirmações abaixo sobre Regularização Fundiária Urbana, com base na Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

I - A Regularização Fundiária Urbana (REURB) abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes.

II - Poderão requerer a REURB: a) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretamente ou por meio de entidades da administração pública indireta; b) os seus beneficiários, individual ou coletivamente, diretamente ou por meio de cooperativas habitacionais, associações de moradores, fundações, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano ou regularização fundiária urbana; c) os proprietários de imóveis ou de terrenos, loteadores ou incorporadores; d) a Defensoria Pública, em nome dos beneficiários hipossuficientes; e) instituições financeiras, credoras hipotecárias do imóvel em regularização; e f) o Ministério Público.

III - A Certidão de Regularização Fundiária (CRF) é o ato administrativo de aprovação da regularização que deverá acompanhar o projeto aprovado e deverá conter, no mínimo: a) o nome do núcleo urbano regularizado; b) a localização; c) a modalidade da regularização; d) as responsabilidades das obras e serviços constantes do cronograma; e) a indicação numérica de cada unidade regularizada, quando houver; f) a listagem com nomes dos ocupantes que houverem adquirido a respectiva unidade, por título de legitimação fundiária ou mediante ato único de registro, bem como o estado civil, a profissão, o número de inscrição no cadastro das pessoas físicas do Ministério da Fazenda e do registro geral da cédula de identidade e a filiação.

IV - O registro da Certidão de Regularização Fundiária (CRF) e do projeto de regularização fundiária aprovado será requerido diretamente ao oficial do cartório de registro de imóveis da situação do imóvel e será efetivado independentemente de determinação judicial ou do Ministério Público. Em caso de recusa do registro, o oficial do cartório do registro de imóveis expedirá nota devolutiva fundamentada, na qual indicará os motivos da recusa e formulará exigências nos termos da Lei 13.465, de 11 de julho de 2017.

Quais das afirmações estão corretas?

- a) Apenas II e III.**
- b) Apenas I, III e IV.**
- c) Apenas I, II e IV.**
- d) Apenas II e IV.**
- e) I, II, III e IV.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Regularização Fundiária Urbana (REURB).

O Item I está correto. Conforme art. 9º da Lei 13.465/2017: “Art. 9º Ficam instituídas no território nacional normas gerais e procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana (Reurb), a qual abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes.”

O Item II está incorreto. Conforme art. 14 da Lei 13.465/2017, as “instituições financeiras, credoras hipotecárias do imóvel em regularização” não fazem parte dos legitimados a requerer a REURB. Vejamos: “Art. 14. Poderão requerer a Reurb: I - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretamente ou por meio de entidades da administração pública indireta; II - os seus beneficiários, individual ou coletivamente, diretamente ou por meio de cooperativas habitacionais, associações de moradores, fundações, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano ou regularização fundiária urbana; III - os proprietários de imóveis ou de terrenos, loteadores ou incorporadores; IV - a Defensoria Pública, em nome dos beneficiários hipossuficientes; e V - o Ministério Público.”

O Item III está correto. Conforme art. 41 da Lei 13.465/2017: “Art. 41. A Certidão de Regularização Fundiária (CRF) é o ato administrativo de aprovação da regularização que deverá acompanhar o projeto aprovado e deverá conter, no mínimo: I - o nome do núcleo urbano regularizado; II - a localização; III - a modalidade da regularização; IV - as responsabilidades das obras e serviços constantes do cronograma; V - a indicação numérica de cada unidade regularizada, quando houver; VI - a listagem com nomes dos ocupantes que houverem adquirido a respectiva unidade, por título de legitimação fundiária ou mediante ato único de registro, bem como o estado civil, a profissão, o número de inscrição no cadastro das pessoas físicas do Ministério da Fazenda e do registro geral da cédula de identidade e a filiação.”

O Item IV está correto. Conforme art. 42 da Lei 13.465/2017: “Art. 42. O registro da CRF e do projeto de regularização fundiária aprovado será requerido diretamente ao oficial do cartório de registro de imóveis da situação do imóvel e será efetivado independentemente de determinação judicial ou do Ministério Público. Parágrafo único. Em caso de recusa do registro, o oficial do cartório do registro de imóveis expedirá nota devolutiva fundamentada, na qual indicará os motivos da recusa e formulará exigências nos termos desta Lei.”

QUESTÃO 71. João realizou uma compra parcelada em uma loja de departamentos, mas não quitou as duas últimas parcelas. Dias depois, o SPC enviou um e-mail a João informando que, não havendo pagamento, seu nome seria incluído no cadastro de inadimplentes. A mensagem foi enviada ao endereço eletrônico fornecido por João no ato da compra e houve comprovação de entrega no servidor de destino. Sem pagar, João foi negativado no SPC. Em juízo, alegou que a notificação foi inválida porque não tomou conhecimento do fato, já que aquele e-mail era pessoal e não o acessava há muito tempo e, além disso, a notificação deveria ter sido encaminhada através de carta registrada, com aviso de recebimento.

À luz do CDC e da jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta.

- a) João tem razão, pois a lei exige carta registrada com AR como condição de validade da notificação.
- b) João tem razão em parte; a falta de AR invalida a notificação, mas o e-mail é válido se houver autorização expressa do consumidor.
- c) João não tem razão, pois a notificação por e-mail é válida independentemente de qualquer outro requisito.
- d) João não tem razão, porque o órgão mantenedor do cadastro não possui a obrigação de notificar o consumidor, sendo esta responsabilidade exclusiva do fornecedor, já que é ele quem possui os dados do consumidor.
- e) João tem razão apenas quanto à exigência de notificação por escrito, mas erra ao exigir AR, que é dispensável.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre Bancos de Dados e Cadastros de Consumidores.

A alternativa A está incorreta. A lei não exige envio através de AR, apenas que seja enviada “por escrito”. É o que prevê a Súmula 404 do STJ: “É dispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negatificação de seu nome em bancos de dados e cadastros.”

A alternativa B está incorreta. Não é necessária a autorização expressa do consumidor, conforme jurisprudência do STJ: “Além disso, a notificação prévia do consumidor acerca do registro do seu nome no cadastro de inadimplentes, nos termos do art. 43, § 2º, do CDC, pode ser realizada por meio eletrônico, desde que devidamente comprovados o envio e a entrega da notificação, realizados por e-mail, mensagem de texto de celular (SMS) ou até mesmo pelo aplicativo whatsapp. (STJ. 3ª Turma. REsp 2.092.539/RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 17/9/2024)

A alternativa C está incorreta. João não tem razão; porém, a notificação por e-mail exige a comprovação do envio e da entrega da notificação. Nos termos da jurisprudência do STJ: “Além disso, a notificação prévia do consumidor acerca do registro do seu nome no cadastro de inadimplentes, nos termos do art. 43, § 2º, do CDC, pode ser realizada por meio eletrônico, desde que devidamente comprovados o envio e a entrega da notificação, realizados por e-mail, mensagem de texto de celular (SMS) ou até mesmo pelo aplicativo whatsapp. (STJ. 3ª Turma. REsp 2.092.539/RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 17/9/2024)

A alternativa D está incorreta. João não tem razão; porém, o órgão mantenedor do cadastro possui a obrigação de notificar o consumidor, conforme prevê o art. 43, §2º, do CDC. “Art. 43. O consumidor, sem prejuízo do disposto no art. 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes. [...] § 2º A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.”.

A alternativa E está correta. A notificação deve ser por escrito (art. 43, §2º, do CDC) e o AR é dispensável. “Art. 43. O consumidor, sem prejuízo do disposto no art. 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas

respectivas fontes. [...] § 2º A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.”. Súmula 404 do STJ: “É dispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.”

QUESTÃO 72. Em 15/09/2023, Júlia quitou um empréstimo com o Banco Digital. Apesar da quitação, o Banco debitou mais 3 parcelas (R\$ 980,00 cada), que foram pagas por Júlia porque os débitos eram automáticos. Ao reclamar, o Banco alegou “erro de sistema” e sustentou que não agiu de má-fé, o que afastaria a devolução em dobro; ofereceu apenas restituição simples. Júlia ajuizou ação pedindo repetição do indébito em dobro, com base no Art. 42, parágrafo único, do CDC.

À luz da legislação e da jurisprudência atual dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- a) A devolução em dobro não é cabível sem prova de má-fé do Banco; como houve apenas “erro de sistema”, a restituição deve ser simples.
- b) A devolução em dobro é cabível, pois se trata de cobrança indevida paga em 2023, bastando a violação da boa-fé objetiva; o banco deveria provar “engano justificável” para afastar a dobra – o que não demonstrou.
- c) A devolução em dobro só seria possível em serviço público (água, luz, telefone); para o banco exige-se má-fé do fornecedor.
- d) A devolução em dobro é devida mesmo sem pagamento; basta a mera cobrança para incidir o Art. 42, parágrafo único, do CDC.
- e) É inaplicável o Art. 42, p.u., do CDC; o caso seria de Art. 940 do CC, que dispensa a prova de má-fé e não exige demanda judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a devolução em dobro.

A alternativa A está incorreta. A devolução em dobro independe da natureza do elemento volitivo (má-fé ou boa-fé), nos termos da jurisprudência do STJ: “não é necessária a comprovação de má-fé para o ressarcimento em dobro, na forma do parágrafo único do art. 42 do CDC, que é devido, independentemente de natureza do elemento volitivo, salvo na hipótese em que o fornecedor comprovar a sua boa-fé objetiva, sendo este um ônus seu. (REsp n. 1.947.636/PE, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 3/9/2024, DJe de 6/9/2024.)”. Além disso, caberá ao Fornecedor (banco) comprovar sua boa-fé objetiva: STJ: “não é necessária a comprovação de má-fé para o ressarcimento em dobro, na forma do parágrafo único do art. 42 do CDC, que é devido, independentemente de natureza do elemento volitivo, salvo na hipótese em que o fornecedor comprovar a sua boa-fé objetiva, sendo este um ônus seu. (REsp n. 1.947.636/PE, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 3/9/2024, DJe de 6/9/2024.)”.

A alternativa B está correta. A devolução em dobro é cabível, uma vez que está dentro do prazo prescricional. Basta a violação da boa-fé objetiva e esse engano justificável referido pelo banco deveria ter sido demonstrado por ele, por ser ônus que lhe competia, nos termos da jurisprudência do STJ: “não é necessária a comprovação de má-fé para o ressarcimento em dobro, na forma do parágrafo único do art. 42 do CDC, que é devido, independentemente de natureza do elemento volitivo, salvo na hipótese em que o fornecedor comprovar a sua boa-fé objetiva, sendo este um ônus seu. (REsp n. 1.947.636/PE, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 3/9/2024, DJe de 6/9/2024.)”. Ainda, cabe ao fornecedor o ônus de demonstrar ter havido engano justificável (AgRg no REsp. 1.275.775/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2011, DJe 28/10/2011). Ver também o Informativo 803 do STJ: “A repetição em dobro, prevista no parágrafo único do art. 42 do CDC, é cabível quando a cobrança indevida consubstanciar conduta contrária à boa-fé objetiva, ou seja, deve ocorrer independentemente da natureza do elemento volitivo.”.

A alternativa C está incorreta. Para banco não se exige a má-fé do fornecedor, nos termos da jurisprudência do STJ. “não é necessária a comprovação de má-fé para o ressarcimento em dobro, na forma do parágrafo único do art. 42 do CDC, que é devido, independentemente de natureza do elemento volitivo, salvo na hipótese em que o fornecedor comprovar a sua boa-fé objetiva, sendo este um ônus seu. (REsp n. 1.947.636/PE, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 3/9/2024, DJe de 6/9/2024.)”.

A alternativa D está incorreta. O valor deve ser pago para que exista a devolução em dobro, conforme dispõe o art. 42, parágrafo único, do CDC. “Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.”

A alternativa E está incorreta. Há clara aplicação do art. 42, parágrafo único, uma vez que a relação é de consumo, nos termos do art. 2º e 3º do CDC. “Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.”. “Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.”. “Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.”

QUESTÃO 73. Acerca do processo de tratamento do superendividamento, julgue as afirmações a seguir, de acordo com a legislação incidente e a jurisprudência do STJ.

I – O termo “processo” constante do Art. 104-A do CDC deve ser compreendido em sentido amplo, de modo que a ausência injustificada do credor pode gerar as sanções legais já na fase pré-processual.

II – O STJ fixou entendimento no sentido de que o credor não tem dever jurídico de conciliar, mas tem dever jurídico de comparecer à audiência, obrigação derivada da boa-fé objetiva.

III – A jurisprudência admite que a aplicação integral das sanções do Art. 104-A, §2º, do CDC somente ocorra em fase judicial, podendo na etapa pré-processual incidir apenas a suspensão da exigibilidade e a interrupção dos encargos da mora.

IV – A sujeição compulsória do credor ausente ao plano de pagamento pressupõe que o débito seja sempre certo e conhecido pelo consumidor, conforme prevê expressamente o Art. 104-A, §2º, do CDC.

Assinale a alternativa correta.

a) Apenas I e II estão corretas.

b) Apenas II e III estão corretas.

c) Apenas I, II e IV estão corretas.

d) Apenas I, III e IV estão corretas.

e) Todas estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre superendividamento.

O Item I está correto. Sim, de fato, o STJ entende que o processo do art. 104-A do CDC é amplo e prevê tanto a fase consensual (pré-processual) e contenciosa (processual). Ainda, no mesmo julgado, foi firmado o entendimento de que o comparecimento à audiência de conciliação designada na primeira fase (consensual ou pré-processual) é um dever e seu descumprimento enseja sanções. Veja-se: “RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. SUPERENDIVIDAMENTO. PROCESSO DE REPACTUAÇÃO DE DÍVIDAS. FASE CONSENSUAL (PRÉ-PROCESSUAL). AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. CREDOR. NÃO COMPARECIMENTO INJUSTIFICADO. SANÇÕES PREVISTAS NO ART. 104-A, § 2º, DO CDC. APLICAÇÃO. POSSIBILIDADE. 1. A controvérsia dos autos resume-se em definir se as sanções previstas no art. 104-A, § 2º, do CDC incidem na hipótese de não comparecimento injustificado do credor à audiência de conciliação realizada na fase pré-processual do processo de repactuação de dívidas. 2. O processo de tratamento do superendividamento divide-se em duas fases: consensual (pré-processual) e contenciosa (processual). 3. O comparecimento à audiência de conciliação designada na primeira fase é um dever anexo do contrato celebrado entre a instituição financeira e o consumidor, cujo descumprimento enseja as seguintes sanções: i) suspensão da exigibilidade do débito; ii) interrupção dos encargos da mora; iii) sujeição compulsória ao plano de pagamento da dívida se o montante devido ao credor ausente for certo e conhecido pelo consumidor; e iv) pagamento após o adimplemento das dívidas perante os credores presentes à audiência conciliatória (art. 104-A, § 2º, do CDC). 4. Recurso especial conhecido e não provido. (REsp n. 2.168.199/RS, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 3/12/2024, DJEN de 6/12/2024.)”.

O Item II está correto. Conforme entendimento do STJ, há dever jurídico de comparecer à audiência de conciliação designada; isto decorre da boa-fé objetiva. Veja-se trecho do Acórdão proferido no REsp n.

2.168.199/RS: Não se ignora que ninguém é obrigado a conciliar. Contudo, é salutar a imposição legal do dever de comparecimento à audiência de conciliação designada na primeira fase do processo, inclusive mediante procurador com "poderes especiais e plenos para transigir" (art. 104-A, § 2º, do CDC), sob pena de esvaziamento da finalidade do ato. Trata-se de um dever anexo do contrato celebrado entre a instituição financeira e o consumidor, que decorre do princípio da boa-fé objetiva.”.

O Item III está incorreto. A aplicação das sanções previstas no art. 104-A, §2º do CDC são aplicadas integralmente: “3. O comparecimento à audiência de conciliação designada na primeira fase é um dever anexo do contrato celebrado entre a instituição financeira e o consumidor, cujo descumprimento enseja as seguintes sanções: i) suspensão da exigibilidade do débito; ii) interrupção dos encargos da mora; iii) sujeição compulsória ao plano de pagamento da dívida se o montante devido ao credor ausente for certo e conhecido pelo consumidor; e iv) pagamento após o adimplemento das dívidas perante os credores presentes à audiência conciliatória (art. 104-A, § 2º, do CDC). 4. Recurso especial conhecido e não provido. (REsp n. 2.168.199/RS, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 3/12/2024, DJEN de 6/12/2024.)”.

O Item IV está correto. É o que dispõe a literalidade do §2º do art. 104-A do CDC: “§ 2º O não comparecimento injustificado de qualquer credor, ou de seu procurador com poderes especiais e plenos para transigir, à audiência de conciliação de que trata o caput deste artigo acarretará a suspensão da exigibilidade do débito e a interrupção dos encargos da mora, bem como a sujeição compulsória ao plano de pagamento da dívida se o montante devido ao credor ausente for certo e conhecido pelo consumidor, devendo o pagamento a esse credor ser estipulado para ocorrer apenas após o pagamento aos credores presentes à audiência conciliatória.”.

QUESTÃO 74. A sociedade empresária ABC Ltda., formada por quatro sócios, dois deles casados entre si (Carlo e Maria), obteve financiamento bancário em 2019. Como garantia, Carlo e Maria ofereceram em hipoteca o único imóvel em que residem com seus filhos. Sobrevindo inadimplência e o banco ajuizando execução contra a sociedade, indicando o imóvel hipotecado à penhora, Carlo e Maria, citados, opuseram exceção de pré-executividade, sustentando a impenhorabilidade do bem, por tratar-se do único imóvel residencial. O juízo rejeitou a exceção.

Interposto agravo de instrumento, o Tribunal manteve a penhora sob o fundamento de que a oferta em hipoteca afastaria automaticamente a proteção legal da impenhorabilidade do bem de família. Contra o acórdão, foi interposto recurso especial.

À luz do CPC/2015 e da jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta.

a) A decisão que mantém a penhora de bem de família hipotecado é irrecorrível por recurso especial, por se tratar de decisão interlocutória sem conteúdo de mérito que trata de questão de fato.

b) A alegação de impenhorabilidade não pode ser conhecida em exceção de pré-executividade, pois se trata de matéria que demanda dilação probatória.

c) A penhora é válida, pois a hipoteca implica automaticamente renúncia à impenhorabilidade, já que o direito real de garantia foi constituído com consentimento dos beneficiários, que renunciaram à proteção legal.

d) O ônus de demonstrar que a dívida se reverteu em benefício da família recai sobre o credor, já que há outros sócios estranhos à entidade familiar na sociedade devedora.

e) O bem de família é sempre impenhorável, independentemente de hipoteca, pois se trata de direito fundamental à moradia, insuscetível de renúncia ou relativização, porquanto decorrente do princípio da dignidade da pessoa humana, que é cláusula pétrea em nossa Constituição Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da penhorabilidade do bem de família dado em hipoteca por sócios de empresa devedora e da possibilidade de afastar a impenhorabilidade legal quando a dívida não reverteu em benefício da entidade familiar, conforme a jurisprudência do STJ.

A alternativa A está incorreta, pois cabe recurso especial nos termos do art. 105, III, a, CF.

A alternativa B está incorreta, já que pode ser conhecida por exceção de pré-executividade, pois é questão de ordem pública e, em quase a totalidade dos casos de impenhorabilidade, não exigem dilação probatória. Já é possível comprovar por meios documentais (súmula 393, STJ).

A alternativa C está incorreta, pois o STJ entende que o dispositivo deve ser interpretado restritivamente, somente atingindo os bens que foram dados em garantia de dívidas contraídas em benefício da própria família, não abrangendo bens dados em garantia de terceiros.

A alternativa D está correta, já que em relação ao ônus da prova, a) se o bem for dado em garantia real por um dos sócios de pessoa jurídica, é, em regra, impenhorável, cabendo ao credor o ônus de comprovar que o débito da pessoa jurídica se reverteu em benefício da entidade familiar; e b) caso os únicos sócios da sociedade sejam os titulares do imóvel hipotecado, a regra é da penhorabilidade do bem de família, competindo aos proprietários demonstrar que o débito da pessoa jurídica não se reverteu em benefício da entidade familiar.

A alternativa E está incorreta, já que há relativização nos termos das exceções do art. 3º, da Lei 8.009/90.

QUESTÃO 75. Anita teve seu pedido julgado improcedente em primeira instância. O Tribunal de Justiça manteve a sentença, sendo o acórdão publicado em 15/03/2024. Decidindo interpor recurso especial ao STJ, Anita aguardou até o último dia do prazo (05/04/2024) para protocolar o recurso. No dia 05/04/2024, às 17h30min, Anita gerou o boleto para pagamento do preparo no site do STJ.

Como os bancos já estavam fechados ao público e o boleto valia apenas para pagamentos, dirigiu-se a uma casa lotérica (correspondente bancário) que funcionava até as 19h. Às 18h15min, efetuou o pagamento do boleto na casa lotérica, recebendo um comprovante com a observação: *“Pagamento processado. Compensação bancária em até 2 dias úteis.”*

O protocolo do recurso especial foi realizado no mesmo dia 05/04/2024, às 19h45min, acompanhado do comprovante de pagamento realizado na casa lotérica. A compensação bancária efetivamente ocorreu apenas em 09/04/2024.

A Presidência do STJ inadmitiu o recurso especial por deserção, argumentando que o preparo não foi recolhido tempestivamente, uma vez que a compensação bancária ocorreu após o prazo legal.

Considerando a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

a) A decisão da Presidência do STJ está correta, pois o preparo somente se considera recolhido após efetiva compensação bancária, independentemente do meio utilizado para o pagamento.

b) A deserção deve ser mantida, uma vez que os pagamentos realizados em casas lotéricas após as 17h não são considerados válidos para fins de preparo recursal.

c) O recurso deve ser considerado tempestivo, bastando Anita comprovar que tentou efetuar o pagamento em banco autorizado no horário comercial e não conseguiu.

d) A questão deve ser resolvida com base na fungibilidade recursal, considerando-se o preparo como recolhido no dia útil seguinte.

e) O recurso deve ser conhecido, pois o pagamento realizado em correspondente bancário no último dia do prazo é válido, ainda que a compensação ocorra posteriormente, desde que não tenha havido agendamento para data futura.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da tempestividade do recolhimento do preparo recursal em recurso especial e da validade do pagamento realizado em correspondente bancário no último dia do prazo, mesmo que a compensação ocorra depois.

A alternativa A está incorreta, pois o entendimento majoritário é que não é necessário aguardar a compensação bancária para considerar o preparo tempestivo, quando o pagamento foi formalizado dentro do prazo em correspondente bancário. Ou seja: não se pode imputar ao recorrente a mora da instituição financeira.

A alternativa B está incorreta, já que o STJ não estabelece uma regra absoluta de que pagamentos feitos em casa lotérica (ou correspondente bancário) após determinado horário (ex.: 17h) sejam automaticamente inválidos. Importa que a operação tenha sido feita no último dia do prazo ou dentro do prazo recursal.

A alternativa C está incorreta, pois a tentativa frustrada de pagamento em banco autorizado pode caracterizar um *justo impedimento*, mas não basta per se para garantir tempestividade. O STJ exige que o recorrente efetivamente realize o pagamento no prazo ou, no caso de justo impedimento, que o faça no primeiro dia útil subsequente (conforme Súmula 484) ou que a circunstância seja demonstrada.

A alternativa D está incorreta, já que invoca “fungibilidade recursal”, que é instituto usado quando o recorrente apresenta indevidamente um recurso (ex: recurso extraordinário em vez de recurso especial) e o tribunal considera que ele queria interpor outro recurso admissível.

A alternativa E está correta, já que reconhece que o pagamento via correspondente bancário no último dia do prazo (ou dentro dele) é válido, mesmo que a compensação bancária ocorra depois, desde que não tenha havido agendamento para data futura (o que seria outra hipótese distinta e vedada).

QUESTÃO 76. A Fazenda Estadual ajuizou execução fiscal em 10/01/2018 contra a empresa “*Construções Delta Ltda.*” para cobrança de ICMS no valor de R\$ 500.000,00, constituído definitivamente em 15/12/2017. A empresa foi regularmente citada em 25/03/2018 em seu domicílio fiscal.

Durante o curso da execução, foram realizadas diversas diligências para localização de bens penhoráveis, todas sem sucesso. Em 15/08/2019, o oficial de justiça certificou que a empresa não mais funcionava no endereço do domicílio fiscal cadastrado, encontrando o imóvel ocupado por terceiros que informaram desconhecer a operação da empresa.

Diante dessa situação, a Fazenda Estadual requereu, em 20/02/2024, o redirecionamento da execução fiscal contra Vinícius, sócio-gerente da empresa, com base no art. 135, III, do CTN, alegando dissolução irregular da sociedade.

Vinícius apresentou exceção de pré-executividade em 15/03/2024, alegando prescrição do direito de redirecionamento, uma vez que transcorreram mais de 5 (cinco) anos entre a citação da empresa (25/03/2018) e o pedido de redirecionamento (20/02/2024).

A Fazenda Estadual sustentou que não houve inércia de sua parte, pois realizou diversas diligências durante todo o período, e que o prazo prescricional somente se iniciaria a partir da constatação da dissolução irregular (15/08/2019).

Considerando a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, assinale a alternativa correta.

a) A prescrição deve ser reconhecida, pois o prazo de 5 anos para redirecionamento conta-se da citação da pessoa jurídica, independentemente de quando ocorreu a dissolução irregular, já que tal evento é indeterminado, não sendo possível exigir que o credor saiba exatamente quando aconteceu.

b) Não há prescrição, pois a dissolução irregular ocorreu após a citação da empresa, devendo o prazo de 5 (cinco) anos ser contado a partir da constatação do ato inequívoco de dissolução irregular (15/08/2019).

c) A prescrição deve ser reconhecida, pois transcorreram mais de 5 (cinco) anos entre a citação da empresa e o pedido de redirecionamento, sendo irrelevante qualquer exame sobre a conduta das partes no período.

d) Não há prescrição, pois o fato de a Fazenda ter realizado diligências durante o período interrompe automaticamente o prazo prescricional para redirecionamento.

e) Não há prescrição, pois a responsabilidade do sócio-gerente por dissolução irregular é solidária com a da empresa, aplicando-se o prazo prescricional de 5 (cinco) anos contado da constituição definitiva do crédito tributário (15/12/2017).

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do prazo prescricional para o redirecionamento da execução fiscal ao sócio-gerente e do termo inicial desse prazo quando há dissolução irregular da empresa.

A alternativa A está incorreta, pois a tese vinculante distingue justamente o caso em que a dissolução irregular ocorre depois da citação: nesse caso, o prazo não começa a contar da citação, porque naquela data não existia pretensão contra os sócios (a dissolução ainda não tinha ocorrido).

A alternativa B está correta, já que adota corretamente a regra para caso em que a dissolução irregular é superveniente à citação: o prazo de 5 anos começa a contar a partir da data da ciência ou constatação do ato irregular (ou seja, do momento em que o Fisco pode razoavelmente agir).

A alternativa C está incorreta, pois ignora o critério jurisprudencial do STJ que afasta o marco inicial na hipótese de dissolução posterior à citação, e desconsidera a exigência de comprovação de inércia da Fazenda (o que é fundamental segundo o Tema 444).

A alternativa D está incorreta, já que o STJ exige que sejam atos que se vinculem efetivamente à cobrança ou ao redirecionamento — não basta meras manifestações genéricas ou atividades alheias ao objeto. Além disso, não resolve o ponto principal do marco inicial (que depende se a dissolução foi antes ou depois da citação).

A alternativa E está incorreta, já que a responsabilidade do sócio-gerente em caso de dissolução irregular não é automática ou inerente ao crédito tributário desde a sua constituição. Trata-se de um redirecionamento mediante ato específico, com prazo próprio (temporalidade distinta) e condições legais. Não existe previsão de que o prazo para redirecionamento comece a fluir na constituição do crédito tributário (15/12/2017).

QUESTÃO 77. Bruno faleceu em março de 2024, deixando como únicos herdeiros seus três filhos maiores e capazes: Pedro, Paulo e Maria. O patrimônio do falecido consiste em um imóvel residencial avaliado em R\$ 400.000,00, uma conta bancária com saldo de R\$ 200.000,00 e um veículo no valor de R\$ 50.000,00.

Existe ainda uma dívida tributária federal pendente de R\$ 15.000,00 referente ao Imposto de Renda de anos-base de 2022 e 2023. Os três herdeiros estão de pleno acordo quanto à partilha dos bens e desejam realizar o procedimento da forma mais célere possível. O advogado deles ingressou em juízo com pedido de homologação de partilha amigável, na forma do procedimento de arrolamento judicial. Contudo, não foi apresentada a quitação do ITCMD incidente sobre a transmissão, tampouco a quitação da dívida tributária federal deixada pelo falecido.

Diante dessa situação, assinale a alternativa correta sobre o procedimento a ser adotado pelo magistrado.

a) O juiz não pode homologar a partilha sem a prévia comprovação de quitação da dívida tributária federal de R\$ 15.000,00, mas pode fazê-lo sem a quitação do ITCMD, expedindo-se ofício à Fazenda estadual para lançamento administrativo do imposto de transmissão.

b) O juiz deve homologar a partilha amigável imediatamente, expedindo os formais de partilha independentemente de quitação tanto do ITCMD quanto dos tributos relativos aos bens do espólio, pois o § 2º do art. 659 do CPC dispensa, no arrolamento sumário, a comprovação de quitação das obrigações tributárias.

c) O magistrado deve indeferir o pedido de arrolamento sumário, determinando a conversão para inventário comum, uma vez que a existência de dívida tributária federal impede a utilização do procedimento simplificado.

d) O magistrado deve exigir a quitação tanto do ITCMD quanto da dívida tributária federal como condição para homologação da partilha, pois o Art. 192 do CTN não foi revogado pelo CPC/2015 e se aplica a todos os tributos.

e) O juiz pode homologar a partilha sem comprovação tributária, mas os títulos translativos de domínio somente poderão ser averbados no registro de imóveis após a demonstração de pagamento de todos os tributos, incluindo ITCMD e as dívidas federais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da exigência de quitação de tributos no arrolamento sumário e dos efeitos do art. 192 do CTN frente ao art. 659, §2º, do CPC/2015, que dispensa a comprovação tributária apenas para a homologação judicial, mas não para o registro dos bens.

A alternativa A está correta, pois no arrolamento sumário, a homologação da partilha ou da adjudicação, bem como a expedição do formal de partilha e da carta de adjudicação, não se condicionam ao prévio recolhimento do imposto de transmissão causa mortis, devendo ser comprovado, todavia, o pagamento dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas, a teor dos arts. 659, § 2º, do CPC/2015 e 192 do CTN.

A alternativa B está incorreta, já que, quanto aos tributos relativos aos bens do espólio e suas rendas, o mesmo STJ, entende que, no arrolamento sumário, o magistrado deve exigir a comprovação de quitação desses tributos para homologar a partilha e, na sequência, com o trânsito em julgado, expedir os títulos de transferência de domínio e encerrar o processo, independentemente do pagamento do ITCMD

A alternativa C está incorreta, pois A existência de dívida não impede o arrolamento sumário. Autoriza-se o uso desse procedimento é a presença de herdeiros maiores, capazes e de acordo, não a inexistência de dívidas. O Fisco será apenas comunicado após a homologação.

A alternativa D está incorreta, já que O art. 192 do CTN continua vigente, mas não se aplica ao arrolamento sumário, pois o art. 659, § 2º, do CPC/2015 criou exceção específica. Assim, não é requisito prévio apresentar quitação de tributos.

A alternativa E está incorreta, já que, de fato, o art. 659, § 2º, permite homologar a partilha sem quitação, porém a exigência de prova de pagamento dos tributos não é condição para registro da partilha em cartório — essa verificação é feita pela Fazenda no momento da cobrança, não pelo registrador.

QUESTÃO 78. Em 2017, a construtora “Prédios Master Ltda.” foi condenada em segunda instância pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) a indenizar um condomínio residencial por vícios construtivos. A condenação se baseou na interpretação do Art. 618 do Código Civil, que estabelece o prazo de garantia de 5 (cinco) anos para a solidez e segurança de edifícios. Na ocasião do acórdão do TJRS, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) era dividida: a 3ª Turma entendia que o prazo do Art. 618 era de garantia, havendo a ação ser proposta dentro do prazo prescricional geral de 10 (dez) anos (Art. 205 do CC), enquanto a 4ª Turma aplicava o prazo decadencial de 180 (cento e oitenta) dias do parágrafo único do referido Art. 618 para propositura da ação. O acórdão do TJRS adotou a tese da 3ª Turma.

A construtora interpôs Recurso Especial, que ficou pendente de julgamento. Em 2019, a 2ª Seção do STJ, no julgamento de Embargos de Divergência, pacificou a controvérsia, unificando o entendimento em favor da tese da 4ª Turma (aplicação do prazo decadencial de 180 dias). Contudo, o Recurso Especial da “Prédios Master Ltda.” foi julgado apenas em 2020, e o STJ, por uma questão processual específica (inobservância da dialeticidade), não conheceu do recurso, o que levou ao trânsito em julgado da decisão do TJRS.

Em 2021, a construtora ajuizou ação rescisória, alegando que o acórdão do TJRS violou manifestamente o Art. 618 do Código Civil, pois, no momento do trânsito em julgado (2020), a única interpretação válida e pacificada pelo órgão de cúpula (STJ) era aquela que lhes era favorável (prazo de 180 dias), tornando a tese adotada pelo TJRS obsoleta e ilegal.

Com base no caso hipotético e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- a) A ação rescisória será procedente, pois a pacificação da jurisprudência pelo STJ em 2019, antes do trânsito em julgado, tornou a interpretação adotada pelo TJRS manifestamente contrária à norma jurídica.
- b) A ação rescisória será improcedente, pois, embora a jurisprudência tenha sido pacificada em sentido contrário antes do trânsito em julgado, o marco temporal para a análise da controvérsia não é o trânsito em julgado da decisão rescindenda, momento em que a interpretação ainda era dividida nos tribunais, atraindo a incidência da Súmula 343 do STF.
- c) A ação rescisória será improcedente, pois a violação de súmula ou de tese firmada em julgamento de casos repetitivos não autoriza o ajuizamento de ação rescisória com base no inciso V do Art. 966 do CPC, conforme jurisprudência consolidada do STJ.
- d) A ação rescisória será procedente, pois o não conhecimento do Recurso Especial por questão processual impede a análise da tese correta já pacificada, configurando erro de fato e violação à norma jurídica, o que autoriza a rescisória.
- e) A ação rescisória será improcedente, pois a Súmula 343 do STF, embora ainda válida segundo a jurisprudência do próprio Supremo, não se aplica às ações ajuizadas após a vigência do CPC/2015, que passou a exigir a observância estrita dos precedentes qualificados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da possibilidade de ação rescisória por violação manifesta à norma jurídica quando há mudança ou pacificação de jurisprudência após o julgamento originário, envolvendo a aplicação da Súmula 343 do STF e os limites temporais da interpretação judicial.

A alternativa A está incorreta, pois parte da premissa de que a pacificação ocorreu antes do trânsito em julgado, de sorte que já naquele momento a tese da 4ª Turma (prazo decadencial de 180 dias) era a interpretação dominante. Contudo, no enunciado, foi afirmado que o Recurso Especial da “Prédios Master Ltda.” ficou pendente de julgamento até 2020, e só depois transitou em julgado. A pacificação (em 2019) foi por meio de Embargos de Divergência da 2ª Seção, mas não foi incorporada ao acórdão rescindendo no momento daquele julgamento.

A alternativa B está correta, já que no momento do trânsito em julgado, a interpretação ainda era dividida, de modo que a decisão do TJRS estava de acordo com uma tese possível naquele momento; logo, não haveria violação manifesta de norma jurídica apta a justificar rescisão. E invoca expressamente a Súmula 343: “se a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais, não cabe ação rescisória”.

A alternativa C está incorreta, pois o CPC/2015 (art. 966, V) permite a rescisão por “violação manifesta de norma jurídica” - e, em interpretação moderna, essa norma jurídica pode ser um precedente qualificado, súmula vinculante ou tese repetitiva, desde que conhecida na época da decisão rescindenda ou com efeitos aplicáveis (dependendo da modulação). O STJ já admitiu, em casos específicos, a rescisória baseada em precedentes obrigatórios ou decisões vinculantes posteriores, desde que respeitados os requisitos legais (inclusive modulação de efeitos).

A alternativa D está incorreta, na medida em que o fato de o Recurso Especial não ter sido conhecido — por falha processual — teria impedido que a decisão rescindenda incorporasse a tese pacificada, o que configuraria erro de fato ou violação de norma jurídica. Em geral, o não conhecimento de recurso por falha processual não é considerado “erro de fato” em sentido estrito apto para rescisória, já que o apelante poderia ter cuidado na petição ou interposição correta. Além disso, o STJ costuma relutar em aceitar rescisória nessas hipóteses quando a decisão rescindenda foi tomada conforme os entendimentos vigentes naquele momento.

A alternativa E está incorreta, já que sustenta que, após o CPC/2015, a Súmula 343 STF não teria mais aplicação nas ações rescisórias posteriores, porque o novo sistema de precedentes exige aplicação de precedentes qualificados. O CPC/2015 ampliou e fortaleceu o regime de precedentes vinculantes e o papel das decisões repetitivas, mas isso não fez desaparecer automaticamente a Súmula 343.

QUESTÃO 79. O Ministério Público do Rio Grande do Sul ajuizou ação civil pública por improbidade administrativa contra o ex-prefeito municipal João Silva, requerendo sua condenação por atos de improbidade que causaram prejuízo ao erário.

Em primeira instância, o juiz julgou procedente o pedido, condenando o réu ao ressarcimento integral do dano e à suspensão dos direitos políticos por 8 anos.

Inconformado, João Silva interpôs apelação ao TJRS, que reformou integralmente a sentença, absolvendo-o de todas as imputações.

O Ministério Público, então, interpôs embargos de declaração ao TJRS, que foram rejeitados e, posteriormente, recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça, alegando violação ao Art. 1.022 do CPC, bem como aos Artigos 9 e 12 da Lei 8.429/92.

No STJ, a 2ª Turma deu provimento ao recurso especial do Ministério Público, cassando o acórdão do TJRS e determinando o retorno dos autos para novo julgamento. Contra essa decisão, a defesa de João Silva interpôs agravo interno, sustentando preliminarmente que o recurso especial do Ministério Público seria intempestivo.

Para fundamentar a alegação de intempestividade, a defesa fez capturas de tela (*prints*) extraídas diretamente do sistema eletrônico do TJRS e anexou ao agravo interno. Esses *prints* supostamente demonstravam que a intimação do Ministério Público teria ocorrido em data que tornaria o recurso especial extemporâneo.

O Ministério Público, em suas contrarrazões, sustentou que os *prints* não possuíam força probatória suficiente para demonstrar intempestividade recursal, devendo ser exigida documentação oficial para tal comprovação.

Considerando a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, como deve ser decidido o agravo interno no que se refere à alegação de intempestividade do recurso especial?

a) O agravo interno deve ser provido, uma vez que os *prints* de tela do sistema eletrônico do Tribunal constituem documentos públicos com presunção de veracidade, dispensando certificação adicional, por força do princípio da boa-fé objetiva, sendo do interesse do Poder Judiciário que os jurisdicionados possam confiar em seu sistema eletrônico.

b) O agravo interno deve ser parcialmente provido, determinando-se a conversão do julgamento em diligência para que seja realizada perícia nos *prints* apresentados, a fim de verificar sua autenticidade e integridade, já que se trata de questão de ordem pública relacionada à segurança do sistema do Poder Judiciário.

c) O agravo interno deve ser desprovido, pois não é possível o reconhecimento da intempestividade do recurso da parte contrária por meio da mera juntada de *prints* de tela no próprio corpo da petição, sendo necessária a apresentação de certidão oficial emitida pelo setor técnico do tribunal para comprovar as datas de intimação.

d) O agravo interno deve ser provido, tendo em vista que os *prints* de tela, quando impugnados especificamente pela parte contrária, por serem documentos públicos, gozam de presunção de veracidade, cabendo ao Ministério Público, no caso, o ônus de demonstrar sua falsidade, o que não foi feito.

e) O agravo interno deve ser desprovido, porquanto a questão da tempestividade deve ser conhecida de ofício pelo tribunal, que deve determinar a realização de pesquisa no sistema eletrônico do Tribunal local para se certificar acerca da tempestividade recursal, sendo irrelevantes meios probatórios apresentados pelas partes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da forma de comprovação da tempestividade ou intempestividade recursal em processos eletrônicos e da (in)suficiência de prints de tela como prova, conforme entendimento consolidado do STJ.

A alternativa A está incorreta, pois embora os sistemas eletrônicos dos tribunais sejam confiáveis, não se confere automaticamente aos prints extraídos desses sistemas presunção de veracidade ou autenticidade que dispense certidão ou comprovação oficial. O STJ exige prova idônea, não apenas prints de tela. A boa-fé da parte não substitui o ônus de comprovar, especialmente em matéria de prazo recursal.

A alternativa B está incorreta, já que o STJ não costuma determinar perícia para prints juntados em petições de agravo interno para demonstrar data de intimação, porque isso implicaria reexame de prova e tema estranho ao escopo do agravo. Além disso, o tribunal normalmente exige que a parte junte a documentação oficial (certidão) ou requer expediente ao tribunal de origem, em vez de peritar prints de tela.

A alternativa C está correta, pois reconhece que prints de tela sozinhos não são hábeis para comprovar datas de intimação e tempestividade, sendo necessária certidão oficial ou documento equivalente do tribunal de origem. Em casos similares, o STJ tem reafirmado que não basta a mera inserção de prints na petição para demonstrar induzimento ao erro do sistema ou para provar intimação.

A alternativa D está incorreta, já que não se atribui aos prints de tela — especialmente aqueles juntados em petições — presunção robusta de veracidade tal que dispense elementos complementares. Impugnar a veracidade por si só não basta para tornar o print apto a provar a data de intimação. O STJ exige documento idôneo (certidão) e robustez probatória, não recíproca troca de ônus genérico.

A alternativa E está incorreta, já que o tribunal (STJ) tem o dever de verificar de ofício a tempestividade dos recursos (prazo recursal é matéria de ordem pública). Significa que os meios probatórios apresentados pelas partes sejam “irrelevantes”. A parte tem direito de apresentar elementos para demonstrar tempestividade ou impedir deserção/intempestividade. Ademais, o tribunal não costuma “determinar pesquisa no sistema local do tribunal de origem” em agravo interno simplesmente com base em prints ambíguos — normalmente exige-se que a parte interessada traga certidão ou requerimento ao tribunal de origem.

QUESTÃO 80. Assinale com V (verdadeira) ou com F (falsa) as assertivas abaixo.

() Em mandado de segurança impetrado no Tribunal de Justiça contra Secretário de Estado da Fazenda para discutir lançamento de IPVA, caso o Secretário alegue nas informações que a autoridade competente seria o chefe da Inspetoria de Fiscalização (cargo de 1ª instância) e demonstre que o impetrante foi indevidamente incluído em sua atribuição, aplica-se a teoria da encampação, desde que demonstrado o vínculo hierárquico entre as autoridades, devendo o Tribunal

determinar a remessa dos autos à 1ª instância para correção da autoridade coatora, em observância aos princípios da celeridade e economia processual.

() Em sede de embargos de divergência, constitui ofensa ao Art. 10 do CPC a decisão que, mantendo inalterados a causa de pedir, o pedido e o substrato fático constante dos autos, aplique classificação jurídica diversa da invocada pelas partes para solucionar o conflito, uma vez que tal procedimento, embora respaldado pelo princípio *iura novit curia*, exige necessariamente a prévia oitiva dos litigantes quando resultar em solução contrária à pretensão da parte, conforme entendimento consolidado na 1ª Seção do STJ.

() Nos termos do Art. 343, § 4º, do CPC/2015, é admissível que o réu formule reconvenção em litisconsórcio com terceiro, hipótese em que ocorrerá ampliação subjetiva do processo que, em razão do caráter autônomo e independente da demanda reconvenicional, não acarretará a modificação dos polos da ação principal, permanecendo o terceiro litisconsorte como parte apenas da reconvenção, sem que se torne parte da demanda originária, ainda que ambas as demandas tramitem no mesmo processo e tenham conexão fática ou jurídica.

() Segundo o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, a utilização do sistema Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB) como medida executiva atípica prescinde do esgotamento prévio dos meios executivos típicos, desde que demonstrada a adequação aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, não sendo aplicável o critério da subsidiariedade em razão da natureza meramente publicizadora da anotação, que não impede a lavratura de escritura pública do negócio jurídico.

() O Superior Tribunal de Justiça reconhece a possibilidade de cobrança judicial no Brasil de dívidas decorrentes de jogos praticados por brasileiros em cassinos estrangeiros onde tais atividades são legalmente permitidas, aplicando-se a lei do país onde a obrigação foi constituída, nos termos do Art. 9º da LINDB, sendo irrelevante a vedação do Art. 814 do Código Civil às dívidas de jogo quando estas foram contraídas sob a égide de legislação estrangeira que as considera lícitas.

a) F – F – V – F – V

b) V – F – V – F – F

c) F – F – V – V – F

d) F – F – F – V – F

e) F – F – F – V – F

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da análise de cinco assertivas sobre temas processuais e civis diversos, envolvendo teoria da encampação, *iura novit curia*, reconvenção com terceiro, medidas executivas atípicas (CNIB) e cobrança de dívidas de jogo no exterior, conforme jurisprudência do STJ. Passamos a analisar item a item.

O item I está falso, já que se revela incabível falar em aplicação da teoria da encampação, uma vez que a indevida presença do Secretário da Fazenda no polo passivo do Mandado de Segurança modificaria a regra de competência jurisdicional disciplinada pela Constituição do Estado.

O item II está falso, pois não há ofensa ao princípio da não surpresa (art. 10 do CPC) quando o magistrado, diante dos limites da causa de pedir, do pedido e do substrato fático delineado nos autos, realiza a tipificação jurídica da pretensão no ordenamento jurídico posto, aplicando a lei adequada à solução do conflito, ainda que as partes não a tenham invocado (*iura novit curia*) e independentemente de oitiva delas, até porque a lei deve ser do conhecimento de todos, não podendo ninguém se dizer surpreendido com a sua aplicação..

O item III está verdadeiro, na medida em que, além da ampliação objetiva (ampliação do que está sendo pedido ao Estado-juiz), a reconvenção também pode ocasionar a ampliação subjetiva, por meio da inclusão de um sujeito que até então não participava do processo. O art. 343, § 4º, do CPC/2015 autoriza que a reconvenção seja proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.

O item IV está falso, já que, com fundamento nos art. 185-A do CTN e art. 30, III, da Lei nº 8.935/94, o CNJ instituiu a Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB) com a finalidade de receber e divulgar, aos usuários do sistema, as ordens de indisponibilidade que atinjam patrimônio imobiliário indistinto (Provimento 39/2014).

O item V está verdadeiro, pois a cobrança de dívida de jogo contraída em país onde a prática é legal não viola a ordem pública ou os bons costumes brasileiros. A aplicação do art. 9º da LINDB é adequada para reger obrigações constituídas no exterior. A vedação ao enriquecimento sem causa e a boa-fé são princípios que justificam a cobrança de dívidas de jogo legalmente contraídas no exterior.

QUESTÃO 81. Considere as assertivas abaixo em relação à Lei 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) e demais Leis penais.

I - É possível ao Ministério Público oferecer a transação penal ou suspensão condicional do processo nos crimes em espécie previstos no Estatuto do Idoso, se estiverem presentes os requisitos objetivos e subjetivos exigidos pela Lei 9.099/95, pois não há expressa vedação legal.

II- O delito previsto no Art. 98 do Estatuto da Pessoa Idosa ("abandonar a pessoa idosa em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado") pode ser classificado como próprio, material e/omissivo.

III - NÃO é isento de pena o cônjuge, com idade superior a 60 anos, que subtrai, sem violência ou grave ameaça, bem móvel da esposa, que também possui idade superior a 60 anos, durante a constância do casamento.

IV - NÃO constitui o crime previsto no Art. 100, inciso I, do Estatuto do Idoso ("constitui crime punível com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa: I - obstar o acesso de alguém a qualquer cargo público por motivo de idade") quando o limite de idade para a inscrição em concurso público se justifica pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

Desta forma, marque a alternativa correta.

a) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.

b) Apenas as assertivas II e IV são verdadeiras.

c) Apenas as assertivas III e IV são verdadeiras.

d) Todas as assertivas são falsas.

e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Comentários

A alternativa correta é **a letra C**. A questão trata sobre o estatuto do idoso.

O item I está incorreto. Há previsão expressa da vedação quanto a aplicação dos institutos previstos na Lei de Juizados Especiais. Vejamos: “Art. 94. Aos crimes previstos nesta Lei aplicam-se, no que couber, as disposições do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal). (Redação dada pela Lei nº 15.163, de 2025) Parágrafo único. Aos crimes previstos nesta Lei e aos crimes praticados com violência contra a pessoa idosa, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. (Incluído pela Lei nº 15.163, de 2025)”.

O item II está incorreto. O crime não exige resultado naturalístico (como morte, lesão ou dano concreto) para se consumar. Ele se consuma com o simples abandono ou omissão do dever de cuidado, independentemente de produzir um resultado externo. Por isso, a doutrina majoritária (como Rogério Greco e Cezar Roberto Bitencourt) o classifica como crime formal (ou de mera conduta), não material.

O item III está correto. O artigo 181 do Código Penal estabelece que é isento de pena quem pratica qualquer dos crimes previstos no mesmo título contra determinadas pessoas, entre elas o cônjuge, desde que o casamento ainda esteja em vigor. Já o artigo 183 dispõe que essa isenção não se aplica ao estranho que participar do crime, ou seja, à pessoa que não tenha o vínculo familiar ou conjugal previsto na norma. “Art. 181 - É isento de pena quem comete qualquer dos crimes previstos neste título, em prejuízo: (Vide Lei nº 10.741, de 2003) I - do cônjuge, na constância da sociedade conjugal; (...) Art. 183 - Não se aplica o disposto nos dois artigos anteriores: II - ao estranho que participa do crime.”.

O item IV está correto. O artigo 100 do Estatuto da Pessoa Idosa estabelece que constitui crime, punível com reclusão de seis meses a um ano e multa, impedir que alguém tenha acesso a qualquer cargo público em razão da idade. Nesse contexto, a Súmula 683 do Supremo Tribunal Federal dispõe que o limite de idade para inscrição em concurso público somente é legítimo quando se justifica pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido, conforme o artigo 7º, inciso XXX, da Constituição Federal. “Súmula 683 do STF: O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.”.

QUESTÃO 82. Analise as assertivas a seguir.

I - A Lei 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, prevê, como circunstância que agrava a pena, quando não constitui ou qualifica o crime, o cometimento da infração à noite.

II - Nos crimes contra a dignidade sexual, configura bis in idem a aplicação simultânea da agravante genérica do Art. 61, inciso II, alínea f ("são circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: ... f. com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica") e da majorante específica do Art. 226, inciso II ("a pena é aumentada: ... II. de metade, se o agente é ascendente, padrasto ou madrastra, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela"), ambos artigos do Código Penal, quando presente apenas a relação de autoridade do agente sobre a vítima, hipótese na qual deverá ser aplicada tão somente a causa de aumento.

III - Réu condenado de forma definitiva a uma pena privativa de liberdade de 27 anos de prisão pelo crime de extorsão mediante sequestro com resultado morte. Inicia o cumprimento da pena em 01 de janeiro de 2015. É novamente condenado de forma definitiva a uma pena privativa de liberdade de 25 anos de reclusão em regime fechado por homicídio qualificado, fato praticado dentro do sistema carcerário onde cumpria a pena anterior, em 01 de janeiro de 2023. A pena será unificada para que cumpra os 40 anos de limite máximo previsto no Código Penal, desprezando-se o parcial cumprimento da pena por parte do condenado pelo crime de extorsão mediante sequestro resultado morte.

Desta forma, marque a alternativa correta.

- a) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- b) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- c) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
- d) Todas as assertivas são verdadeiras
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre crimes em espécie.

O item I está correto. A Lei nº 9.605/1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais, estabelece em seu artigo 15 as circunstâncias que agravam a pena quando não constituem ou qualificam o crime. Entre essas hipóteses, o inciso II prevê expressamente o cometimento da infração durante a noite como causa de aumento da gravidade da pena. Dessa forma, a prática do delito ambiental no período noturno é considerada circunstância agravante, desde que essa condição não integre ou qualifique o tipo penal. Portanto, a assertiva está correta, pois reflete fielmente o que dispõe a legislação. "Art. 15. São circunstâncias que agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: II - ter o agente cometido a infração: i) à noite;"

O item II está correto. Nos crimes contra a dignidade sexual, ocorre bis in idem quando se aplicam, de forma simultânea, a agravante genérica prevista no artigo 61, inciso II, alínea “f”, do Código Penal — que se refere ao abuso de autoridade ou ao aproveitamento de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade — e a majorante específica do artigo 226, inciso II, do mesmo diploma, que prevê o aumento da pena quando o agente é ascendente, padrasto, tio, irmão, tutor ou possui qualquer outra forma de autoridade sobre a vítima. De acordo com o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça (STJ, REsp n. 2.038.833/MG), essa dupla aplicação caracteriza duplicidade de punição pelo mesmo fundamento, ou seja, o exercício de autoridade sobre a vítima, o que viola o princípio que veda o bis in idem. Nessas situações, deve prevalecer apenas a causa de aumento específica prevista no artigo 226, inciso II, do Código Penal.

O item III está correto. O artigo 75 do Código Penal estabelece que o tempo máximo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ultrapassar 40 anos. No caso de condenações sucessivas, como no exemplo apresentado — em que o réu já cumpre pena de 27 anos por extorsão mediante sequestro com resultado morte e é posteriormente condenado a 25 anos por homicídio qualificado cometido dentro do presídio — aplica-se o disposto no §2º do mesmo artigo. Esse dispositivo determina que, quando o condenado, no curso da execução da pena, pratica novo crime, deve ocorrer nova unificação das penas, desprezando-se o período já cumprido. “Art. 75. O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 40 (quarenta) anos. (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019) § 1º Quando o agente for condenado a penas privativas de liberdade cuja soma seja superior a 40 (quarenta) anos, devem elas ser unificadas para atender ao limite máximo deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019) § 2º - Sobrevindo condenação por fato posterior ao início do cumprimento da pena, far-se-á nova unificação, desprezando-se, para esse fim, o período de pena já cumprido. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)”.

QUESTÃO 83. Assinale com V (verdadeira) ou com F (falsa) as assertivas abaixo.

() O motivo fútil ou torpe não constitui qualificadora do crime de feminicídio.

() Embora ambos sejam crimes hediondos, sendo primário o agente, a progressão de regime para os autores do crime de feminicídio exige o cumprimento de um percentual maior de pena do que o exigido para os autores do crime de extorsão mediante sequestro com morte da vítima.

() O preso, condenado a uma pena privativa de liberdade pelo crime de lesão corporal grave cometido contra mulher em contexto de violência doméstica, será transferido para estabelecimento penal distante do local da residência da vítima, desde que dentro da mesma unidade da federação, se restar provado que ameaçou a vítima durante o cumprimento da pena.

() Irmã que é lesionada dolosamente pelo irmão com quem convive na mesma residência não está amparada pela Lei Maria da Penha, se a causa da agressão tiver sido a disputa pela herança do falecido pai, já que a violência não se deu em virtude da sua condição de mulher.

Assinale a alternativa que preenche corretamente os parênteses, de cima para baixo.

a) V-F-F-V

b) F-V-V-F.

c) F-F-V-V

d) V-V-F-F

e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre crimes no contexto de violência doméstica.

O item I está correto. Não há previsão nesse sentido.

O item II está correto. É o que prevê as disposições da LEP: “Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos: (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) (...) VI - 50% (cinquenta por cento) da pena, se o apenado for: (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) a) condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte, se for primário, vedado o livramento condicional; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência)”.

O item III está incorreto. O artigo 86 da LEP estabelece que as penas privativas de liberdade aplicadas pela Justiça de uma unidade federativa podem ser cumpridas em outra unidade, seja em estabelecimento local ou da União. O §4º, prevê que o condenado ou preso provisório que tenha cometido crime de violência doméstica e familiar contra a mulher deve ser transferido para estabelecimento penal distante do local de residência da vítima, ainda que em outra unidade federativa, inclusive da União, sempre que ameaçar ou praticar nova violência contra a vítima ou seus familiares durante o cumprimento da pena. “Art. 86. As penas privativas de liberdade aplicadas pela Justiça de uma Unidade Federativa podem ser executadas em outra unidade, em estabelecimento local ou da União. (...) § 4º Será transferido para estabelecimento penal distante do local de residência da vítima, ainda que localizado em outra unidade federativa, inclusive da União, o condenado ou preso provisório que, tendo cometido crime de violência doméstica e familiar contra a mulher, ameaça ou pratique violência contra a vítima ou seus familiares durante o cumprimento da pena. (Incluído pela Lei nº 14.994, de 2024)”.

O item IV está incorreto. A Lei Maria da Penha protege toda mulher em contexto doméstico ou familiar, independentemente do motivo da agressão. O fato de a agressão ocorrer por disputa patrimonial não exclui a aplicação da lei, pois o critério principal é o contexto doméstico/familiar e a violência baseada no gênero, que se aplica a relações assimétricas dentro do lar. “Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: (Vide Lei complementar nº 150, de 2015) I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;”.

QUESTÃO 84. João e Pedro, ambos imputáveis, invadem a residência do casal de idosos Ivo e Eva, ambos com mais de 70 anos de idade, com o dolo de roubar os seus pertences. Os agentes, mediante a grave ameaça consistente em apontar uma arma de fogo em direção ao casal vítima, subtraem eletrodomésticos e uma quantia em dinheiro, bens avaliados em 5.000,00 (cinco mil reais), fugindo do local na posse dos bens. Um dia depois, arrependido por se tratar de um casal de idosos, Pedro devolve para as vítimas todos os bens subtraídos, antes do oferecimento da denúncia.

A partir do enunciado acima, marque a assertiva INCORRETA.

- a) É dispensável a apreensão e realização de perícia na arma de fogo para a caracterização da majorante de pena prevista no tipo penal, desde que outros meios probatórios comprovem a sua utilização.
- b) O crime é hediondo, independentemente da arma de fogo utilizada ser de uso permitido, restrito ou proibido.
- c) O fato das vítimas serem idosas NÃO caracteriza qualquer majorante para o crime de roubo.
- d) A gravidade abstrata do delito de roubo cometido permite ao Juiz de Direito impor um regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta.
- e) Pedro, mesmo tendo restituído de forma espontânea e na integralidade o produto do roubo para as vítimas, não poderá ser beneficiado pela redução de pena prevista para o arrependimento posterior.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**. A questão trata sobre o crime de roubo

A alternativa A está correta. A jurisprudência e a doutrina reconhecem que a majorante prevista no art. 157, §2º, do Código Penal (“se houver o emprego de arma”) não exige necessariamente perícia material se houver prova inequívoca por outros meios, como testemunhas ou imagens. Portanto, a apreensão e perícia não são absolutamente obrigatórias.

A alternativa B está correta. O roubo com emprego de arma de fogo é crime hediondo, nos termos do art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.072/90, independentemente da classificação da arma. Não importa se a arma é de uso permitido, restrito ou proibido — a majorante que torna o crime hediondo incide pelo simples emprego da arma.

A alternativa C está correta. Não há previsão nesse sentido.

A alternativa D está incorreta. Segundo a Súmula 718 do STF, o simples entendimento do juiz sobre a gravidade abstrata de um crime não é motivo suficiente para fixar um regime de cumprimento de pena mais severo do que aquele previsto pela pena aplicada. A Súmula 719 do STF reforça essa ideia, afirmando que qualquer imposição de regime mais rigoroso exige uma motivação adequada e devidamente fundamentada. Já a Súmula 440 do STJ acrescenta que, quando a pena-base é fixada no mínimo legal, não é possível determinar um regime prisional mais grave apenas com base na gravidade abstrata do delito. Em resumo, essas súmulas afirmam que a gravidade abstrata sozinha não basta para definir regime inicial mais severo, sendo necessária uma justificativa concreta e consistente. Vejamos: “Súmula 718 do STF: A opinião do

julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada; Súmula 719 do STF: A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea e Súmula 440-STJ: Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito.”.

A alternativa E está correta. O arrependimento posterior está previsto no art. 16 do Código Penal como causa de diminuição da pena, mas exige a restituição voluntária e integral do bem antes do oferecimento da denúncia, o que Pedro fez. Contudo, no caso do roubo (art. 157), a jurisprudência entende que o arrependimento posterior não se aplica, pois o crime já consumado não se reveste da mesma natureza do crime de furto ou outros crimes patrimoniais sem violência.

QUESTÃO 85. Assinale com V (verdadeira) ou com F (falsa) as assertivas abaixo.

() Segundo jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, o tráfico de drogas, mesmo na sua forma privilegiada, é considerado equiparado a crime hediondo, uma vez que a causa de diminuição da pena não decorre do reconhecimento de uma menor gravidade da conduta praticada, e sim de aspectos subjetivos do agente.

() Segundo jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, quem entrega a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada para dirigir comete o delito previsto no Art. 310 do Código de Trânsito Brasileiro ("Permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada, com habilitação cassada ou com o direito de dirigir suspenso, ou ainda, a que, por estado de saúde, física ou mental, ou por embriaguez, não esteja em condições de conduzi-lo com segurança"), mesmo que não haja qualquer acidente ou dano efetivo, uma vez que se trata de perigo já presumido por lei.

() Segundo jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, a prática de falta grave pelo condenado não interrompe o prazo para a obtenção do livramento condicional.

() Segundo jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, o porte ou posse de arma de fogo permitida com numeração raspada não é crime hediondo.

() Segundo jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, o princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública.

Assinale a alternativa que preenche corretamente os parênteses, de cima para baixo.

a) F-V-V-V-V

b) F-F-F-F-F

c) V-V-V-V-V

d) F-V-F-V-V

e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra A**. A questão trata sobre crimes em espécie.

O item I está incorreto. O STJ entende que o tráfico de drogas na forma privilegiada (art. 33, §4º, da Lei nº 11.343/2006) não é equiparado a crime hediondo. Essa forma privilegiada decorre de aspectos subjetivos do agente (como primariedade e bons antecedentes), mas não altera sua natureza para hediondo. (STF, RE 1542482).

O item II está correto. O crime descrito no art. 310 do CTB é de perigo abstrato — basta a conduta de entregar a direção a quem não está habilitado. Não é necessária prova de acidente ou dano concreto. Conforme o tema 901 do STJ: “É de perigo abstrato o crime previsto no art. 310 do Código de Trânsito Brasileiro. Assim, não é exigível, para o aperfeiçoamento do crime, a ocorrência de lesão ou de perigo de dano concreto na conduta de quem permite, confia ou entrega a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada, com habilitação cassada ou com o direito de dirigir suspenso, ou ainda a quem, por seu estado de saúde, física ou mental, ou por embriaguez, não esteja em condições de conduzi-lo com segurança.”.

O item III está correto. “A Súmula 441 do STJ estabelece que “A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional”, o que significa que a prática de uma falta grave durante a execução da pena não para ou reinicia a contagem do tempo necessário para que o condenado possa obter o livramento condicional.

O item IV está correto. O STJ tem posição firme no sentido de que o princípio da insignificância não se aplica aos crimes contra a Administração Pública, por afetarem diretamente o patrimônio público e a probidade administrativa. “Súmula 599-STJ: O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a administração pública. STJ. Corte Especial. Aprovada em 20/11/2017, DJe 27/11/2017.”.

QUESTÃO 86. Assinale a alternativa INCORRETA em relação à Lei 9.613/98 (LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES).

a) Incorre nas penas previstas para o crime de lavagem de capitais a proprietária de salão de beleza que utiliza como investimento, na sua atividade econômica, valores provenientes da infração penal antecedente e que dela tenha conhecimento, mesmo que não tenha participado de qualquer modo.

b) Os crimes sem capacidade de gerarem ativos financeiros não servem como infrações antecedentes ao crime de lavagem de capitais, embora a lei não tenha um rol taxativo em relação ao delito penal anterior ao crime de lavagem de ativos.

c) A prática do ilícito de improbidade administrativa pode ser utilizada como crime antecedente do delito de lavagem de capitais, uma vez que está relacionada aos crimes contra a Administração Pública.

d) Nos crimes de lavagem de capitais, o Magistrado poderá, de ofício, decretar a alienação antecipada de bens.

e) O depósito fracionado do dinheiro proveniente de corrupção passiva em conta corrente e em valores que não atingem os limites estabelecidos pelas autoridades monetárias à comunicação compulsória dessas operações é meio idôneo para a consumação do crime de lavagem de capitais.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**. A questão trata sobre o crime de lavagem de capitais.

A alternativa A está correta. A Lei nº 9.613/98 (art. 1º) prevê como crime de lavagem de capitais qualquer utilização, investimento, aplicação ou transformação de valores provenientes de infrações penais. Nesse caso, a proprietária que utiliza valores ilícitos em seu negócio incorre nesse crime. “art. 1º (...) § 1º Incorre na mesma pena quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal: Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012) I - os converte em ativos lícitos; II - os adquire, recebe, troca, negocia, dá ou recebe em garantia, guarda, tem em depósito, movimenta ou transfere; III - importa ou exporta bens com valores não correspondentes aos verdadeiros. § 2º Incorre, ainda, na mesma pena quem: (Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012) I - utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores provenientes de infração penal; (Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012) II - participa de grupo, associação ou escritório tendo conhecimento de que sua atividade principal ou secundária é dirigida à prática de crimes previstos nesta Lei.”.

A alternativa B está correta. A lei exige que o crime antecedente produza “ativos financeiros” ou valores passíveis de ocultação ou dissimulação. Crimes que não geram tais ativos não podem configurar crime antecedente, ainda que a lei não traga rol taxativo. Nesse sentido dispõe o art. 1º da referida lei: “Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.”

A alternativa C está incorreta. Não há previsão nesse sentido.

A alternativa D está correta. O artigo 4º da Lei nº 9.613/98, alterado pela Lei nº 12.683/2012, prevê que o juiz, de ofício ou a pedido do Ministério Público ou delegado, ouvido o MP em 24 horas, pode decretar medidas assecuratórias sobre bens, direitos ou valores relacionados a crimes previstos na lei ou infrações antecedentes. O §1º autoriza a alienação antecipada desses bens quando houver risco de deterioração, depreciação ou dificuldade de manutenção, para preservar seu valor. “Art. 4º O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação do delegado de polícia, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, havendo indícios suficientes de infração penal, poderá decretar medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores do investigado ou acusado, ou existentes em nome de interpostas pessoas, que sejam instrumento, produto ou proveito dos crimes previstos nesta Lei ou das infrações penais antecedentes. (Redação dada pela Lei nº 12.683, de 2012) § 1º Proceder-se-á à alienação antecipada para preservação do valor dos bens sempre que estiverem sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação, ou quando houver dificuldade para sua manutenção.”.

A alternativa E está correta. Essa prática é conhecida como *smurfing* e está tipificada como conduta típica de lavagem de capitais, justamente porque busca ocultar a origem ilícita dos recursos, mesmo evitando limites legais de comunicação compulsória. Nesse sentido dispõe o art. 1º da referida lei: “Art. 1º **Ocultar** ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.”

QUESTÃO 87. Considere as assertivas a seguir.

I - Em relação ao tempo do crime, o Código Penal adotou a teoria da atividade, uma vez que se reputa praticado o delito tanto no momento da conduta quanto no momento do resultado.

II - Ficam sujeitos à Lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes praticados por brasileiros, bastando as seguintes condições: o fato ser punível também no país que foi praticado e o agente entrar no território nacional.

III - Na desistência voluntária, assim como na tentativa imperfeita, não há o esgotamento dos meios de execução que o autor tinha ao seu alcance.

IV - Quem reage contra a pessoa a quem estava lesionando dolosamente, pois esta excede-se nos limites da defesa da agressão original, pode alegar em seu favor a legítima defesa sucessiva.

V - Somente é punível a calúnia contra mortos, não sendo possível a punição da injúria e da difamação cometidas em desfavor de pessoa já falecida.

Desta forma, marque a alternativa correta.

- a) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- b) Apenas as assertivas II e V são verdadeiras.
- c) Apenas as assertivas III e IV são verdadeiras.
- d) Todas as assertivas são verdadeiras.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a teoria do crime.

O item I está incorreto. O Código Penal brasileiro adota a teoria da atividade apenas para alguns crimes, não de forma geral. De modo geral, adota-se a teoria da ubiquidade para crimes que exigem resultado, considerando o momento do crime tanto quando ocorre a ação quanto quando ocorre o resultado, mas não é correto dizer que adotou integralmente a teoria da atividade. “Art. 4º - Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 1984)”.

O item II está incorreto. O artigo 7º do Código Penal, estabelece que a lei brasileira se aplica aos crimes cometidos no estrangeiro, inclusive quando praticados por brasileiros. Para que isso ocorra, é necessário o atendimento cumulativo de certas condições: o agente deve entrar no território nacional; o fato deve ser punível também no país onde foi praticado; o crime deve estar entre aqueles para os quais a lei brasileira admite extradição; o agente não pode ter sido absolvido ou cumprido pena no exterior; e não pode haver perdão ou extinção da punibilidade segundo a lei mais favorável. Dessa forma, a aplicação da lei brasileira

em tais casos está condicionada à presença simultânea desses requisitos. “Art. 7º - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 1984) (...) II - os crimes: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) (...) b) praticados por brasileiro; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 1984) § 2º - Nos casos do inciso II, a aplicação da lei brasileira depende do concurso das seguintes condições: (Incluído pela Lei nº 7.209, de 1984) a) entrar o agente no território nacional; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 1984) b) ser o fato punível também no país em que foi praticado; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 1984) c) estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 1984) d) não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido a pena; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 1984) e) não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 1984)”.

O item III está correto. Na desistência voluntária, o agente interrompe sua conduta por sua própria vontade, sem esgotar os meios de execução. Na tentativa imperfeita (ou inidônea), ocorre tentativa em que, por circunstâncias alheias à vontade do agente, não se consuma o crime, também sem exaurir os meios disponíveis. Nesse sentido dispõe o art. 15 do CP: “ Art. 15 - O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)”.

O item IV está correto. É o previsto na doutrina, quando o agente agride alguém e esta, em legítima defesa, reage de maneira desproporcional, configura-se legítima defesa sucessiva.

O item V está correto. De fato, o CP somente traz essa previsão quanto ao crime de calúnia. “Art. 138 - Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime: (...)§ 2º - É punível a calúnia contra os mortos.”.

QUESTÃO 88. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) É possível que a grave ameaça prevista no tipo legal do delito de estupro seja justa.**
- b) É possível a prática do delito de violação sexual mediante fraude contra menor de 14 anos, se o agente souber a idade da vítima.**
- c) É possível que a contemplação lasciva configure o ato libidinoso-do crime de estupro de vulnerável, sendo irrelevante, para a consumação do delito, o contato físico.**
- d) É possível o erro de tipo no delito de estupro de vulnerável.**
- e) É possível, segundo jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, a configuração do crime de assédio sexual (Art. 216-A do CP) na relação entre professor e aluno.**

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão trata sobre crimes sexuais.

A alternativa A está correta. A grave ameaça pode ser considerada justa quando se funda em uma legítima defesa, estado de necessidade ou estrito cumprimento do dever legal. Nesses casos, a conduta não gera tipicidade penal. Nesse sentido dispõe o art. 23 do CP: “Art. 23 - Não há crime quando o agente pratica o fato: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) I - em estado de necessidade; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984), II - em legítima defesa; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) (Vide ADPF 779), III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.”.

A alternativa B está incorreta. No caso do estupro de vulnerável (art. 217-A do CP), não há necessidade de violência ou grave ameaça; basta o contato sexual com menor de 14 anos, sendo irrelevante se houve fraude. Porém, se o agente souber a idade da vítima, a prática configura crime típico.

A alternativa C está correta. No estupro de vulnerável, o contato físico não é requisito indispensável para a consumação. Basta ato libidinoso que configure exploração sexual ou atentado ao pudor, incluindo contemplação lasciva com menores. Conforme se extrai do julgamento do RHC 70976-MS: “A conduta de contemplar lascivamente, sem contato físico, mediante pagamento, menor de 14 anos desnuda em motel pode permitir a deflagração da ação penal para a apuração do delito de estupro de vulnerável. Segundo a posição majoritária na doutrina, a simples contemplação lasciva já configura o “ato libidinoso” descrito nos arts. 213 e 217-A do Código Penal, sendo irrelevante, para a consumação dos delitos, que haja contato físico entre ofensor e ofendido. STJ. 5ª Turma. RHC 70976-MS, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, julgado em 2/8/2016 (Info 587).”

A alternativa D está correta. É possível ocorrer erro de tipo no crime de estupro de vulnerável quando o agente, por desconhecimento ou falsa percepção da realidade, acredita que a vítima tem 14 anos ou mais, não sabendo que ela é menor de 14 anos. Esse erro sobre a idade, elemento essencial do tipo penal, é chamado de erro de tipo e pode excluir o dolo do agente, afastando a configuração do crime, especialmente quando a vítima apresenta características que induzam a acreditar tratar-se de pessoa maior de idade. Nesse sentido o art. 20 do CP dispõe: “Erro sobre elementos do tipo (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) Art. 20 - O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)”.

A alternativa E está correta. O crime de assédio sexual, previsto no art. 216-A do Código Penal, consiste em constranger alguém com o objetivo de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou da ascendência inerente ao exercício de emprego, cargo ou função. Embora frequentemente relacionado a relações de emprego, esse crime pode também ocorrer no contexto educacional, caracterizando-se, por exemplo, em situações de constrangimento praticado por professor contra aluno. No caso concreto analisado pelo STJ (REsp 1759135/SP), o réu, em sala de aula, ao conversar com uma aluna adolescente sobre suas notas, afirmou que ela precisava de dois pontos para alcançar a média, aproximou-se dela e tocou sua barriga e seios, configurando assédio sexual.

QUESTÃO 89. Considere as assertivas abaixo em relação aos crimes que envolvem a Administração Pública.

I - É efeito da condenação nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública a perda automática do cargo ou de função pública, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano.

II - O Código Penal prevê que o condenado por crime contra a Administração Pública terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado com os acréscimos legais.

III - No caso de peculato culposo, a reparação do dano, mesmo posterior a sentença condenatória sem o trânsito em julgado, extingue a punibilidade do agente.

IV - Não é possível a prática do delito de concussão antes do agente assumir a função pública, pois se trata de crime praticado por funcionário público contra a Administração Pública, podendo estar caracterizada outra espécie delitiva.

Desta forma, marque a alternativa correta.

a) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.

b) Apenas as assertivas I, III e IV são verdadeiras.

c) Apenas as assertivas II e IV são verdadeiras.

d) Todas as assertivas são verdadeiras.

e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Comentários

A alternativa correta é **a letra A**. A questão trata sobre crimes contra a administração pública.

O item I está incorreto. A perda do cargo ou função pública não ocorre automaticamente. “Art. 92 - São também efeitos da condenação: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) (...)§ 1º Os efeitos de que trata este artigo não são automáticos, devendo ser motivadamente declarados na sentença pelo juiz, mas independem de pedido expresso da acusação, observado o disposto no inciso III do § 2º deste artigo.”.

O item II está correto. Nos crimes contra a Administração Pública, como peculato, corrupção, entre outros, o art. 33 do CP prevê que a progressão de regime pode ser condicionada à reparação do dano ou devolução do produto do crime. “Art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto. A de detenção, em regime semi-aberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984) (...) § 4º O condenado por crime contra a administração pública terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais. (Incluído pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)”.

O item III está correto. O art. 312 do Código Penal dispõe que, no peculato culposo, a reparação do dano antes da sentença irrecorrível extingue a punibilidade. Isso significa que, mesmo após a condenação, se ainda não houver trânsito em julgado, reparar o dano pode extinguir a punibilidade. “Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio. Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa. § 1º - Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro,

valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário. Peculato culposo § 2º - Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem: Pena - detenção, de três meses a um ano. § 3º - No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.”.

O item IV está incorreto. O Código Penal dispõe que constitui crime exigir, para si ou para outrem, de forma direta ou indireta, vantagem indevida, ainda que fora do exercício da função ou antes de assumi-la, desde que em razão dela. “Art. 316 - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. “.

QUESTÃO 90. João, com 19 anos de idade, invade uma festa de aniversário para matar Pedro, seu desafeto, já que este está se relacionando amorosamente com Ana Paula, ex-companheira de João e com quem ele tem um filho. Desta forma, João dispara sua arma de fogo contra Pedro, mas, por erro de pontaria, acerta a sua ex-companheira, Ana Paula, que acaba falecendo.

A partir do enunciado acima, considere as assertivas abaixo.

I- Trata-se de hipótese de error in persona/ pois João acertou os disparos de arma de fogo em pessoa diferente da qual pretendia matar.

II- João responderá pelo crime de feminicídio, pois a vítima é sua ex-companheira, com quem manteve relação de afeto.

III- João não poderá ser beneficiado pela redução pela metade dos prazos de prescrição, mesmo sendo menor de 21 anos na data do fato.

IV- Se João tivesse disparado projéteis de arma de fogo contra Pedro, atingindo-o, e tivesse culposamente atingido Ana Paula, pelo fato de um projétil atravessar o corpo do primeiro ofendido e depois atingir a ofendida, a hipótese seria de concurso material, com a soma das penas.

Desta forma, marque a alternativa correta.

- a) Todas as assertivas são verdadeiras.**
- b) Todas as assertivas são falsas.**
- c) Apenas as assertivas II, III são verdadeiras.**
- d) Apenas as assertivas I e IV são verdadeiras.**
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.**

Comentários

A alternativa correta é **a letra E**. A questão trata sobre o feminicídio.

O item I está incorreto. Trata-se de erro na execução. “Art. 73 - Quando, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, o agente, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa, responde como se tivesse praticado o crime contra aquela, atendendo-se ao disposto no § 3º do art. 20 deste Código. No caso de ser também atingida a pessoa que o agente pretendia ofender, aplica-se a regra do art. 70 deste Código.”.

O item II está incorreto. Responde como se tivesse praticado o crime contra aquele desejado, conforme art. 73 do CP.

O item III está incorreto. O art. 115 do CP prevê redução de pena ou prescrição pela metade para quem tinha menos de 21 anos na data do fato. Contudo, isso não se aplica automaticamente em casos de homicídio qualificado por motivo torpe. Segundo entendimento majoritário, a redução não é cabível em crimes hediondos ou equiparados, salvo disposição expressa em lei. Assim, no caso, não há benefício automático. “Art. 115. São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher. (Redação dada pela Lei nº 15.160, de 2025)”.

O item IV está incorreto. Aplica-se o concurso formal, conforme previsto no art. 73 do CP.

QUESTÃO 91. Assinale a alternativa correta.

a) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a pena privativa de liberdade imposta no âmbito do Tribunal do Júri fica sujeita a execução imediata, desde que igual ou superior a 15 anos.

b) O denominado "Aviso de Miranda" refere-se ao direito de não autoincriminação, e sua ausência, mesmo na fase investigatória, configura nulidade absoluta do ato processual respectivo.

c) O princípio do promotor natural é incompatível com eventual designação pelo Procurador-Geral de Justiça de membro não titular para atuação no Tribunal do Júri, mesmo quando este, o titular, tenha declinado da atribuição no caso concreto.

d) Segundo o Supremo Tribunal Federal, o disposto no Art. 305 do Código de Trânsito (afastar-se o condutor do veículo do local do sinistro para fugir à responsabilidade penal ou civil) é inconstitucional.

e) Os princípios da "paridade de armas" e do "favor rei" são complementares, de sorte que, dependendo do caso concreto, o primeiro pode ser mitigado por imposição do segundo.

Comentários

A alternativa incorreta é **a letra E**. A questão trata sobre processo penal.

A alternativa A está incorreta. O Superior Tribunal de Justiça acompanha o entendimento do Supremo Tribunal Federal e firmou que é devida a imediata execução da condenação imposta pelo Tribunal do Júri,

independentemente do total da pena aplicada, reconhecendo a soberania dos veredictos. Esse posicionamento foi consolidado no julgamento do Tema 1.068 pelo STF (RE 1.235.340/SC, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, julgado em 12/09/2024) e seguido pelo STJ (6ª Turma, AgRg no HC 788.126-SC, Rel. Min. Jesuíno Rissato, julgado em 17/9/2024 — Informativo 826).

A alternativa B está incorreta. O chamado “Aviso de Miranda” (direito de permanecer calado e ter advogado) é garantia processual. Contudo, sua ausência na fase investigatória não acarreta nulidade absoluta automática, salvo se houver cerceamento de defesa relevante, devendo ser analisado caso a caso. Nesse sentido, A eventual irregularidade na comunicação do direito de permanecer em silêncio configura nulidade relativa, cujo reconhecimento exige a arguição no momento processual adequado e a demonstração de efetivo prejuízo. (STJ, 5ª Turma, RHC 61.754/MS, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 25/10/2016).

A alternativa C está incorreta. O princípio do promotor natural assegura que o membro do MP designado para determinada função seja previamente definido. No entanto, não é incompatível a designação pelo Procurador-Geral de Justiça de membro não titular para atuar no Tribunal do Júri, especialmente se o titular declinou da atribuição no caso concreto, pois trata-se de uma prerrogativa administrativa interna, conforme entendimento da 5ª Turma do STJ no julgamento do AgRg no HC 727.709/MG.

A alternativa D está incorreta. É constitucional o tipo penal que tipifica o crime de fuga do local do acidente, previsto no art. 305 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), não afrontando o princípio da não incriminação, respeitando o direito ao silêncio e preservadas as hipóteses de exclusão da tipicidade e da antijuridicidade. Esse entendimento foi consolidado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADC 35/DF, rel. Min. Marco Aurélio, red. p/ o ac. Min. Edson Fachin, em 9/10/2020 (Informativo 994), com fundamento no RE 971959/RS (Repercussão Geral – Tema 907, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 14/11/2018 — Informativo 923).

A alternativa E está correta. O princípio da paridade de armas assegura que acusação e defesa disponham de igualdade de condições durante o processo, garantindo equilíbrio na produção de provas e na atuação das partes. Já o princípio do favor rei constitui uma regra do Direito Penal e Processual Penal segundo a qual, diante de dúvida ou ambiguidade na interpretação de uma norma, deve prevalecer a solução mais favorável ao réu, privilegiando a liberdade individual em face do poder punitivo do Estado.

QUESTÃO 92. Considere as afirmações a seguir.

I- segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, os documentos produzidos na fase inquisitorial, por se sujeitarem a contraditório deferido, podem ser utilizados como fundamento para prolação de sentença condenatória.

II- Conforme entendimento da Suprema Corte, a instauração de investigação criminal originária que envolva autoridade com prerrogativa de foro exige prévia autorização do respectivo Tribunal.

III- Segundo a convenção de Viena (1961), os agentes diplomáticos, quando a serviço de seus países, gozam de imunidade de jurisdição penal, não se lhes aplicando, em regra, as normas processuais do Estado acreditado.

IV- Considerando teratológica a manifestação ministerial sobre arquivamento de inquérito policial, pode a autoridade judiciária submeter o caso ao Procurador-Geral de Justiça, desde que haja requerimento do ofendido nesse sentido.

V- Cabe ao juiz de garantias receber o acordo de delação premiada formalizado na fase investigatória, mas sua homologação será de competência exclusiva do juiz a quem incumbir a instrução processual.

Quais dessas afirmações estão corretas?

a) Apenas II.

b) Apenas II e III.

c) Apenas III e IV.

d) Apenas I, II, e III.

e) I, II, III, IV e V.

Comentários

A alternativa correta é **a letra B**. A questão trata sobre atos processuais.

O item I está incorreto. Não se pode falar em contraditório e ampla defesa no âmbito do inquérito policial, em razão de sua natureza inquisitorial. O investigado não tem assegurado o exercício do contraditório durante a investigação ou procedimento instaurado pelo Ministério Público. Esse entendimento do Superior Tribunal de Justiça está consolidado no julgamento do AgRg no HC 727.709/MG, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, em 16/08/2022 (5ª Turma), sendo compatível com a Súmula Vinculante n.º 14 do STF, a qual garante ao defensor acesso aos elementos de prova já documentados, mas não prevê participação na coleta das provas. Nesse sentido, conforme o art. 155 do Código de Processo Penal (CPP): “O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.”. Ressaltamos a possibilidade de recurso em relação a este item, tendo em vista que o CPP utiliza o termo “exclusivamente”, referindo-se que os elementos da investigação não podem por si só serem os fundamentos da convicção judicial, mas, ainda assim, podem ser considerados.

O item II está correto. As investigações contra autoridades com prerrogativa de foro perante o STF estão sujeitas a prévio controle judicial, incluindo a necessidade de autorização judicial para sua instauração, nos termos do art. 21, XV, do RISTF. Essa exigência decorre da própria regulamentação constitucional do foro por prerrogativa de função, aplicando-se igualmente às investigações penais originárias envolvendo autoridades com prerrogativa de foro nos Tribunais de segundo grau (TJ, TRF, TRE). (STF, Plenário, ADI 7.447/PA, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 29/9/2023 – Informativo 1110).

O item III está correto. A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961 (art. 29) prevê a imunidade de jurisdição dos agentes diplomáticos, dispondo que estes não estão sujeitos à jurisdição penal, civil ou administrativa do Estado acreditado. Nos termos do art. 1º do Código de Processo Penal: “o processo

penal rege-se por este Código em todo o território brasileiro, ressalvados os tratados, convenções e normas de direito internacional.”

O item IV está incorreto. O Ministério Público possui o dever de submeter sua manifestação de arquivamento à autoridade judicial, que poderá, caso constate patente ilegalidade ou teratologia no ato, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial. Essa interpretação decorre do entendimento do Supremo Tribunal Federal, que, ao analisar as ADI 6.298/DF, 6.299/DF, 6.300/DF e 6.305/DF, relatadas pelo Min. Luiz Fux e julgadas em 24/08/2023 (Informativo 1106), afirmou que, mesmo sem previsão legal expressa, é constitucionalmente exigido que o MP comunique o juiz competente sobre o arquivamento e que este possa provocar a revisão interna no âmbito ministerial, assegurando ampla fiscalização do ato.

O item V está incorreto. O art. 3º-B do Código de Processo Penal estabelece que o juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela proteção dos direitos individuais que dependam de autorização prévia do Poder Judiciário, competindo-lhe, especialmente, decidir sobre a homologação de acordo de não persecução penal ou de colaboração premiada quando formalizados durante a investigação. “rt. 3º-B. O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário, competindo-lhe especialmente: (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) (Vide ADI 6.298) (Vide ADI 6.299) (Vide ADI 6.300) (Vide ADI 6.305) (...) XVII - decidir sobre a homologação de acordo de não persecução penal ou os de colaboração premiada, quando formalizados durante a investigação; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência)”.

QUESTÃO 93. Assinale a alternativa correta.

- a) A audiência de custódia deve acontecer num prazo máximo de 24 horas a contar do recebimento do auto de prisão em flagrante, vedada sua realização por videoconferência.**
- b) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, tendo o Ministério Público, na audiência de custódia em que homologado o flagrante, requerido tão somente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, é defeso do juiz decretar a preventiva.**
- c) Autoriza-se a prisão temporária desde que presentes as circunstâncias previstas nas alíneas I ou III, do Art. 1º, da Lei n. 7960/1989.**
- d) Segundo inteligência da súmula 145 do STF, entende-se inadmissível o flagrante esperado, porquanto a atividade policial impede a consumação do crime.**
- e) As medidas cautelares de não prisão são aplicáveis nos casos de crime doloso, em que for cominada isolada, acumulativa ou alternativamente, pena privativa de liberdade.**

Comentários

Entendemos que a questão é passível de anulação, uma vez que há divergências entre as alternativas B e E, pois ambas se encontram corretas. A questão trata sobre prisões e medidas cautelares diversas.

A alternativa A está incorreta. A audiência de custódia deve ocorrer no prazo máximo de 24 horas a contar da prisão, mas a legislação e o entendimento atual do STF admitem a realização por videoconferência, desde que respeitadas as garantias processuais (Lei 13.964/2019 e Resoluções do CNJ). Contudo, pela literalidade do CPP, isso não é possível. “Art. 3º-B. § 1º O preso em flagrante ou por força de mandado de prisão provisória será encaminhado à presença do juiz de garantias no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, momento em que se realizará audiência com a presença do Ministério Público e da Defensoria Pública ou de advogado constituído, vedado o emprego de videoconferência.”

A alternativa B está correta. Com as alterações promovidas pelos arts. 282, § 4º, e 311 do Código de Processo Penal pela Lei nº 13.964/2019 (Lei Anticrime), que entrou em vigor em 23/1/2020, não é mais possível ao juiz converter, de ofício, a prisão em flagrante em preventiva com fundamento no art. 310, II, do CPP. Para que a conversão ocorra, é indispensável prévio requerimento do Ministério Público (MP), do querelante ou de seu assistente, ou representação da autoridade policial. Esse entendimento é pacificado no Superior Tribunal de Justiça (AgRg no HC 624.218/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, 20/4/2021; HC 638.655/SC, Rel. Min. Laurita Vaz, 5/4/2022; RHC 131.263/GO, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, 24/2/2021). Contudo, a questão não deixa claro se não houve representação da autoridade policial. Nesse caso, o juiz poderia decretar a prisão preventiva, ainda que o MP não tenha a requerido.

A alternativa C está incorreta. Segundo decidiu o STF nas ADI 3.360/DF e ADI 4.109/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, com redação para o acórdão pelo Min. Edson Fachin, julgadas em 11/2/2022 (Informativo 1043), os requisitos para a decretação da prisão temporária são cumulativos. Assim, ela somente é cabível quando: (i) for imprescindível para as investigações do inquérito policial; (ii) houver fundadas razões quanto à autoria ou participação do indiciado; (iii) houver justificativa baseada em fatos novos ou contemporâneos; (iv) for adequada à gravidade concreta do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do indiciado; e (v) não for suficiente a imposição de medidas cautelares diversas.

A alternativa D está incorreta. A Súmula 145 do STF estabelece que “não cabe flagrante esperado”, mas a justificativa não é porque “a atividade policial impede a consumação do crime”, e sim porque se configuraria prisão prévia sem respeito às garantias constitucionais, ou seja, prisão preventiva disfarçada de flagrante. A fundamentação apresentada está equivocada.

A alternativa E está correto. As medidas cautelares diversas da prisão podem ser aplicadas nos casos previstos, conforme o art. 283, § 1º, do CPP, que dispõe: “As medidas cautelares previstas neste Título não se aplicam à infração a que não for isolada, cumulativa ou alternativamente cominada pena privativa de liberdade.” Contudo, a alternativa pode ser considerada incorreta por alguns examinadores por mencionar “crimes dolosos”, embora tal menção não torne a assertiva errada, já que as medidas cautelares podem ser aplicadas tanto a crimes culposos quanto a crimes dolosos, desde que atendidos os requisitos legais.

QUESTÃO 94. Assinale a alternativa INCORRETA.

a) Em se tratando de crime que envolva relação de consumo, as entidades e órgãos da administração pública, direta ou indireta, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos pela lei específica, poderão habilitar-se na condição de assistentes da acusação.

b) Nos casos em que houver interesse da Fazenda Pública, o Ministério Público tem legitimidade para requerer o arresto, mesmo antes do procedimento de especialização da hipoteca legal.

c) A não propositura do acordo de não persecução penal (ANPP), quando cabível, obsta – por si só – o recebimento da denúncia.

d) O termo a quo do prazo para ajuizamento da ação civil ex delicto, com o objetivo de reparação de danos, somente começa a fluir a partir do trânsito em julgado da ação penal.

e) A propositura de ação cível discutindo a exigibilidade do crédito não obsta o prosseguimento da ação penal que apura a ocorrência de crime contra a ordem tributária.

Comentários

A alternativa correta é **a letra C**. A questão trata sobre os aspectos processuais penais e correlatos à atuação do Ministério Público, assistência à acusação, medidas assecuratórias, acordo de não persecução penal (ANPP) e relação entre ação penal e ação civil.

A alternativa A está correta. Em crimes envolvendo relação de consumo, entidades e órgãos da administração pública — diretos ou indiretos — destinados à defesa dos direitos e interesses dos consumidores, podem habilitar-se como assistentes da acusação, nos termos da legislação específica de defesa do consumidor. Vejamos o art. 80 do CDC: “Art. 80. No processo penal atinente aos crimes previstos neste código, bem como a outros crimes e contravenções que envolvam relações de consumo, poderão intervir, como assistentes do Ministério Público, os legitimados indicados no art. 82, inciso III e IV, aos quais também é facultado propor ação penal subsidiária, se a denúncia não for oferecida no prazo legal.”.

A alternativa B está correta. De acordo com o artigo 142 do Código de Processo Penal, o Ministério Público possui legitimidade para requerer o arresto quando necessário para assegurar a reparação de danos e o pagamento de multas em interesse da Fazenda Pública, ainda que a especialização da hipoteca legal não tenha sido formalmente realizada. “Art. 142. Caberá ao Ministério Público promover as medidas estabelecidas nos arts. 134 e 137, se houver interesse da Fazenda Pública, ou se o ofendido for pobre e o requerer.”

A alternativa C está incorreto. A ausência de propositura do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) não impede o recebimento da denúncia, mas a recusa injustificada ou ilegalmente fundamentada pelo Ministério Público em oferecer o ANPP quando cabível autoriza a rejeição da denúncia por falta de interesse de agir. Isso significa que o Ministério Público detém exclusividade para a proposta do acordo e, caso recuse sem motivação legal válida, poderá haver a desconstituição da ação penal. Foi esse o entendimento da 6ª Turma do STJ no julgamento do REsp 2.038.947-SP, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, julgado em 17/9/2024 (Info 827).

A alternativa D está correto. Em regra, o termo inicial (termo a quo) do prazo para ajuizar a ação civil *ex delicto*, destinada à reparação de danos, somente começa a contar após o trânsito em julgado da ação penal. Isso ocorre porque o ordenamento jurídico-processual atribui à decisão penal eficácia preclusiva ou predominante, exigindo-se uma decisão definitiva na esfera criminal como requisito para a propositura da ação cível indenizatória. É o que se extrai do julgamento da 4ª Turma do STJ no AgInt no AREsp 1.725.366-SP, Rel. Min. João Otávio de Noronha, julgado em 23/9/2024 (Info 23 - Edição Extraordinária).

A alternativa E está correto. A propositura de ação cível que discuta a existência ou o valor de crédito tributário não obsta o prosseguimento da ação penal por crime tributário, em razão da independência das esferas cível e penal. Assim, mesmo que persista discussão acerca do pagamento do débito tributário, a apuração criminal relativa à fraude ou sonegação pode seguir seu curso normalmente. (RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 139.563 - CE (2020/0332009-4).

QUESTÃO 95. Assinale a alternativa correta.

- a) É dominante no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, na ausência de vara especializada para julgar crimes de violência sexual contra criança, a competência deve ser atribuída ao juizado da violência doméstica, independentemente do contexto familiar ou afetivo.**
- b) No concurso dos crimes de homicídio qualificado e ocultação de cadáver (conexos), praticados por policial militar em serviço contra civil, a competência será do Tribunal do Júri para ambos os crimes.**
- c) Compete à justiça federal o julgamento de crimes e contravenções penais praticados em detrimento de bens, serviços ou interesse da União.**
- d) O juiz a quem remetido o processo em face da desclassificação de que trata o Art. 419 do CPP pode suscitar conflito negativo de competência.**
- e) Cabe à justiça federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, salvo quando a pena deste for superior à daquele.**

Comentários

A alternativa correta é **a letra B**, no entanto, entendemos que a questão é passível de anulação uma vez que há divergências entre as alternativas A e D, que podem ser consideradas também como corretas. A questão trata sobre competência.

A alternativa A está incorreta. Nos casos de estupro praticado contra criança ou adolescente no contexto de violência doméstica e familiar, a competência para julgamento segue ordem específica: inicialmente, compete ao juizado ou vara especializada em crimes contra a criança e o adolescente, conforme o caput do art. 23 da Lei nº 13.431/2017. Na ausência dessa vara especializada, a competência passa ao juizado ou vara especializada em violência doméstica, independentemente da idade, sexo da vítima ou motivação da violência, conforme o parágrafo único do mesmo dispositivo legal. Se não existirem essas varas especializadas, a competência será da vara criminal comum. Ademais, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que a condição de gênero feminino é suficiente para atrair a aplicação da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), independentemente da idade da vítima, prevalecendo suas disposições mesmo em caso de conflito com normas específicas como o Estatuto da Criança e do Adolescente. (REsp 2005974/RJ e REsp 2.015.598-PA). Contudo, o enunciado fala em contexto familiar ou afetivo, fato que pode levar o item a ser considerado correto.

A alternativa B está correta. Compete ao Tribunal do Júri o julgamento dos crimes dolosos e conexos, nos termos do art. 78 do CPP. O Supremo Tribunal Federal já firmou que o cometimento de delito por agente

militar contra vítima militar compete à Justiça Castrense somente quando houver vínculo direto com o desempenho da atividade militar. É entendimento pacífico na jurisprudência que a competência para julgar homicídios contra civis praticados por policiais militares em serviço é da Justiça Comum – Tribunal do Júri. (STJ, 5ª Turma, AgRg no REsp 1.975.156/SP, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 8/3/2022; STF, 1ª Turma, HC 135.675, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 4/10/2016).

A alternativa C está incorreta. A Justiça Federal não julga contravenções penais. “É competência da Justiça estadual processar e julgar as contravenções penais, ainda que estejam conexas com crimes de competência da Justiça Federal, conforme entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça (STJ, 3ª Seção, CC 120406-RJ, Rel. Min. Alderita Ramos de Oliveira, julgado em 12/12/2012).”.

A alternativa D está incorreta. Havendo recurso em sentido estrito (art. 581, inciso II, do CPP) contra decisão que desclassifica o delito e, por consequência, reconhece a incompetência do juízo, sendo esse recurso improvido, o novo juiz não está autorizado a suscitar conflito negativo de jurisdição, em razão da decisão superior proferida no recurso. Por outro lado, se não houver interposição de recurso contra a decisão que desclassifica a infração e reconhece a incompetência, o juiz que recebe os autos poderá suscitar conflito negativo de jurisdição, por não se encontrar vinculado à decisão de juiz da mesma instância (MEDEIROS, Flavio Meirelles. *Código de Processo Penal Comentado*. 2. ed. Porto Alegre: Ciências Jurídicas, 2024). Portanto, a alternativa pode vir a ser considerada como correta.

A alternativa E está incorreta. A Justiça Federal tem competência para processar e julgar crimes conexos de competência federal e estadual, sendo essa atribuição determinada pela existência de conexão e pela prevalência do interesse federal, independentemente da comparação das penas aplicáveis. “Súmula 12 do STJ: Compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do art. 78, II, a, do Código de Processo Penal.”

QUESTÃO 96. Considere as afirmações a seguir.

I - Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a possibilidade prevista no Art. 217 do Código de Processo Penal (retirada do réu durante o depoimento de testemunha) restringe-se às audiências presenciais.

II - O respeito à cadeia de custódia é exigível mesmo em relação a fatos ocorridos antes da vigência da Lei 13.964/2019, e sua não observância implica nulidade absoluta da prova.

III - Em se tratando do crime de tráfico, o laudo de constatação provisória sobre a natureza da substância é suficiente tão somente para oferecimento (e recebimento) de denúncia, ficando seu prolator impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.

IV- Em se tratando de citação com hora certa, caso o acusado não compareça em juízo nem constitua defensor, dar-se-á a suspensão do processo e da prescrição, na forma do Art. 366 do CPP.

V - Falece ao assistente da acusação, em qualquer caso, legitimidade para interpor recurso em sentido estrito.

Quais dessas afirmações estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas I, III.
- c) Apenas I, III e V.
- d) Apenas II e III.
- e) Nenhuma delas.

Comentários

A alternativa correta é **a letra E**. A questão trata sobre o feminicídio.

O item I está incorreto. Ainda que a audiência ocorra por videoconferência, e não presencialmente, o réu pode ser impedido de assistir à oitiva da vítima e das testemunhas caso sua presença gere temor ou constrangimento às pessoas a serem ouvidas, conforme se extrai do julgamento do AREsp 1961441/MS.

O item II está incorreto. A mera inobservância do procedimento de cadeia de custódia previsto no CPP não acarreta, automaticamente, a imprestabilidade das provas colhidas; a consequência processual dependerá da análise do caso concreto STJ. 6ª Turma. REsp 2.024.992-SP, Rel. Min. Teodoro Silva Santos, julgado em 5/3/2024 (Info 803).

O item III está incorreto. Em regra, para a condenação pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes, a apreensão da droga exige a apresentação do laudo toxicológico definitivo, sob pena de se considerar incerta a materialidade do delito, o que pode resultar na absolvição do acusado. Excepcionalmente, admite-se a utilização do laudo de constatação provisório para comprovar a materialidade, desde que ele apresente grau de certeza equivalente ao laudo definitivo, por ter sido elaborado por perito oficial, seguindo procedimento adequado e contendo conclusões compatíveis. Nos termos da lei de drogas: “Art. 50. Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao órgão do Ministério Público, em 24 (vinte e quatro) horas. § 1º Para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito, é suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idônea. § 2º O perito que subscrever o laudo a que se refere o § 1º deste artigo não ficará impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.”.

O item IV está incorreto. A previsão é apenas para modalidade de citação por edital. “Art. 366. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312. (Redação dada pela Lei nº 9.271, de 17.4.1996)”.

O item V está incorreto. A afirmação de que a legitimidade recursal do assistente de acusação é absoluta “em qualquer caso” não procede, pois sua legitimidade é supletiva, ou seja, depende da inércia do Ministério

Público em interpor recursos, e é restrita aos limites da denúncia. “Se o juiz não aceitar a denúncia, o assistente pode apresentar o recurso em sentido estrito (art. 581, I, do CPP).”

QUESTÃO 97. Assinale a alternativa correta.

a) Segundo entendimento da Suprema Corte, a proteção da Lei Maria da Penha não se aplica a casais homoafetivos do sexo masculino.

b) É entendimento do Superior Tribunal de Justiça que, não podendo ser sujeito ativo do crime de falso testemunho, é ilegal a condução coercitiva da vítima com o só propósito de ser inquirida em juízo.

c) Em se tratando de crime sujeito à competência originária dos Tribunais, a notificação do acusado para oferecer resposta preliminar em 15 (quinze) dias pode ser feita por edital.

d) Nos casos de tráfico de drogas, e estando o indiciado preso, o Ministério Público receberá vista para oferecimento de denúncia em 5 (cinco) dias, podendo arrolar até 5 (cinco) testemunhas.

e) Nos crimes de calúnia, difamação ou injúria sujeitos à competência do juiz singular, após recebimento da inicial o Magistrado oferecerá às partes oportunidade para se reconciliarem.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**. A questão trata sobre crimes em espécies.

A alternativa A está incorreto. A norma protetiva da Lei Maria da Penha deve ser aplicada também para os casais homoafetivos do sexo masculino e para as mulheres travestis ou transexuais nas relações intrafamiliares, conforme se extrai do MI 7.452/DF.

A alternativa B está incorreto. É cabível a condução coercitiva da vítima para depor em juízo, ainda que esta alegue não ter mais interesse em processar seu companheiro na esfera criminal, pois além de a ação penal ser pública incondicionada, no caso de lesão corporal por violência doméstica e familiar, o próprio Código de Processo Penal prevê a possibilidade de condução coercitiva da ofendida para depor. (AgRg no HC 506.814/SP).

A alternativa C está correto. Art. 4º, § 2º, da Lei nº 8.038/90 dispõe que, se for desconhecido o paradeiro do acusado ou se este dificultar a diligência do oficial, deverá ser feita sua notificação por edital, contendo o teor resumido da acusação, para que compareça ao Tribunal no prazo de cinco dias, ocasião em que terá vista dos autos por quinze dias, a fim de apresentar a resposta prevista neste artigo.

A alternativa D está incorreto. O prazo é de 10 dias. “Art. 54. Recebidos em juízo os autos do inquérito policial, de Comissão Parlamentar de Inquérito ou peças de informação, dar-se-á vista ao Ministério Público para, no prazo de 10 (dez) dias, adotar uma das seguintes providências: I - requerer o arquivamento; II - requisitar as diligências que entender necessárias; III - oferecer denúncia, arrolar até 5 (cinco) testemunhas e requerer as demais provas que entender pertinentes. Art. 55. Oferecida a denúncia, o juiz ordenará a notificação do acusado para oferecer defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.”.

A alternativa E está correto. O art. 519 do Código de Processo Penal não menciona o crime de difamação. Ele dispõe que, no processo por crime de calúnia ou injúria, para o qual não haja forma especial prevista em lei, devem ser observadas as disposições dos Capítulos I e III do Título I deste Livro, com as modificações estabelecidas nos artigos seguintes.

QUESTÃO 98. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Sobrevindo decisão de pronúncia em relação ao crime da competência originária do júri, é defeso ao juiz absolver sumariamente o réu em relação a eventuais delitos conexos de competência do juiz singular.**
- b) A realização do julgamento em plenário torna "prejudicado" eventual pedido de desaforamento em tramitação no Tribunal.**
- c) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, é cabível apelação, com base no Art. 593, III, d, do Código de Processo Penal, nas hipóteses em que a decisão do Tribunal do Júri, amparada em quesito genérico, for considerada pela acusação como manifestamente contrária à prova dos autos.**
- d) Nos processos de competência do Tribunal do Júri, as testemunhas de plenário serão inquiridas sucessiva e diretamente pelas partes, pelo juiz-presidente e pelos jurados, nesta ordem.**
- e) O assistente da acusação só poderá atuar no julgamento pelo júri se tiver requerido sua habilitação com antecedência mínima de 5 (cinco) dias em relação à data da sessão.**

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**. A questão trata do procedimento do júri.

A alternativa A está correta. Não é lícito ao juiz proferir absolvição sumária em relação a delitos conexos de competência do juiz singular quando já houver decisão de pronúncia. Isso porque, conforme o art. 421 do Código de Processo Penal, uma vez preclusa a decisão de pronúncia, os autos devem ser encaminhados ao juiz presidente do Tribunal do Júri para prosseguimento do feito.

A alternativa B está correta. A realização do julgamento pelo Tribunal do Júri torna prejudicado o pedido de desaforamento, pois a sua função é justamente a de deslocar o julgamento para outra comarca antes de ele ocorrer. Caso o julgamento aconteça, o pedido perde o seu objeto e não pode mais ser conhecido. “Súmula 712 do STF: É nula a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do júri sem audiência da defesa.”

A alternativa C está correta. Diante de recurso de apelação fundado no art. 593, III, “d”, do CPP, é imprescindível que o Tribunal analise detidamente a prova constante dos autos para verificar se existe algum elemento capaz de sustentar a decisão proferida pelos jurados. Embora o tribunal do júri julgue por íntima convicção — sem necessidade de justificar suas razões — tal circunstância não afasta a obrigatoriedade de o Tribunal de Justiça exercer controle sobre o veredicto, sob pena de esvaziar o alcance do referido dispositivo legal. Essa análise objetiva consiste em confrontar o conteúdo do veredicto com as provas

produzidas, sem adentrar a convicção íntima dos jurados. “STJ. 3ª Seção. Rcl 42.274-RS, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, julgado em 24/5/2023 (Info 780).”.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do Art. 473 Os jurados poderão formular perguntas ao ofendido e às testemunhas, por intermédio do juiz presidente.

A alternativa E está correta. Redação do art. 430 do CPP. “Art. 430. O assistente somente será admitido se tiver requerido sua habilitação até 5 (cinco) dias antes da data da sessão na qual pretenda atuar. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)”.

QUESTÃO 99. Assinale a alternativa correta.

a) É inadmissível a revisão criminal cujo único propósito seja a aplicação retroativa de interpretação jurisprudencial posterior ao trânsito em julgado da condenação.

b) Cabe mandado de segurança dada decisão que indefere (por procrastinatório) o pedido de diligência formulado pela defesa no prazo do Art. 402 do CPP.

c) A concessão não de habeas corpus para trancamento da ação penal em curso, qualquer que seja o seu fundamento, não tem natureza de absolvição sumária.

d) O efeito devolutivo da apelação contra decisões do tribunal do júri não fica adstrito aos fundamentos da sua interposição.

e) Em caso de erro procedimental de que resulte inversão tumultuária de atos e fórmulas legais, é sempre cabível correição parcial.

Comentários

A alternativa correta é **a letra A**. A questão trata sobre recursos.

A alternativa A está correta. De fato, é inadmissível a revisão criminal quando seu único objetivo seja aplicar retroativamente interpretação jurisprudencial surgida após o trânsito em julgado da condenação. A jurisprudência consolidada do STJ e do STF estabelece que a simples alteração de entendimento não autoriza, por si só, o ajuizamento da revisão criminal, salvo em situações excepcionais — como quando houver interpretação pacífica e vinculante dos tribunais superiores, especialmente em temas constitucionais ou penais que tragam benefício ao condenado. “Vigora no ordenamento jurídico brasileiro, o princípio da irretroatividade da norma mais gravosa. Esse princípio não se aplica (não vale) para interpretação jurisprudencial. Esse princípio se aplica apenas para lei penal. Assim, mesmo que a nova interpretação seja mais gravosa, deve ser aplicada para fatos anteriores. A CF/88 diz, no art. 5º, XL, que “a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;”. A partir da leitura desse art. 5º, XL, é possível extrair dois preceitos: - é retroativa a aplicação da norma penal benéfica - é irretroativa a norma mais grave ao acusado Esses preceitos constitucionais são inaplicáveis para precedentes jurisprudenciais (para decisões do Poder Judiciário). Assim, o art. 5º, XL, da CF/88 - que trazem esses preceitos - não se aplica para mudanças de entendimento jurisprudencial (só valem para mudanças legislativas). STF. 1ª Turma. HC 161452 AgR, Rel.

Min. Luiz Fux, julgado em 6/3/2020. STJ. 5ª Turma. AgRg nos EDcl no AREsp 1361814/RJ, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 19/05/2020.”.

A alternativa B está incorreta. Não cabe mandado de segurança contra decisão que indefere pedido de diligência formulado pela defesa no prazo do art. 402 do CPP, quando o indeferimento se baseia em caráter procrastinatório. O juiz possui discricionariedade para indeferir diligências consideradas protelatórias, desde que justifique adequadamente sua decisão, não sendo cabível, nesse contexto, o uso do mandado de segurança como substituto de recurso.

A alternativa C está incorreta. A concessão de habeas corpus para trancamento da ação penal não é possível em qualquer caso de absolvição sumária. Trata-se de medida excepcional, admitida apenas quando houver ilegalidade evidente, passível de constatação imediata, sem necessidade de dilação probatória — como nos casos de atipicidade manifesta da conduta ou de extinção da punibilidade. “Súmula 648-STJ: A superveniência da sentença condenatória prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em habeas corpus. STJ. 3ª Seção. Aprovada em 14/04/2021, DJe 19/04/2021.”.

A alternativa D está incorreta. O efeito devolutivo da apelação contra decisões do tribunal do júri está adstrito aos fundamentos apresentados na sua interposição, conforme a Súmula 713 do STF. Isso significa que o tribunal revisor só pode analisar as questões expressamente suscitadas pelo recorrente, não sendo possível examinar de ofício pontos que não tenham sido incluídos nas razões recursais. “Súmula 713-STF: O efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição.”.

A alternativa E está correta. A correção parcial não é sempre cabível em caso de erro procedimental que resulte em inversão tumultuária de atos e fórmulas legais. Trata-se de um instrumento excepcional, restrito à correção de erros processuais específicos que causem efetivo tumulto, não sendo aplicável a qualquer irregularidade, tampouco substituindo os recursos próprios ou outros meios adequados de impugnação. “O instituto da correção parcial está vinculado historicamente à correção de erros de procedimento que provocam tumulto processual e não ao erro na apreciação judicial dos fatos ou do direito. A decisão de arquivamento de inquérito policial lastreada na atipicidade do fato toma força de coisa julgada material, qualidade conferida à decisão judicial contra a qual não cabem mais recursos, tornando-a imutável. Se o Juiz-Auditor e o Ministério Público acordaram em arquivar o inquérito policial militar por entender atípica a conduta, mesmo diante de provas novas, inviável a reabertura do feito por meio de correção parcial. STF. 1ª turma. HC 173.594/SP AgR, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 3/05/2021.”.

QUESTÃO 100. Assinale a alternativa correta.

a) Admite-se a detração em processo distinto daquele em que decretada a prisão provisória, desde que o crime apurado no primeiro seja posterior ao do segundo.

b) Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a ordem estabelecida no Art. 76 do Código Penal refere-se tão somente à espécie de pena aplicada (reclusão ou detenção), e não à natureza dos crimes praticados (comum ou hediondo).

c) Conforme disposição expressa da Lei de Execuções Penais, com exceção daqueles provisoriamente segregados, constitui falta grave a recusa injustificada do preso à obrigação laboral.

d) A limitação de saídas temporárias imposta pela Lei 14.843/2024, por ser de natureza processual, aplica-se desde logo, inclusive a condenações anteriores à sua vigência.

e) Em regra, a competência para a fase de execução penal é do juiz da comarca em que proferida a decisão condenatória.

Comentários

A alternativa correta é **a letra E**. A questão trata sobre a execução da pena.

A alternativa A está incorreta. A questão trata da inversão na ordem dos processos. É possível aplicar o benefício da detração penal, previsto no art. 42 do Código Penal, mesmo em processos distintos, desde que o crime pelo qual o sentenciado esteja cumprindo pena tenha sido praticado antes da prisão cautelar. Tal entendimento visa evitar a criação de um “crédito de pena”. (STJ, 5ª Turma, HC 178.894/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, julgado em 13/11/2012).

A alternativa B está incorreta. O entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) é de que a ordem prevista no art. 76 do Código Penal refere-se à espécie da pena (reclusão, detenção ou prisão simples), e não à natureza do crime (comum ou hediondo). Assim, em caso de condenações distintas, a pena de reclusão terá precedência sobre a de detenção. Quando todas as penas forem da mesma espécie, aplica-se a ordem cronológica dos processos, independentemente de a natureza dos crimes ser comum ou hedionda. “ Art. 76 - No concurso de infrações, executar-se-á primeiramente a pena mais grave. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)”.

A alternativa C está incorreta. Há também exceção quanto aos presos políticos: conforme o art. 200 da Lei de Execução Penal, o condenado por crime político não é obrigado a trabalhar. “Art. 200. O condenado por crime político não está obrigado ao trabalho.”.

A alternativa D está incorreta. A limitação de saídas temporárias imposta pela Lei 14.843/2024 não se aplica imediatamente a condenações anteriores à sua vigência, pois constitui norma penal mais gravosa e não pode retroagir para prejudicar o condenado. A aplicação retroativa violaria o princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa. “O § 2º do art. 122 da Lei de Execução Penal, com a redação da Lei n. 14.843/2024, torna mais restritiva a execução da pena, restringindo o gozo das saídas temporárias aos condenados por crimes hediondos ou cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, não pode ser aplicado retroativamente a fatos ocorridos antes de sua vigência, em respeito ao princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa. STJ. 6ª Turma. HC 932.864-SC, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 10/9/2024 (Info 827).”.

A alternativa E está correta. A execução penal de condenação proveniente da Justiça estadual, quando imposta pena a ser cumprida em regime semiaberto, compete ao juiz da sentença ou àquele designado pela lei local de organização judiciária, mesmo que o apenado tenha alterado seu domicílio. (STJ, 3ª Seção, CC 208.423/SC, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 25/9/2024 – Informativo 836).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: vinicius.militao@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreiraJuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreiraJuridica)